



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Paraná**  
**1ª Vara Federal de Curitiba**

Avenida Anita Garibaldi, 888, 4º andar - Bairro: Cabral - CEP: 80540-400 - Fone: (41)3210-1733 - Email: prctb01dir@jfpr.jus.br

**AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Nº 5041548-53.2019.4.04.7000/PR**

**AUTOR:** ESTADO DO PARANÁ

**AUTOR:** DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR

**RÉU:** NELSON LEAL JUNIOR

**RÉU:** MAURÍCIO EDUARDO SÁ DE FERRANTE

**RÉU:** JOSE RICHA FILHO

**RÉU:** EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

**RÉU:** DEONILSON ROLDO

**RÉU:** ANTÔNIO CARLOS CABRAL DE QUEIROZ

**RÉU:** MAURICIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO

**RÉU:** LUIZ ABI ANTOUN

**RÉU:** JOSE ALFREDO GOMES STRATMANN

**RÉU:** EDSON LUIZ AMARAL

**RÉU:** CARLOS ALBERTO RICHA

**RÉU:** ALDAIR WANDERLEI PETRY

**DESPACHO/DECISÃO**

**Decisão conjunta:**

**5001617-04.2019.4.04.7013/PR ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO")**  
**5041548-53.2019.4.04.7000/PR ("ACP DO NÚCLEO PÚBLICO")**

**Relacionado:**

**5010042-54.2018.4.04.7013/PR ("ACP DA CONCESSIONÁRIA")**

---

**SUMÁRIO:**

*I - CONTEXTO PROCESSUAL*

*II - COMPETÊNCIA*

*III - DECISÃO EV. 138 E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EV. 154 ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO")*

*IV - DEMANDA EM FACE DE TRÊS COLABORADORES (HELIO OGAMA E HUGO ONO NA "ACP DO NÚCLEO PRIVADO"; E NELSON LEAL JR. NA "ACP DO NÚCLEO PÚBLICO")*

*V - "INCOMPATIBILIDADE DE RITO" ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO")*

*VI - PEDIDOS RELATIVOS A ENRIQUECIMENTO ILÍCITO INDIVIDUAL (AMBOS OS PROCESSOS)*

*VII - SIGILO PROCESSUAL (AMBOS OS PROCESSOS)*

## I - CONTEXTO PROCESSUAL

1. Relativamente aos autos n. 5041548-53.2019.4.04.7000/PR ("ACP DO NÚCLEO PÚBLICO"), o Estado do Paraná e o DER/PR ajuízam ação para responsabilização de pessoas físicas por improbidade administrativa, no âmbito de contrato de concessão com a ECONORTE alegadamente permeado por corrupção, e em especial aqui com relação à praça de pedágio de Jacarezinho, assim resumindo a demanda:

### *Limites objetivos e subjetivos da lide. Síntese*

*Almeja-se a condenação dos requeridos pela prática de atos de improbidade administrativa, consubstanciados no deferimento de pleitos de “reequilíbrio econômico-financeiro” fundados em perdas de receita na Praça de Jacarezinho, por meio do Termo Aditivo 272/2014, acrescidos dos reflexos. Por fim, pede-se a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por danos morais coletivos.*

*Limita-se o polo passivo do processo ao intitulado “NÚCLEO PÚBLICO”, composto pelos integrantes do Poder Público, que atuaram na condição de executores, partícipes ou concorrentes..*

*Os integrantes dos demais “NÚCLEOS” (denominados “PRIMEIRO NÚCLEO PRIVADO” e “SEGUNDO NÚCLEO PRIVADO”) foram ou serão demandados em ações diversas, conexas, medida que se adota ante a expressiva quantidade de pessoas naturais e jurídicas a quem são feitas imputações, sendo necessária a cisão dos litisconsortes por grupos sob pena de se inviabilizar tramitação em ação única.*

Em síntese mais do que apertada, alegam que o termo aditivo 272/2014 ao contrato de concessão da ECONORTE teria sido celebrado no contexto e em razão de esquema de pagamento de propina de longa data, a inclusive envolver o então governador do Estado do Paraná, Secretario de Estado e funcionários do Palácio Iguazu, do DER e da AGEPAR, além de particulares e empresas privadas.

Pedem que os requeridos sejam condenados nas sanções da Lei de Improbidade Administrativa, imputando condutas nas três modalidades -- de enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação dos princípios da administração pública --, além dos danos morais coletivos, pretendidos no valor de R\$ 50 milhões. Em relação a alguns dos requeridos há quantificação inicial do enriquecimento ilícito pessoal, conforme valores que teriam sido até então identificados (propina a agente público ou benefício de particular). O enriquecimento ilícito é caracterizado, assim, tanto no sentido das propinas que teriam

sido distribuídas quanto ao valor arrecadado pela concessionária em decorrência do termo aditivo questionado. O enriquecimento ilícito da concessionária é também qualificado como o dano a ser reparado, o que seria em última instância prejuízo aos usuários do trecho que arcaram com a tarifa de pedágio (e nessa linha potencialmente um dano ao patrimônio público, "*em caso de não ressarcimento integral aos usuários até o término da concessão, hipótese que o credor passará a ser o Poder Concedente*").

Quantificam assim o enriquecimento/dano, pretendendo de modo principal o valor de R\$ 293.725.270,00:

*Ressarcimento integral do dano, materializado no enriquecimento ilícito propiciado à ECONORTE via Termo Aditivo 272/2014 e decorrente de reequilíbrio econômico-financeiro fundado em eventos relacionados com a "Praça de Jacarezinho":*

- correspondente a **R\$ 293.725.270,00** (duzentos e noventa e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil e duzentos e setenta reais)

- subsidiariamente o ressarcimento do dano correspondente a **R\$ 170.765.030,00** (cento e setenta milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e trinta reais) (valores indevidamente deferidos à ECONORTE a título de equilíbrio econômico-financeiro, fundados na Praça de Jacarezinho, excluídos os reflexos)

- ainda subsidiariamente, na hipótese de não se entender aplicável aos acusados o critério de atualização utilizado anteriormente (inserção em fluxo de caixa da concessionária), no importe obtido via atualização pelo IPCA, correspondente a **R\$ 41.306.406,47** (quarenta e um milhões, trezentos e seis mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e sete centavos), com os reflexos; ou **R\$ 19.960.692,75** (dezenove milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), sem os reflexos

Fazem requerimento de tutela provisória, sendo que, em termos de valores, requerem o bloqueio considerando as quantias principal e subsidiárias acima, bem como, em relação àqueles que assim tiveram especificado na inicial, bloqueio também da quantificação preliminar de vantagem individualmente recebida.

2. Não obstante em via autônoma, trata-se aqui de providência referente ao aditamento determinado nos autos n. 5001617-04.2019.4.04.7013/PR ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO").

Em tal processo, procurava-se responsabilizar pessoas físicas e jurídicas sem que se contemplasse agente público no polo passivo, e assim lá se decidiu quanto a isso (ev. 138):

### **2.1. Do fatiamento da ação**

*O Estado do Paraná dividiu os réus em três grupos e protocolizou ação apenas contra o primeiro grupo. Ocorre, não há agentes públicos inclusos nessa primeira porção. Existe apenas a referência a futuro ajuizamento de ação contra os demais réus.*

*O STJ tem entendimento consolidado no sentido da impossibilidade de ajuizamento de ação de improbidade exclusivamente contra particulares:*

*(...)*

*Assim, ainda que hipoteticamente para fins de organização processual seja possível o processamento de uma ação de improbidade em três autos diferentes, não é possível a continuidade das partes envolvendo os núcleos privados antes de preenchido o requisito essencial para a formação da ação de improbidade: indicação do agente público na condição de réu.*

*Em outras palavras, enquanto o Estado do Paraná não promover o aditamento da petição inicial com a inclusão do núcleo político, ainda que autos distintos, para efeitos da LIA a petição do evento 1 não preenche os requisitos para que tenha curso ação do jaez pretendido pelo Autor.*

*Por consequência, ausente uma das condições de prosseguimento da ação, inviável a permanência das ordem cautelares de indisponibilidade de bens. Anoto que ainda que a presente ação fosse qualificada como medida cautelar, o prazo decadencial de 30 dias do art. 17 da LIA já transcorreu.*

Ainda que se tenha aberto prazo de 60 dias para aditamento naqueles autos, a ação em face dos agentes do "núcleo público" foi apresentada de modo autônomo. Assim indicam os autores:

*Portanto, trata-se esta ação de “continuidade” daquela, tendo por finalidade específica a responsabilização dos integrantes do “NÚCLEO PÚBLICO” aos quais se imputa requeridos a prática de atos de improbidade administrativa, consistente, especificamente, no deferimento, via termo aditivo, de pleitos de reequilíbrio fundados em perda de receita, também relacionados com a Praça de Jacarezinho, em momento em que já havia decisão de segundo grau confirmando a nulidade do termo aditivo (autos de ação popular 2006.70.13.003009-4 – ANEXO 3), e, ainda, sentença de mérito de improcedência de ação intentada pela concessionária, pela qual o mesmo pleito de reequilíbrio decorrente de perda receita foi negado judicialmente (sentença proferida nos autos 2004.70.00.039113-6 – ANEXO 38).*

*Destarte, a causa de pedir das pretensões fundadas na Lei de Improbidade Administrativa é idêntica, nesta ação e na ação proposta sob o número 5001617-04.2019.4.04.7013. E, ainda que aqui não busque o ressarcimento decorrente da nulidade do Termo Aditivo 034/2002 (o que já foi feito naqueles autos, sendo que tal pretensão dirige-se especificamente à concessionária, controladora e RIO TIBAGI), **reputam-se os atos imputados aos acusados ímprobos justamente porque, por meio do Termo Aditivo de 2014, desconsideram decisões***

*favoráveis aos poder concedente e usuários, inclusive e em especial aquela proferida nos autos de ação popular 2006.70.13.003009-4, que tramitou perante o juízo de Jacarezinho.*

## II - COMPETÊNCIA

3. A "ACP DO NÚCLEO PÚBLICO" foi distribuída por dependência, em razão de a ACP anterior tramitar perante este juízo.

A primeira ACP ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO"), por sua vez, foi remetida a este juízo por prevenção, dado o anterior ajuizamento de ação civil pública pelo MPF (processo relacionado, "ACP DA CONCESSIONÁRIA") e de tutela antecipada requerida em caráter antecedente pelo ente estadual (em face de várias concessionárias).

4. Conforme decisão em agravo de instrumento na "ACP DO NÚCLEO PRIVADO", interposto pela requerida ABCR (AI 50288038920194040000/TRF4), entendeu-se ser competência deste juízo. Isso se deu em sede de antecipação de tutela recursal (ev. 8 dos autos do agravo de instrumento), em decisão monocrática do relator Des. Ricardo Teixeira do Valle Pereira, com base nas seguintes razões:

(...)

*Como se percebe, considerou-se no agravo de instrumento 5044693-05.2018.4.04.0000 haver continência entre a Ação Civil Pública nº 5010042-54.2018.4.04.7013 e a Tutela Antecipada Antecedente nº 5044495-17.2018.4.04.7000, que tramita naquele Juízo, tratando de irregularidades praticadas por alegado esquema criminoso que beneficiava agentes públicos e particulares e envolvia a celebração de Contratos de Concessão de rodovias no Estado do Paraná, entre eles o Contrato nº 71/1997, além de Termos Aditivos, sob o argumento de necessidade de promoção do restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato (evento1/ANEXO2).*

*Firmada a competência da Tutela Antecipada Antecedente nº 5044495-17.2018.4.04.7000/PR na 1ª Vara Federal de Curitiba (distribuída em 30/09/2018), e reconhecido no agravo de instrumento 5044693-05.2018.4.04.0000 que a ação civil pública 501004254-2018.4.04.7013 (distribuída em 07/11/2018) deve tramitar no mesmo juízo por força da prevenção, a consequência, reconhecido o vínculo processual da ação civil pública 5001617-04.2019.4.04.7013 que deu origem ao presente agravo de instrumento (distribuída em 23/05/2019) com a anterior, é igualmente a afirmação da competência do mesmo juízo.*

(...)

*Prestando-se a propositura da tutela antecipada antecedente para firmar a competência da 1ª Vara Federal de Curitiba para o processamento da ação civil pública 501004254-2018.4.04.7013, com muito mais razão faz-se sentir o mesmo*

*efeito processual em relação à ação a ação 5001617-04.2019.4.04.7013, que deu origem ao presente agravo de instrumento*

*Deves ser ressaltado que há entre as duas ações civis públicas identidade em relação a algumas partes. Mais do que isso, alguns pedidos são comuns, havendo, quando menos parcialmente, igualmente identidade de causa de pedir, a justificar a aplicação do disposto no artigo 55 do Código de Processo Civil:*

*(...)*

*Caracterizada, a propósito, situação muito peculiar, pois aparentemente a ação civil pública 501004254-2018.4.04.7013 ajuizada pelo Ministério Público Federal envolve discussão ampla sobre o contrato de concessão Contrato de Concessão nº 71/97, de modo a induzir cogitação no sentido de que continência haveria em relação ao objeto da ação civil pública 5001617-04.2019.4.04.7013 (que deu origem ao presente agravo). Não obstante, nesta última demanda, conquanto o objeto seja mais restrito, o quanto postulado especificamente em relação ao Termo Aditivo 34/2002 e ao Termo Aditivo 272/2014, em primeira análise, apresenta espectro e objeto mais amplos.*

*De todo modo, no que toca às situações em que caracterizada a continência, estatui o artigo 57 do Código de Processo Civil:*

*(...)*

*Ademais, presente a peculiar situação antes referida, a reunião de ações parece a providência mais adequada, pois caracterizada genericamente conexão, pelo que incidente o disposto no § 1º do artigo 55, do Código de Processo Civil (“processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado”).*

*Não fosse isso, estatui o § 3º do já citado artigo 55 do Código de Processo Civil:*

*(...)*

*Sob outro enfoque, mesmo que desconsiderado o que decidido no anterior agravo de instrumento 5044693-05.2018.4.04.0000, deve ser levado em conta que no tocante competência para as ações desta natureza, conquanto ausente disciplina precisa, os artigos 16 e 17 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) assim dispõem:*

*(...)*

*A Lei 7.347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e que pode ser aplicada supletivamente à ação de improbidade, por outro lado, estabelece em seu artigo 2º:*

*(...)*

*O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), de seu turno, estabelece em seu artigo 93:*

*(...)*

*Pertinente a referência, também, à Lei de Ação Popular, diploma que tem ligação com o tema, conquanto, conveniente afirmar, seja anterior à recriação da Justiça Federal de primeiro grau:*

*(...)*

*Não há, como se percebe, disciplina expressa acerca dos critérios para definição da competência quando se tratar de ação de improbidade ou afim que deva tramitar na Justiça Federal, sendo certo, porém, que, uma vez firmado o juízo competente, fazem-se sentir os efeitos da prevenção.*

*Nesse sentido, independentemente da existência da ação civil pública 501004254-2018.4.04.7013, por força da propositura da Tutela Antecipada Antecedente nº 5044495-17.2018.4.04.7000 está prevento o Juízo Federal da 1ª Vara Federal de Curitiba/PR. Registre-se que a ação foi proposta exatamente pelo ESTADO DO PARANÁ, e o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR, também autores da ação 5001617-04.2019.4.04.7013. Cabe consignar também que, seja em razão do quanto postulado na referida Tutela Antecipada Antecedente, seja em razão de Curitiba ser a Capital do Estado, a respectiva Subseção Judiciária tinha no mínimo competência concorrente para conhecer das pretensões, a afastar a hipótese de incompetência absoluta.*

Mais tarde, porém, em razão de revogação da decisão de tutela provisória por este juízo por falta de agente público no polo passivo (ev. 138 dos respectivos autos principais), foi o agravo declarado prejudicado pelo relator (ev. 16 dos autos do agravo de instrumento), sem, porém, referência expressa em relação à anterior tutela recursal sobre a competência.

5. De todo modo, considerando as razões das decisões monocráticas recursais e a própria pendência de decisão final do tribunal em outros agravos (AIs 50446930520184040000, 5044719-03.2018.4.04.0000 e 50447242520184040000 na primeira ACP do MPF, a "ACP DA CONCESSIONÁRIA"), entendo ser o caso de continuar o processamento do feito, sem devolução ao juízo de origem, para tramitação conjugada com dessas duas ACPs de improbidade.

6. Passo, então, a apreciar as questões pendentes, inclusive embargos de declaração e requerimentos de tutela provisória.

### **III - DECISÃO EV. 138 E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EV. 154 ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO")**

7. No ev. 154 dos autos da "ACP DO NÚCLEO PRIVADO", a empresa RIO TIBAGI apresentou embargos de declaração, requerendo que fosse corrigido o erro material no dispositivo, tendo em conta que não a mencionou.

Com razão.

Assim se lê da fundamentação da decisão do ev. 138:

**2.2. Da litispendência em relação à TPI, Econorte e Rio Tibagi.**

*A petição inicial pode ser separada em três grandes grupos: (i) ressarcimento pelos ganhos da Praça de Jacarezinho; (ii) condenação das pessoas naturais nos termos da lei 8.429/1992; e (iii) condenação das pessoas jurídicas pela lei 12.846/2013.*

*Quanto aos tópicos i e ii há questão de existência de litispendência em relação à TPI, Econorte e Rio Tibagi considerando a ACP 5010042-54.2018.404.7013, ajuizada pelo MPF e acolhida pelo Estado do Paraná e DER/PR no evento 14 daqueles autos.*

(...)

*Há um pesar no caso concreto, pois a petição inicial formulada pelo Estado do Paraná possui narrativa e pedidos melhor estruturada do que a do MPF (5010042-54.2018.404.7013). Todavia, a necessidade de alinhamento das procuradorias para ajuizamento de ação única para a responsabilização cível-administrativa foi previamente anotada por este Juízo (evento 58 dos autos da tutela antecipada antecedente —5044495-17.2018.4.04.7000).*

*A falta de convergência institucional entre o MPF e PGE, entretanto, não altera o fato de que o Estado do Paraná aderiu à demanda do parquet (evento 14 dos autos 5010042-54.2018.404.7013) e que as Econorte, Rio Tibagi e TPI possuem o direito de não serem demandas duas vezes acerca dos mesmos fatos.*

Do dispositivo, porém, constou:

*3.1. julgo extinto o processo sem resolução de mérito em relação à EMPRESA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO NORTE S/A - ECONORTE, TPI - TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A., TPI - TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A, nos termos do art. 485, V do CPC;*

Ou seja, há duas vezes o nome a TPI e falta o da RIO TIBAGI.

Portanto, os embargos devem ser **acolhidos**, passando o dispositivo a ser aquele que vem ao final da presente decisão.



#### IV - DEMANDA EM FACE DE TRÊS COLABORADORES (HELIO OGAMA E HUGO ONO NA "ACP DO NÚCLEO PRIVADO"; E NELSON LEAL JR. NA "ACP DO NÚCLEO PÚBLICO")

8. Na decisão liminar pelo Juízo de Jacarezinho, havia sido inadmitida desde logo ação de improbidade em face dos colaboradores HELIO OGAMA e HUGO ONO (ev. 16 da "ACP DO NÚCLEO PRIVADO"):

##### *13.Efeitos da colaboração premiada na AI*

*Os autores sustentam a possibilidade de responsabilização dos réus HELIO OGAMA e HUGO ONO, sob o fundamento de que as colaborações premiadas, homologadas pelo Judiciário, não produzem efeitos cíveis. Sustentam também que, ainda que produzam efeitos cíveis, deveriam se limitar a sanções por improbidade administrativa, ou seja, não poderiam incidir sobre o ressarcimento do dano, uma vez que este é indisponível.*

*Data maxima venia dos argumentos do combativo e valoroso Procurador do Estado, estou que as colaborações de Hélio Ogama e Hugo Ono produzem efeitos cíveis, incluindo repercussões na seara da improbidade administrativa, de modo que, por consectário lógico e jurídico, apenas poderiam ser responsabilizados nos termos do acordo, isto é, ficam sujeitos apenas às sanções pré-definidas, o que abarcaria, inclusive, o redimensionamento do ressarcimento ao erário.*

*Não importa, com o devido respeito, a participação ou não dos autores no acordo. Basta um legitimado para, levando a cabo o acordo de colaboração, fazê-lo na condição de substituto de toda a coletividade.*

*Diante disso, não vejo como dar seguimento na demanda em face dos colaboradores, de modo que o indeferimento da inicial em relação a eles é medida que se impõe desde logo. Rejeito desde logo a inicial em relação aos réus Hélio Ogama e Hugo Ono.*

(...)

*(a)INDEFIRO a inicial em relação aos réus Hélio Ogama e Hugo Ono.*

Na "ACP DO NÚCLEO PÚBLICO, os autores igualmente incluem colaborador, especificamente NELSON LEAL JR.

9. O STF já entendeu ter repercussão geral recurso extraordinário sobre a problemática (tema 1043).

São as questões lá consideradas:

*De outro lado, é superlativa a relevância dos temas discutidos. Em jogo, (I) a potencial ofensa ao princípio da legalidade, por se admitir a colaboração premiada na ação de improbidade*

*sem expressa autorização legal e com vedação normativa à realização de transação pela LIA (CF, art. 5º, II); (II) os limites à disponibilidade de bens e interesses públicos, face a imprescritibilidade da ação de ressarcimento ao erário (CF, art. 37, §§ 4º e 5º); (III) os efeitos de eventual colaboração premiada realizada pelo Ministério Público em relação a demais ações de improbidade movidas pelos mesmos fatos, em virtude da existência de legitimidade concorrente (CF, art. 129, §1.º).*

**10.** Diante de tal reconhecimento de repercussão geral, de todo modo, não é o caso de suspender o processo, pois isso não foi determinado pelo relator do recurso, nem pelo colegiado, e tal efeito suspensivo não é automático.

Tampouco entendo ser o caso, inclusive considerando a pendência da questão na suprema corte, de indeferir a inicial de plano, sem prejuízo de a repercussão dos acordos no presente campo e sua extensão serem decididas futuramente.

11. Assim, com base seja no art. 64, § 4.º, do CPC, seja no art. 1.018, § 1.º, c/c art. 331, *caput*, do CPC (agravo de instrumento nos ev. 187/188 da "ACP DO NÚCLEO PRIVADO"), reformo a decisão terminativa inicial, para que tenha o processo, ao menos por ora, prosseguimento também em relação aos três colaboradores. Devendo o Ministério Público Federal dizer sobre a permanência desses réus colaboradores no polo passivo da presente ação e da que lhe é anexa.

## **V - "INCOMPATIBILIDADE DE RITO" ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO")**

**12.** Em manifestações que já foram apresentadas por alguns requeridos na primeira ação por improbidade, há defesa em comum no sentido de que não seria possível cumular ações com base na Lei de Improbidade e na Lei Anticorrupção, como fazem os autores.

Na decisão do ev. 138, a questão a respeito foi expressamente postergada:

### **2.4. Da compatibilidade dos ritos**

*Seguindo a lógica do que já foi decidido, permanece no processo denominado 'grupo ii' que visa a condenação das pessoas naturais nos termos da LIA e o 'grupo iii' em relação à ABCR e CHIMINAZZO E ASSOCIADOS- CONSULTORIA EMPRESARIAL EM MARKETING E COMUNICACAO LTDA para aplicação das penas da LAC.*

*Como até a apresentação do aditamento para o Núcleo Político a parcela da ação referente à lei de improbidade é inepta, desnecessária a análise neste momento da compatibilidade dos ritos da ação civil pública da LAC com o rito especial da LIA.*

**13.** Sem prejuízo de o andamento processual e o contraditório exigirem solução diversa no futuro, tenho por ora ser o caso de dar prosseguimento ao processo, não se mostrando a arguida incompatibilidade como imperativo para extinção do processo ou emenda da inicial.

As manifestações apontam, em essência, três razões pelas quais o "rito" seria incompatível. A primeira seria a existência da fase preliminar na ação de improbidade, com o que não contaria a ação por corrupção. Em segundo lugar, os efeitos em que seria recebida a apelação seriam diversos (com e sem efeito suspensivo). Por fim, em uma a responsabilização seria subjetiva e na outra, objetiva.

Em ambos os casos, tem-se ação civil pública, isto é, com base em ambos os diplomas sancionares. E fato é que o chamado microsistema processual coletivo não regula todos os aspectos do processo; caso contrário, a rigor, teríamos de ter um código de processo inteiro para isso.

Também a rigor, as ações coletivas não têm procedimento específico próprio a ser sempre seguido. Elas podem adotar diferentes procedimentos, como, por exemplo, o próprio mandado de segurança, uma ação possessória, ou mesmo um procedimento executivo. Na maior parte das vezes, porém, acabam por seguir o procedimento comum, com a particularidade de haver a manifestação prévia quando envolver improbidade.

Nessa linha, a existência de mencionada fase preliminar não torna o procedimento da ação um "procedimento especial", com particularidades que o diferenciem substancialmente do procedimento comum. Diferentemente, nada mais é que o procedimento comum com o emprego de uma técnica processual adicional no início do processo, que se entende devida em razão da gravidade das imputações.

Na verdade, pretende-se a responsabilização das pessoas jurídicas com base em ambos os diplomas, e, mais do que em abstrato, há de ser verificado em cada caso o que se mostra mais adequado, até porque já superamos a fase do direito processual civil em que se acreditava que um procedimento único seria capaz de conferir tutela adequada aos mais diferentes direitos materiais e casos concretos. Nem sequer a há falar em "rito", como se houvesse uma sequência de atos a serem infalivelmente seguida sob pena de não obtenção do resultado pretendido, como algo até mesmo ritualístico. Há, para o Juízo, o dever de utilizar as técnicas processuais disponíveis no sistema processual e que se mostrem adequadas às necessidades do caso, com observância das garantias processuais.

Quanto aos efeitos da apelação, sem aqui se cogitar quais de fato sejam eles, a conclusão segue a mesma linha. A própria lógica dos capítulos da sentença quando há várias decisões tomadas em um mesmo momento permite perceber que as ações cumuladas podem ter destinos diferentes ao longo do processo, além da possibilidade de o

mérito ser decidido em momentos distintos, e não somente em decisão única ao final (e, inclusive, o atual sistema processual, mesmo que incongruente, vem a admitir que a decisão interlocutória que resolve parcialmente o mérito seja recorrível por agravo de instrumento, sem efeito suspensivo, ainda que, se a parcela decidida em sentença, fosse recorrível por apelação, potencialmente com efeito suspensivo).

Ainda, a diferenciação entre responsabilidade subjetiva e objetiva tem igual sorte. Não vem a neste caso impedir, *prima facie*, a cumulação das ações. Ao contrário, a íntima relação entre as imputações das pessoas físicas e jurídicas (a quem se pretende a aplicação das penas com base em ambos os diplomas) recomenda a reunião. São empresas que, segundo os autores, estariam envolvidas na operacionalização do pagamento das propinas junto com as pessoas físicas, evidenciando a adequação da resolução comum. Há fatos e assim provas comuns a ambas as espécies de responsabilização pretendidas às pessoas jurídicas. No mais, quanto aos elementos exigidos pelo direito material, isso é assunto a ser resolvido se e quando for julgado o mérito.

14. Enfim, no presente caso, tudo indica ser mais adequado admitir o processamento cumulado.

## **VI - PEDIDOS RELATIVOS A ENRIQUECIMENTO ILÍCITO INDIVIDUAL (AMBOS OS PROCESSOS)**

15. Além do alegado enriquecimento ilícito da concessionária/dano ao erário, os autores identificam enriquecimento por recebimento de vantagens ilícitas em relação a alguns dos requeridos, em ambas as ações.

São eles, na primeira:

- *HÉLIO OGAMA: R\$ 714.488,25*
- *LEONARDO GUERRA: R\$ 8.343.250,70*
- *JOÃO CHIMINAZZO NETO: R\$ 505.482,47*

E na segunda:

- *EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES: R\$ 620.000,01 (seiscentos e vinte mil reais e um centavo)*
- *ALDAIR WANDERLEI PETRY: R\$ 98.500,00 (noventa e oito mil e quinhentos reais)*
- *NELSON LEAL JÚNIOR: R\$ 1.860.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta mil reais)*
- *ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)*

**16.** Na segunda ação, "ACP DO NÚCLEO PÚBLICO", além dos valores individualizados acima, há pedidos relativos às sanções de perdas de bens e valores em "montante a ser apurado em etapa instrutória ou liquidação de sentença":

- *CARLOS ALBERTO RICHA JOSÉ RICHA FILHO, DEONILSON ROLDO, JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN e MAURÍCIO EDUARDO DE SÁ DE FERRANTE: 7.2.a.1) perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, devendo o montante ser apurado em etapa instrutória ou liquidação de sentença (art. 12, incisos I e II);*

- *EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES: 7.2.b.1) perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, em importe mínimo de R\$ 620.000,01 (seiscentos e vinte mil reais e um centavo), devendo o montante definitivo ser apurado em etapa instrutória ou liquidação de sentença (art. 12, incisos I e II);*

- *ALDAIR WANDERLEI PETRY: 7.2.c.1) perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, em importe mínimo de R\$ 98.500,00 (noventa e oito mil e quinhentos reais), devendo o montante definitivo ser apurado em etapa instrutória ou liquidação de sentença (art. 12, incisos I e II);*

- *NELSON LEAL JÚNIOR: 7.2.d.1) perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, em importe mínimo de R\$ 1.860.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta mil reais), devendo o montante definitivo ser apurado em etapa instrutória ou liquidação de sentença (art. 12, incisos I e II);*

- *ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ: 7.2.e.1) perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, em importe mínimo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), devendo o montante definitivo ser apurado em etapa instrutória ou liquidação de sentença (art. 12, incisos I e II);*

- *LUIZ ABI ANTOUN: 7.2.g.1) perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, devendo o montante ser apurado em etapa instrutória ou liquidação de sentença (art. 12, incisos I e II);*

**17.** Em um primeiro momento, a fim de garantir o bom andamento processual, entendo caber à parte autora prestar esclarecimentos a respeito, a delimitar com maior precisão, inclusive no tempo, as vantagens a que se refere, considerando que há alegações no sentido de que vantagens teriam sido recebidas muito antes do primeiro mandato do requerido CARLOS ALBERTO RICHA, bem como após o termo aditivo questionado, seja quanto a valores já nominalmente identificados, seja quanto à sanção mais abrangente.

A título ilustrativo, veja-se a seguinte passagem:

*Em relação ao acusado ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ, aponta-se montante mínimo já identificado, correspondente a dois pagamentos efetuados diretamente por HELIO OGAMA, cada um no importe de R\$ 20.000,00, totalizando R\$ 40.000,00*

*(quarenta mil reais) (neste momento, abstraem-se os pagamentos de R\$ 4.000,00 mensais, desde 1999, pois abrangem período que OGAMA ainda não era presidente da ECONORTE, sendo necessária melhor instrução)*

Os pagamentos de 20 mil teriam sido em 2016 e 2018, depois do termo aditivo, enquanto os recebimentos mensais seriam de longa data, inclusive de modo não diretamente ligado ao aditivo em questão, tampouco ficando claro se a "melhor instrução" pretendida seria no presente feito, ou se está deixando para pleitear, se entender devido, em ação própria.

Não distante, também em relação a CHIMINAZZO, parece que o valor individual pretendido é anterior ao termo aditivo e ao mandato, dado que englobaria recebimentos desde 2005:

*Conforme documentos anexos (ANEXO 48 - Movimentações Chiminazzo), extraídos dos autos de busca e apreensão 5036128-04.2018.4.04.7000, todas as concessionárias efetuavam pagamentos a CHIMINAZZO, sendo que a ECONORTE realizou repasses no importe mínimo de R\$ 491.739,47, durante o período compreendido entre 2005 e 2017. Tal como foi feito pagamento em importe mínimo, para fins de "consultoria em tempos de crise" (ou coisa que o valha) de R\$ 13.743,00 (treze mil, setecentos e quarenta e três reais) (ANEXO 48), no mínimo, em julho de 2015.*

**18.** Portanto, deverá a parte autora prestar os referidos esclarecimentos quanto às sanções de perda dos valores individuais em face dos requeridos agentes públicos ou particulares, inclusive emendando a inicial se for o caso, a fim de não restar dúvidas acerca de qual é a sua pretensão nestes feitos.

## **VII - SIGILO PROCESSUAL (AMBOS OS PROCESSOS)**

**19.** Requerem os autores atribuição de sigilo, nos seguintes termos (inicial da "ACP DO NÚCLEO POLÍTICO"):

*Requer-se seja decretado sigilo judicial do processo, tendo em vista a natureza de alguns dos documentos anexados (termos, dados provenientes de quebra de sigilo bancário, dados fiscais, etc.), assim como o pedido de quebra de sigilo fiscal acima requerido.*

*Enfatiza-se que, conforme ANEXO 53, os documentos sigilosos ora juntados tiveram seu acesso e utilização autorizados pelo juízo criminal, além de, por óbvio, terem sido, previamente, deferidas judicialmente as respectivas quebras de sigilo.*

Requerimento semelhante é feito na primeira inicial.

**20.** Conforme se vê dos autos da segunda ação, foi atribuído pela parte sigilo nível 1 à inicial. Os anexos estão sem sigilo. Já na primeira ação de improbidade, a inicial está sem sigilo, enquanto todos os anexos estão com sigilo.

Essa situação deve ser corrigida, e certamente a medida mais adequada é, na medida do possível, considerando que os processos são em regra públicos, a atribuição de sigilo parcial, a dados documentos, e não à integralidade dos autos.

21. Assim, deverão os autores especificar quais são os anexos e demais documentos que contemplam dados sigilosos (e quais seriam esses dados), para que o grau de sigilo de cada um seja atribuído ou retirado de maneira adequada.

## VIII - TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR: INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS (AMBOS OS PROCESSOS)

22. Saneadas as questões acima e tendo-se ajuizado a ação contemplando os agentes públicos, cabe apreciar o pedido de indisponibilidade de bens e direitos formulados pela parte autora quanto aos requeridos (de ambos os feitos -- agentes públicos e particulares), observada a postergação já indicada quanto aos três colaboradores.

23. Não obstante, ressalvo desde logo que deixo neste momento de analisar o requerimento em face dos três colaboradores, devendo a parte autora apresentar/localizar no autos os termos de colaboração (e não somente os termos de declaração), propiciando-se também ao MPF manifestar-se a respeito.

24. Conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso especial repetitivo, decisão de observância obrigatória (art. 927, III, do CPC), o art. 7.º da Lei 8.429/1992 trata de tutela de evidência, ou seja, dispensa o requisito do perigo de dano por dilapidação patrimonial, não sendo necessário comprovar ou mesmo alegar urgência na decretação da indisponibilidade (STJ, REsp 1.366.721/BA, DJe 19/09/2014). Ou seja, o que se analisa é apenas a "evidência" ou verossimilhança das alegações da parte autora, ou, mais ainda, na presente seara, se existem neste momento "*fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade*" (AgRg nos EREsp 1315092/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 07/06/2013).

25. Quanto aos bens a penhorar, as Turmas da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça têm rechaçado a hipótese de extensão da indisponibilidade aos bens absolutamente impenhoráveis:

*PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI 8.429/92. VIOLAÇÃO. DESNECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO DOS BENS. BENS IMPENHORÁVEIS. EXCLUSÃO.*

(...).

5. O Tribunal a quo cassou a medida de indisponibilidade que recaía sobre os bens do recorrido unicamente por ela.

equivocadamente, abranger recursos impenhoráveis. Assim, é patente a violação ao art. 7º da Lei 8.429/1992, pois não seria o caso de indeferir totalmente tal medida, mas apenas de restringir seu alcance ao montante necessário para garantir as consequências financeiras da prática da improbidade, com exclusão dos bens impenhoráveis.

6. Recurso especial parcialmente provido para determinar a indisponibilidade dos bens penhoráveis do recorrido no montante necessário à reparação do dano ao erário decorrente do ato ímprobo que lhe é imputado, excluídos, portanto, os proventos de aposentadoria da abrangência de tal Medida Cautelar.

(REsp 1461892/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 06/04/2015)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO. AÇÃO DE IMPROBIDADE. INDISPONIBILIDADE DE RECURSOS ORIUNDOS DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. NATUREZA

SALARIAL. IMPENHORABILIDADE. ART. 649, IV DO CPC. OFENSA CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. As verbas salariais, por serem absolutamente impenhoráveis, também não podem ser objeto da medida de indisponibilidade na Ação de Improbidade Administrativa, pois, sendo impenhoráveis, não poderão assegurar uma futura execução.

2. O uso que o empregado ou o trabalhador faz do seu salário, aplicando-o em qualquer fundo de investimento ou mesmo numa poupança voluntária, na verdade, é uma defesa contra a inflação e uma cautela contra os infortúnios, de maneira que a aplicação dessas verbas não acarreta a perda de sua natureza salarial, nem a garantia de impenhorabilidade.3. Recurso especial provido. (REsp 1164037/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2014, DJe 09/05/2014)

Essa regra, contudo, não se aplica ao bem de família:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO SOBRE BEM DE FAMÍLIA. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte já reconheceu a possibilidade de a decretação de indisponibilidade de bens prevista na Lei de Improbidade Administrativa recair sobre bens de família. Precedentes: REsp 1461882/PA, Rel. Min. Sergio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/03/2015, REsp 1204794 / SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 24/05/2013.2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1483040/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 21/09/2015).

(...) Isso porque "tal medida não implica em expropriação do bem. Precedentes desta Corte" (REsp 1204794 / SP, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 24/05/2013, grifo nosso).

Na mesma linha:



*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DECRETO DE INDISPONIBILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.*

*1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é assente em admitir a decretação de indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa sobre bem de família. Precedentes: AgInt no REsp 1633282/SC, Segunda Turma, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe 26/06/2017; AgRg no REsp 1483040/SC, Primeira Turma, Minha Relatoria, DJe 21/09/2015; REsp 1461882/PA, Primeira Turma, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 12/03/2015.*

*2. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1670672/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/11/2017, DJe 19/12/2017)*

**26.** Postas estas premissas, passo a analisar a existência ou não de indícios do alegado esquema de corrupção e do enriquecimento ilícito, bem assim da participação individual de cada requerido. Reitero o carácter delibatório dessa incursão no mérito com o desiderato de aferir a existência de justa causa (materialidade e autoria) suficiente ao gravame sobre o patrimônio dos réus. Inexiste asserção de responsabilidade por ato ímprobo/corrupto com; há, apenas, vislumbre das imputações feitas pelo Autor cotejadas com os documentos que instruem a exordial.

#### **A. Indícios de corrupção na celebração do aditivo 212/2014**

**27.** No que toca ao aditivo em questão, conforme narrado na inicial, à época de sua celebração havia ao menos dois processos judiciais reputados relevantes, uma ação popular e uma ação revisional intentada pela Econorte:

*Aqui interessa o aditivo de 2014, que teria sido então firmado quando já existentes as decisões anteriores pela nulidade do aditivo anterior por inovação do objeto da concessão sem licitação (alargamento da concessão originária e criação da praça de pedágio de Jacarezinho).*

(...)

*Ainda que naquele momento pendessem recursos especial e extraordinário, tais recursos não eram dotados de efeito suspensivo, razão pela qual seria temerária o deferimento de efeitos financeiros fundados em ato nulo (cujas decisões foram mantidas).*

Sobre a ação popular (2006.70.13.003009-4/PR), que teria resultado em parcial procedência com declaração de nulidade do aditivo de 2002, assim delimitam:

*A ação popular no 2006.70.13.003009-4, proposta perante o Juízo da 1ª Vara Federal de Jacarezinho, foi ajuizada visando a declaração de nulidade:*

- da Cláusula Terceira do Primeiro Aditivo ao Convênio de Delegação no 002/96, celebrado entre a União Federal e o Estado do Paraná;

- do Termo Aditivo no 034/2002 ao Contrato de Concessão no 071/97.

*Fundaram-se os pedidos, em síntese, na outorga da administração e exploração de novo trecho rodoviário à requerida ECONORTE, sem processo licitatório e sob o pretexto de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão originário.*

A respeito da revisional (2004.70.0039113-6/PR), afirmam o seguinte:

*Intentou a ECONORTE a ação ordinária autuada sob o número 2004.70.0039113-6, cuja pretensão era a “a revisão judicial da tarifa básica de pedágio” sob a alegação de “desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de quatro eventos: 1) postergação da implantação da Praça de Jacarezinho-PR; 2) demora na autorização de reajuste contratual, ocorrido após a data contratada; 3) perda de receitas alternativas nos anos 4, 5 e 6 da concessão; e 4) modificação na metodologia de cálculo do índice de pavimentação pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, índice este integrante da fórmula de reajuste da tarifa”.*

*Todos os pedidos, formulados em cumulação objetiva simples, foram julgados improcedentes (ANEXO 38). E tudo, inclusive a perda de receita na Praça de Jacarezinho, foi deferido à ECONORTE, por meio do Termo Aditivo 272/2014.*

(...)

*E, de fato, não existia “decisão transitada em julgado”. O que era circunstância irrelevante, porquanto a situação processual era desfavorável à concessionária. Aliás, não houve, nem haverá coisa julgada material, naqueles autos, já que no Termo Aditivo 272/2014, pactuou-se a extinção dos processos (não apenas aquele, cujo julgamento foi integralmente desfavorável à ECONORTE; inclusive e em especial em relação à ação anulatória “7929”, que estava em vias de entrar em etapa pericial e tinha o potencial de trazer algum resultado útil ao usuário). Vale dizer:*

*- defere-se à concessionária aquilo que ela não obtivera em juízo;*

*- extingue-se o processo, impossibilitando-se discussão, em sede recursal, do mérito da questão.*

*Sem maiores dificuldades, “antecipa-se” à concessionária o provimento da apelação por ela interposta e obsta-se a discussão em juízo sobre o mesmo tema.*

Vê-se, em outros trechos e documentos que no processo administrativo que culminou na celebração do termo aditivo 212/2014, que, embora se tenham concedido benefícios à concessionária à revelia dos entendimentos judiciais, conforme alegado (inclusive o que ela

pretendia na sua demanda revisional de tarifa), houve expressa referência a tais ações e, mais do que isso, teria significado uma composição amigável para inclusive extinguir alguns dos feitos judiciais.

**28.** Independentemente de ser ou não devido considerar os processos da época sem trânsito em julgado como determinantes de dado entendimento a ser adotado na esfera administrativa (se pelo fato de haver decisão judicial poderiam ou não celebrar aditivo e em que termos), tem-se indícios do contexto de corrupção, com pagamento de propina antes, durante e possivelmente depois das tratativas, o que por si só, neste momento, põe em xeque a natureza de mera controvérsia *jurídica* sobre tal questão (se era ou não viável a celebração frente às decisões judiciais existentes, ainda não transitadas em julgado, e em que extensão). Ao que parece, não se imputa improbidade administrativa pura e simplesmente porque foi celebrado o acordo na pendência de recursos, mas por tal celebração ter sido permeada, alegadamente, por corrupção, em desvio dos fins contratuais da concessão, qual seja a própria prestação eficiente do serviço público e a um preço adequado.

Como premissa geral, não se reputa absolutamente inviável a celebração de acordos pela administração pública quando pendentes processos judiciais; aliás, tal solução pode até ser a mais adequada em dada situação, mas certamente isso há de ser devidamente justificado e dentro da juridicidade, sendo que um contexto de pagamento de vantagens indevidas compromete de maneira séria, ao menos *prima facie*, a idoneidade de razões eventualmente adotadas para tanto.

**29.** O Juízo de Jacarezinho, para o qual foram inicialmente distribuídas a primeira inicial de improbidade e a ACP inicialmente ajuizada pelo MPF (processo relacionado), procedeu a detida análise nessa dimensão geral, já aí concluindo pela existência de indícios de esquema de corrupção na concessão em tela, com impacto no aditivo em questão.

Assim consignou na ACP ajuizada pelo MPF (ev. 17 daqueles autos - "ACP DA CONCESSIONÁRIA"):

*(...) os acordos de colaboração de NELSON LEAL JUNIOR e HÉLIO OGAMA, respectivamente ex-diretor-geral do DER/PR e ex-presidente da ECONORTE, ambos responsáveis por vários termos aditivos favoráveis à concessionária. A título de ilustração, repiso os trechos mencionados da demanda inicial, in verbis (ev.1, destaquei):*

**- Depoimentos de NELSON LEAL JÚNIOR, Diretor-Geral do DER/PR entre 2013 e 2018:**

**ANEXO 6 – TERMO DE DEPOIMENTO Nº 2 – NELSON LEAL JR. – HISTÓRICO DAS CONCESSÕES DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO PARANÁ: QUE houve licitação para concessão de rodovias do Anel de Integração em 1996; QUE dos 2.450KM concedidos à**

*iniciativa privada, 1850 KM são de rodovias federais delegadas, sendo que os trechos federais tinham maior tráfego e viabilizavam o negócio; QUE na licitação foi feita a divisão dos lotes de forma consensual, sendo que na época não teve concorrência, havendo um arranjo entre as empresas que formaram os seis lotes; QUE o chefe da Casa Civil do Governo Fernando Henrique Cardoso EUCLIDES ESCALCO foi o responsável pela articulação junto ao Governo Federal para delegação das rodovias para o Estado do Paraná; QUE HEINZ HERWIG articulou o esquema dos pedágio no Estado do Paraná, tendo sido Secretário de Transportes; QUE o diretor-geral do DER/PR na época era LUIZ KUSTER, que hoje trabalha na TRIUNFO, sendo ele indicação de MARIO CELSO PETRALIA; QUE indicação se deu pelo fato de MARIO CELSO PETRALIA ter sido o financeiro da primeira campanha de JAIME LERNER; QUE segundo ouviu de GILBERTO LOYOLA, atual superintendente do DER/PR, que na época das concessões o DER/PR recebeu um edital pronto e a indicação das empresas beneficiárias na licitação enviado do Rio de Janeiro por um engenheiro relacionado a PETRALIA, ESCALCO e HERWIG; QUE JAIME LERNER baixou a tarifa do pedágio em 50% para fins eleitorais; QUE este ato unilateral foi favorável às concessionárias porque inicialmente elas ficaram desobrigadas de obras de ampliação, sendo que logo após a eleição a tarifa foi restabelecida, mas as concessionárias continuaram desobrigadas de fazer investimentos; QUE, na sequência em 2000 e 2002 foram celebrados mais dois termos aditivos com cada concessionária que supostamente deveriam reequilibrar os contratos; QUE esses aditivos foram na realidade extremamente benéficos, pois inicialmente no contrato original havia a previsão de 850 km de duplicações, sendo que após os dois aditivos foi reduzido para 450 km, sendo que a grande maioria deveria ser executado nos últimos cinco anos dos contratos; QUE em 2003 veio o Governo Requião com o slogan “ou baixa ou acaba”; QUE REQUIÃO iniciou uma briga judicial com as concessionárias totalmente inócua pois o governo não efetivava as desapropriações necessárias para as obras, o que acarretava na não realização de obras; QUE em 2005 o Governo REQUIÃO assinou uma ata da comissão tripartite de acompanhamento contratual que reduziu a tarifa da ECOCATARATAS em 30%, em troca da retirada de todos os investimentos de ampliação que a concessionária estava obrigada; QUE uma das ampliações que foi retirada foi a duplicação Cascavel Foz do Iguaçu; QUE, assim, nos governos anteriores já haviam ocorrido diversos atos que favoreceram a concessionária;*

**PAGAMENTO DE VANTAGENS INDEVIDAS NO ÂMBITO DO DER – CONCESSIONÁRIOS DE PEDÁGIO:** *QUE quando o Governo BETO RICHA ingressou, em 2011, já haviam ocorrido vários fatores que desequilibraram os contratos em favor das concessionárias, o que inclusive foi objeto de auditoria do TCU em 2012, que determinou que o DER/PR deveria promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos em favor dos usuários; QUE, entretanto, o depoente ouviu de PEPE RICHA que as concessionárias tinham apoiado financeiro a campanha de eleição do governador em 2010, sendo que, em razão disso, o Governo BETO RICHA já tinha assumido um compromisso com as concessionárias que se fosse eleito iria celebrar os*

*aditivos contratuais para atender os interesses das concessionárias; QUE, assim, este esquema de aditivos e vantagem ilícita vinha desde antes de o depoente ingressar no DER/PR, sendo que o depoente só deu continuidade; QUE, nesse contexto o COLABORADOR foi convidado, entre o final do ano de 2012 e início do ano de 2013, para ser diretor do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM do Paraná; QUE foi JOSÉ RICHA FILHO, também conhecido pelo apelido de PEPE, que convidou o COLABORADOR para assumir a diretoria do DER; QUE conhecia PEPE RICHA da época em que ambos trabalharam na Prefeitura de Curitiba QUE na época da Prefeitura de Cassio Taniguchi havia esquema de arrecadação na Secretaria da Fazenda, sendo que durante a gestão de BETO RICHA na Prefeitura de Curitiba já existia um esquema de arrecadação ilícita que era gerenciado por LUIZ ABI; QUE o depoente ficou pouco tempo na Prefeitura de Curitiba durante a gestão de BETO RICHA porque teve um problema político com o presidente da câmara de vereador JOÃO DEROSSO; QUE, na reunião em que JOSÉ RICHA FILHO convidou o COLABORADOR para ser diretor do DER, JOSÉ RICHA FILHO orientou o COLABORADOR a procurar a pessoa de ALDAIR WANDERLEI PETRY, também conhecido pelo apelido de NECO, o qual iria tratar com o COLABORADOR sobre os valores indevida que ele receberia como diretor do DER; QUE ALDAIR PETRY era Diretor Geral da Secretaria de Infraestrutura e Logística; QUE, após a reunião com ALDAIR WANDERLEI PETRY, o COLABORADOR tomou conhecimento de que o seu salário oficial como diretor de DER seria “complementado” com um valor mensal ilícito de R\$ 30 mil, o qual era oriundo de arrecadações ilícitas realizadas por ALDAIR WANDERLEI PETRY junto às empresas com as quais o DER possuía contratos, em especial as empresas concessionárias de rodovias no Paraná; QUE o esquema de arrecadação ilícita funcionava da seguinte forma: mensalmente ALDAIR WANDERLEI PETRY se encontrava com os presidentes ou diretores das concessionárias RODONORTE, ECOVIA, ECOCATARATAS e VIAPAR, muitas vezes no próprio prédio da Secretaria de Infraestrutura e Logística, na sala de NECO, para receber valores em espécie; QUE, nesta sala, NECO guardava esses valores dentro de um armário; QUE os próprios diretores levavam esses valores em espécie mensalmente a NECO; QUE, com relação à concessionária RODONORTE, ALDAIR WANDERLEI PETRY conversava com a pessoa de SILVIO MARCHIORII e JOSE MOITA sobre o tema; QUE, com relação à concessionária VIAPAR, o diálogo ocorria com a pessoa de MARCELO STACHOW MACHADO, presidente até 31/12/20142; QUE após a saída de MARCELO MACHADO, assumiu JOSE CAMILO CARVALHO, com quem o depoente nunca manteve negociações sobre vantagens indevidas diretamente, mas sabe que CAMILO deu continuidade ao esquema de pagamento de vantagens indevidas por intermédio das empresas IASIN e IACOM que prestavam um serviço superfaturado; QUE, com relação às concessionárias ECOVIA e ECOCATARATAS, as conversas ocorriam com a pessoa de EVANDRO COUTO VIANNA; QUE via essas pessoas entrando e saindo da sala de NECO e o depoente via o dinheiro no armário do NECO, estando por algumas vezes reunido com essas pessoas na sala de NECO; QUE, por vezes, quando o representante da concessionária se encontrava com ALDAIR WANDERLEI PETRY no prédio da*

*Secretaria de Infraestrutura e Logística, o COLABORADOR era chamado na sala deste; QUE, nestas vezes, ALDAIR WANDERLEI PETRY sempre ressaltava para o COLABORADOR, na frente do representante da concessionária, que ele deveria “cuidar bem da empresa” e manter um bom diálogo com a mesma; QUE o depoente estima que esse esquema ilícito de arrecadação junto às empresas gerava para ALDAIR WANDERLEI PETRY um valor mensal que variava entre R\$ 300 e R\$ 500 mil reais, que oscilava muito conforme as chuvas do mês, pois quando há chuva há menos obras e menos pagamentos; QUE a CAMINHOS DO PARANÁ e a ECONORTE não costumavam ir até NECO, sendo que certa vez o depoente questionou a NECO razão pela qual isso ocorria, sendo informado por NECO que isso ocorria porque essas empresas tinham uma interlocução muito boa diretamente no Palácio; QUE essas empresas pagavam vantagem indevida diretamente a interlocutores do Palácio Iguazu, sendo que a CAMINHOS DO PARANA pagava a RICARDO RACHED, sendo CARLOS LOBATO o representante da concessionária CAMINHOS DO PARANÁ responsável pelo contato, e a ECONORTE pagava a EZEQUIAS MOREIRA, sendo LUIZ CARVALHO o executivo responsável pelo contato; QUE esses valores eram usados para pagamento de despesas pessoais do Governador e para repasse a LUIZ ABI; QUE NECO cuidava da contabilidade desses recebimentos a partir das informações de faturamento que eram enviadas ao DER/PR pelas concessionárias; QUE NECO gerenciava toda a contabilidade de arrecadação da Secretaria de Infraestrutura e Logística;*

**ADITIVOS FIRMADOS COM AS CONCESSIONÁRIAS:** *QUE em 2012 houve uma determinação do TCU para que os contratos com as concessionárias do Paraná fossem reequilibrados em favor do usuário; QUE, em que pese a existência da determinação, ninguém do TCU cobrava providências efetivas de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do usuário; Em outras palavras: não havia fiscalização no cumprimento da determinação; QUE isso ocorria mais por inércia do órgão de contas do que por favorecimento doloso, pois no âmbito de conhecimento do depoente não havia nenhum esquema no TCU; QUE, em razão de tais pagamentos e também por conta das doações realizadas em época de campanha, as quais serão objeto de anexo específico, as empresas concessionárias possuíam um tratamento diferenciado no Governo do Estado do Paraná e no DER; QUE esse tratamento diferenciado influenciava diretamente na celebração de aditivos contratuais para compensar “desequilíbrios econômicos”; QUE, ao longo de sua gestão no DER, o COLABORADOR celebrou oito aditivos com as empresas concessionárias VIAPAR, ECONORTE, CAMINHOS DO PARANÁ, ECOVIA e ECOCATARATAS;*

**ADITIVOS COM A ECONORTE:** *QUE, somente com a ECONORTE, foi celebrado um termo de ajuste e três termos aditivos: 1) o 272/2014 aumentou degraus tarifários em 24,75%; 2) o Quinto Termo Aditivo de 2015 aumentou um degrau tarifário de 2,75%; 3) Sexto Termo aditivo de 2018 suprimiu a obrigação de realização da obra do Contorno Norte de Londrina, em troca da antecipação da duplicação de Cornélio Procópio-Jataizinho que deveria começar em 2021,*

que foi iniciada em 2018, sendo executada pela própria Triunfo; QUE esses aditivos eram extremamente benéficos às concessionárias e foram firmados por pressão do governo estadual, sendo que o depoente tecnicamente não faria esses aditivos; QUE as pressões ocorriam em reuniões na sala de DEONILSON ROLDO no Palácio Iguazu, sendo que nessas reuniões sempre estava presente EZEQUIAS MOREIRA que era uma espécie de representante da Triunfo no Governo, além de PEPE RICHA; QUE a ECONORTE foi a maior favorecida nos aditivos porque tinha extrema proximidade do Governo do Estado por intermédio de um de seus donos, LUIZ FERNANDO WOLF DE CARVALHO; **ADITIVO DA RODONORTE:** foi assinado um termo de ajuste com RODONORTE relacionado à troca da obra de duplicação de PIRAI DO SUL-JAGUARIAIVA (41KM) pela antecipação do contorno de CAMPO LARGO (11KM); QUE a duplicação PIRAI-JAGUARIAIVA estava prevista inicialmente para 2011, mas foi iniciada neste ano; QUE este termo de ajuste foi aprovado no contexto de favorecimento da concessionária por pagamento de vantagens indevidas; QUE a arrecadação da RODONORTE é a maior das concessionárias, tendo a posição mais favorecida de todas as concessionárias em relação a rentabilidade, sendo que não havia como encontrar amparo técnico para firmar um aditivo favorável à RODONORTE; QUE, por esta razão, o Governo optou por não fazer nenhum aditivo;

**CAMINHOS DO PARANÁ:** QUE esta concessionária ingressou em 2005 na justiça pleiteando um reajuste de tarifa que até hoje não foi obtido; QUE em relação foi firmado o termo aditivo nº 144/2015 que aumentou um degrau tarifário de aproximadamente 5,86% com inclusão de investimentos de R\$ 10 milhões; QUE, em princípio, somente o investimento não justificaria o percentual do aumento tarifário, sendo benéfico à concessionária o aditivo;

**ADITIVOS DA ECOVIA:** foram firmados os seguintes termos de ajuste: 1) 25/9/2013- aumenta em 0,98% a tarifa em troca de investimentos de R\$ 2,5 milhões; 2) segundo termo de ajuste de 25/9/2013- aumenta o degrau tarifário em 1,79% e agrega investimentos de 2) 4/7/2014; 3) 20/8/2014 e um termo aditivo nº 112/2015: QUE esses atos agregando investimentos de aproximadamente R\$ 5 milhões; 3) 4/7/2014- aumenta um degrau tarifário de 0,78% em troca de aportes de investimentos de R\$ 2 milhões; 4) 20/8/2014- aumento de um degrau tarifário de 0,46%, exclusão de R\$ 9 milhões de investimentos do contrato original e inclusão de R\$ 12 milhões de novos investimentos; QUE foi firmado o aditivo 112/2015 que, basicamente, consolidou tudo o que foi feito nos termos de ajuste; QUE se recorda que na gestão do depoente foi incluído como investimento um viaduto de Morretes e suprimida a duplicação integral de Praia de Leste a Paranaguá; QUE o contrato original previa a duplicação integral, mas somente foram feitos 5km sob a alegação de que o valor previsto contratualmente para a execução da obra era insuficiente;

**ECOCATARATAS:** termo de ajuste de 16/7/2014: aumenta a tarifa em 0,2% e aporta aproximadamente R\$ 900 mil em investimento; termo de ajuste de 15/10/2014- que aumenta a tarifa em 2% e agrega R\$ 12 milhões em investimentos; termo de ajuste de 14/4/2015 que agrega R\$ 1,5 milhão em

*investimento e aumenta em 0,48%; VIAPAR: termo aditivo nº 193/2014: suprimiu a obrigação da realização do contorno norte de Maringá, que ficou a cargo do DNIT, em troca da antecipação de uma duplicação entre Campo Mourão e Cascavel; termo aditivo nº 141/2015: promoveu o aumento da tarifa em 5%, sem novos investimentos; QUE, em quase todos os aditivos, houve uma pressão muito grande por parte da cúpula do Governo do Estado do Paraná para que o aditivo fosse celebrado e que isto ocorresse no menor tempo possível; QUE essa pressão acontecia da seguinte forma: na época de celebração de tais termos contratuais o COLABORADOR era chamado até o Palácio Iguazu; QUE, no Palácio, ele se reunia com as pessoas de DEONILSON ROLDO, JOSÉ RICHA FILHO e EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, Secretário Especial do Cerimonial; QUE, algumas vezes, CARLOS ALBERTO RICHA também estava presente em tais reuniões; QUE, nas reuniões, a cúpula do Governo determinava que o COLABORADOR celebrasse o aditivo contratual com a empresa concessionária da forma mais célere e sem nenhum desgaste com a empresa; QUE a justificativa técnica para os aditivos era construída conforme a necessidade política; QUE a atitude do governo com relação ao tema, fazendo pressão para que o aditivo fosse celebrado da forma mais rápida, não era normal; QUE essa atitude ocorria entretanto em razão das vantagens ilícitas e doações de campanha realizadas por tais empresas; QUE, após tais reuniões, NELSON LEAL JÚNIOR sempre cumpriu as determinações da cúpula do Governo, chegando inclusive a mandar mensagens de texto aos integrantes do DER para que estes acelerassem a celebração de aditivos com as empresas concessionárias;*

**GERAÇÃO DE DINHEIRO EM ESPÉCIE PELAS CONCESSIONÁRIAS:** *QUE o dinheiro entregue em espécie pelas concessionárias era obtido mediante a produção de caixa dois por parte das empresas concessionárias; QUE a produção de caixa dois ocorria ou por intermédio da celebração de contratos inteiramente fictícios ou através da celebração de contratos verdadeiros, mas com “valores inflados”; QUE esses contratos tinham o objetivo de gerar dinheiro em espécie; QUE sabe que as empresas TRIUNFO, J. MALUCELLI, IACOM, IASIN, CSO e VIA ARTE, ITAX (cujo nome é PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM SCHMITT- CNPJ Nº 3030002000111 de GUARAPUAVA); CONSTRUTORA DERBLI (CNPJ Nº 2539262000154); QUE o depoente sabe que essas empresas geravam caixa 2 porque eram indicadas por PEPE RICHA e DEONILSON ROLDO para as concessionárias contratarem; QUE nunca ouviu falar da POWER MARKETING, de CARLOS NASSER, acreditando, todavia, dadas as circunstâncias que pode ser outra empresa geradora de caixa 2 para a Triunfo;*

**DESTINO DOS VALORES RECEBIDOS PELO DEPOENTE:** *QUE o COLABORADOR muitas vezes depositava o valor mensal que recebia, R\$ 30 mil, em sua conta bancária, podendo identificar tais entradas; QUE boa parte desses valores já foi identificado na denúncia do MPF em relação aos depósitos em espécie dos Registros de Movimentação em Espécie; QUE, outras vezes, utilizava tais valores para pagar boletos do apartamento, condomínio de Balneário Camboriú, de móveis, aluguel de iate em Balneário de Camboriú, gastos com viagens etc.; QUE o COLABORADOR participou desse esquema de arrecadação de*



*vantagem indevida de janeiro de 2013, até maio de 2014; QUE o esquema terminou em maio de 2014 após o desgaste ocorrido entre CARLOS ALBERTO RICHA e ALDAIR PETRY, vez que o primeiro acreditava que o segundo estava lhe passando para trás no esquema, não destinando a sua pessoa os recursos ilícitos arrecadados; QUE também contribuiu para o fim do esquema o fato de que algumas empresas nele envolvidas já estarem sendo investigadas pela operação Lava Jato;*

***VANTAGEM INDEVIDA DA ECONORTE NO PAGAMENTO DE INGRESSOS E VIAGEM DA COPA DO MUNDO DE 2014: QUE em 2014, HELIO OGAMA convidou o depoente para assistir o jogo do Brasil em Brasília na Copa do Mundo de 2014 no camarote da Triunfo; QUE algum tempo depois HELIO OGAMA voltou com as passagens e o voucher do hotel; QUE o depoente foi com seu filho ANDRE e todas as despesas foram pagas pela Triunfo;***

***VANTAGEM INDEVIDA ECONORTE-PAGAMENTO DO ENCONTRO DE ENGENHEIROS EM FOZ DE IGUAÇU: QUE o depoente organizou em agosto de 2015 por intermédio Associação Brasileira de DERs um encontro em Foz do Iguaçu e solicitou R\$ 25 mil para a ECONORTE a fim de pagar algumas despesas do evento que não foram pagas pela associação; QUE, por volta de maio ou junho de 2015, o depoente solicitou a vantagem indevida a HELIO OGAMA no valor de R\$ 25 mil na sede do DER/PR; QUE na semana seguinte o advogado JOÃO MARAFON entrou em contato com o depoente pedindo para o depoente passar num hotel em Curitiba para recebimento dos valores; QUE tal valor foi entregue para o COLABORADOR pela pessoa de JOÃO MARAFON, advogado da ECONORTE, no hotel FOUR POINTS BY SHERATON em Curitiba/PR, no qual MARAFON estava hospedado; QUE o depoente pagou despesas pessoas hospedagem no hotel BOURBON em Foz do Iguaçu no período anterior ao evento para organização; QUE este valor foi solicitado diretamente pelo depoente fora do esquema de caixa geral do DER/PR***

***PONTOS DE CONTATO DAS CONCESSIONÁRIAS NO GOVERNO: QUE, dentre as concessionárias, as que possuíam maior proximidade com as pessoas de CARLOS ALBERTO RICHA, DEONILSON ROLDO e EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES estavam a ECONORTE e a CAMINHOS DO PARANÁ;***

***VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES DA INVESTIGAÇÕES: QUE em junho de 2017 o depoente estava em sua sala no DER/PR quando recebeu uma visita de JOSE MOITA da RODONORTE e de JOÃO FRANCISCO da J. MALUCELLI, prestadora de serviço da RODONORTE e uma das empresas indicadas por PEPE RICHA para intermediação de recursos ilícitos, que mostraram ao depoente um ofício judicial de quebra de sigilo de dados que continha o nome de PAULO BECKERT, GILSON BECKERT e mais uma lista de diversas pessoas que estavam sendo investigadas; QUE essas pessoas falaram para o depoente que era para tomar cuidado pois havia uma equipe do MPF que estava investigando vários fatos a partir de Jacarezinho; QUE essas pessoas não falaram como tiveram acesso ao ofício judicial de quebra de sigilo de***

*dados; QUE MOITA e JOÃO FRANCISCO pareciam estar um pouco mais preocupados com a investigação; QUE, apresentado ao depoente o ofício nº 700002299317, de quebra de sigilo de dados bancários, de 8/8/2016, expedido pela Vara Federal de Jacarezinho, o depoente reconheceu como sendo este o ofício que lhe foi apresentado por MOITA e JOÃO FRANCISCO; QUE, além disso, no começo de 2017, VOLPATO procurou o depoente no DER/PR informando que COSIMO BARRETA havia sido intimado para prestar depoimento no MPF sobre o aluguel de um barco, falando que BARRETA havia mandado cópia deste ofício via whatsapp;*

***CPI DO PEDÁGIO:*** *QUE não havia preocupação relacionada às investigações do MPF em 2013; QUE na CPI da Assembleia da Legislativa de 2013, o depoente ouviu que ela já começava com um “acordão” político para preencher os próprios cargos que seriam disponibilizados pela CPI; QUE não havia vontade política de descobrir nenhum ilícito, sendo que era mais um jogo político; QUE a CPI era usada basicamente duas finalidades: 1) obtenção de mais cargos para deputados da base aliada; 2) para solicitação de vantagem indevida por parte dos deputados da base aliada para as concessionárias, em que pese o depoente não tenha conhecimento direto de nomes e forma com que os deputados receberam; QUE, assim, ninguém no Governo ou nas concessionárias se preocupou com a CPI porque todos sabiam que não iria dar um nada, sendo que já havia existido outra CPI no Governo anterior que também não resultou em responsabilização de nenhum envolvido;*

***QUESTÕES RELATIVAS A AGEPAR:*** *QUE a AGEPAR surgiu no primeiro ano do Governo BETO RICHA; QUE supostamente esta seria agência reguladora de concessões; QUE na prática, a agência era controlada pelo Governo, sendo todos os cargos indicados pelo Governador, sendo que nesse contexto ela tinha caráter meramente simbólico e não exercia efetiva fiscalização; QUE antes da celebração de um termo aditivo era necessário a realização de um estudo de desequilíbrio econômico; QUE o estudo era iniciado no DER e depois levado até a AGEPAR; QUE na AGEPAR era confeccionado pelo conselho deliberativo da agência um parecer sobre a existência ou não do desequilíbrio econômico a partir dos estudos técnicos realizados; QUE esse parecer era vinculativo e determinava se o desequilíbrio econômico que ensejava o aditivo existia ou não e se o DER poderia ou não realizar o aditivo; QUE na AGEPAR participavam da elaboração de tal parecer as seguintes pessoas: JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN, MAURÍCIO EDUARDO DE FERRANTE, NEY TEIXEIRA DE FREITAS GUIMARÃES e JOSE ANTONIO RIBAS (ex-diretor-geral do DER/PR); QUE tais pessoas sempre foram muito próximas das concessionárias; QUE essa proximidade existia desde o início da concessão, quando ela ocorreu em 1997, época na qual tais pessoas trabalhavam no DER; QUE na época de aprovação dos aditivos tais pessoas eram, a exemplo do que acontecia com o COLABORADOR, convocadas para reuniões no Palácio Iguazu para tratar do tema; QUE as reuniões eram feitas com DEONILSON ROLDO, EZEQUIAS MOREIRA e JOSÉ RICHA FILHO; QUE, pela AGEPAR, participavam dos encontros as pessoas de JOSÉ ALFREDO STRATMANN, MAURÍCIO EDUARDO DE FERRANTE, NEY TEIXEIRA DE FREITAS*

*GUIMARÃES e JOSE ANTONIO RIBAS QUE em tais reuniões também era exercida pressão pela cúpula do Governo do Estado do Paraná para que o parecer da AGEPAR viesse favorável aos aditivos; QUE a pressão também era exercida para que o parecer fosse feito no menor tempo possível; QUE algumas dessas reuniões que foram realizadas no Palácio Iguazu foram solicitadas pelas próprias empresas concessionárias, dentre elas a ECONORTE e a TRIUNFO; QUE o COLABORADOR sabe disso porque HELIO OGAMA lhe relatou o tema em algumas conversas; QUE no DER se comentava que JOSÉ ALFREDO STRATMANN, MAURÍCIO EDUARDO DE FERRANTE, NEY TEIXEIRA DE FREITAS e JOSÉ ANTÔNIO RIBAS também recebiam vantagem indevida para que o parecer voltasse favorável a existência de desequilíbrio econômico e, conseqüentemente, favorável a celebração dos aditivos; QUE acredita que os pagamentos devidos a AGEPAR eram operacionalizados via ABCR com a participação de JOÃO CHIMINAZZO, que recebia pagamentos por meio de uma empresa de consultoria em seu nome; QUE sabe disso pela relação próxima que CHIMINAZZO tinha com a AGEPAR e com as concessionárias; QUE MAURICIO FERRANTE e JOSE STRATMANN eram indicações políticas de HEINZ HERWIG; QUE esse comentário era confirmado pelo fato que os pareceres da AGEPAR sempre vinham sem objeções e sem nenhuma análise pormenorizada dos processos;*

**CORPO TÉCNICO DO DER/PR:** *QUE na realização dos estudos técnicos do DER/PR participavam desse estudo as pessoas de ROMEU STENDEL (até 2015) ROBERTO ABAGGE, PAULO MONTES LUZ, NELSON SCHCHNEIDER; QUE esta equipe sentava com os engenheiros das concessionárias para discutir os aditivos; QUE o COLABORADOR não sabe afirmar se a equipe técnica do DER/PR também recebia pagamentos devidos; QUE, todavia, achou estranho que CRISTIANO, que trabalhava no DER/PR foi trabalhar logo em seguida na ECONORTE e negociava esses aditivos pela ECONORTE; QUE imagina que é possível que tenha existido algum acerto da equipe técnica com CRISTIANO, mas o depoente não tem conhecimento direto;*

**FRAUDES LICITATÓRIAS E PAGAMENTO DE VANTAGENS INDEVIDAS DE OUTRAS EMPRESAS QUE TINHAM CONTRATO COM O DER/PR:** *QUE os valores pagos pelas concessionárias eram os mais altos, mas praticamente todas as empresas que tinham contrato vigente com o DER/PR deveriam contribuir, sendo que a cobrança era feita por NECO logo após as empresas receber do Governo Estadual; QUE, em troca as vantagens indevidas, as empresas eram favorecidas nas licitações e contavam com a boa vontade do Governo para celebração dos aditivos; QUE para fraudar a licitação era escolhido o critério técnica e preço, o que facilitava o direcionamento, à luz da documentação de técnica; QUE não era imprescindível que a comissão de licitação tivesse envolvida porque no próprio edital já ficava direcionado; QUE os contratos dessas licitações já estavam em vigência quando o depoente ingressou; QUE o depoente mudou o critério para ser somente de preço; QUE pode citar de lembrança as empresas DALBA, COMPASA, ESTEIO e UNIDEC; QUE, além das concessionárias, havia mais ou menos sessenta empresas que participavam do esquema de*

arrecadação ilícita do DER/PR, principalmente aquelas com contratos do COP (Conservação de Pavimento) e do CREMEPE (Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento), que são programas de manutenção de rodovias; QUE no CREMEPE eram usados recursos da CIDE combustível, que eram repassados pelo Governo Federal para manutenção de estradas; QUE no CREMEPE havia plano de trabalho aprovado no Ministério dos Transportes para a manutenção dessas rodovias estaduais; QUE somente empresas com contratos de valores muito reduzido não pagavam vantagens indevidas a NECO; QUE o depoente não sabia exatamente os valores e percentuais, pois o acerto era com NECO e com PEPE; QUE, todavia, estima que o percentual era entre 1% e 3% do valor dos contratos;

**BENEFICIÁRIOS DE VANTAGENS INDEVIDAS DO DER:** QUE tais valores eram distribuídos em quotas e tinham como destinatários as seguintes pessoas: NELSON LEAL JÚNIOR; HELBIO MAIC, diretor financeiro do DER/PR indicado pelo próprio depoente para o cargo; QUE o depoente repassava para HELBIO aproximadamente R\$ 12 mil; o próprio ALDAIR PETRY, então diretor-geral da Secretaria de Infraestrutura e Logística, ANDRÉA REGINA ABRÃO- então assessora de PEPE RICHA; NECA-MARIA DO CAMARGO CATANI, então assessora de PEPE RICHA, LUIZ CLÁUDIO DA LUZ, então chefe de gabinete de PEPE RICHA; JOSÉ RICHA FILHO, também conhecido como PEPE, então secretário de Infraestrutura e Logística; e CARLOS ALBERTO RICHA, também conhecido com BETO RICHA, então governador do Estado; QUE o depoente não sabe quanto de propina cada um recebia, sendo que a parte do depoente era de R\$ 30mil na média; QUE NECO comentava com o depoente que a parte de CARLOS ALBERTO RICHA era recebida via LUIZ ABI, tendo o depoente já visto está pessoa algumas vezes dentro da secretaria; QUE o depoente já tratou dos pagamentos de propina em algumas reuniões que teve com PEPE RICHA FILHO, principalmente em meses que NECO atrasava os pagamentos ao depoente; QUE o depoente sabia que se não cobrasse, NECO não pagava; QUE, com relação a pessoa de CARLOS ALBERTO RICHA, no primeiro semestre do ano de 2014, entre os meses de março e abril, numa sexta-feira, por volta das 9:30 da manhã, o COLABORADOR recebeu no seu celular pessoal uma ligação do telefone fixo do Palácio Iguazu da secretária do Governador chamada DEBORA, convocando-o para uma reunião com o Governador no Palácio Iguazu na mesma manhã; QUE por volta das 10:30 da manhã o depoente chegou ao Palácio Iguazu e na conversa CARLOS ALBERTO RICHA estava muito irritado com a pessoa de ALDAIR WANDERLEI PETRY e pediu que o COLABORADOR o demitisse imediatamente; QUE a irritação advinha do fato que ALDAIR WANDERLEI PETRY não estava repassando os valores da vantagem indevida destinadas a CARLOS ALBERTO RICHA via LUIZ ABI; QUE, pelo conteúdo da conversa, o COLABORADOR teve a confirmação não só de que CARLOS ALBERTO RICHA conhecia o esquema de arrecadação ilícita como, além disto, era efetivamente um dos destinatários do esquema; QUE, antes dessa conversa, o colaborador já tinha ouvido de NECO que LUIZ ABI recebia parte das vantagens indevidas do DER/PR, sendo que era notório no governo que LUIZ ABI centralizava o caixa de arrecadação ilícita do governador; QUE, após a conversa com

*o então Governador; o COLABORADOR foi conversar com JOSÉ RICHA FILHO para tentar encontrar uma solução para o problema, vez que ALDAIR WANDERLEI PETRY era subordinado ao Secretário de Infraestrutura e Logística e não ao Diretor-Geral do DER; QUE PEPE RICHA FILHO disse que iria resolver a situação; QUE, tempos mais tarde, ALDAIR WANDERLEI PETRY deixou a Diretoria-Geral do SEIL e foi trabalhar na campanha de BETO RICHA, sendo que posteriormente voltou ao DER/PR por intermédio de empresa terceirizada TECOM DALCOM e, em seguida, conseguiu outro cargo comissionado na Secretaria de Infraestrutura e Logística; QUE o depoente tem conhecimento que NECO conseguiu voltar ao cargo na SEIL porque ameaçou PEPE RICHA que iria relatar os fatos ilícitos se ele não conseguisse o cargo; QUE NECO usou o dinheiro das propinas para construir uma casa para si próprio perto do Pequeno Cotelengo, no Mossunguê, em um condomínio fechado; QUE, além disso, NECO comprou um apartamento para uma amante que o depoente não recorda o nome, sabendo apenas que era secretária de NECO na SEIL; QUE NECO solicitava os valores em espécie aos empresários e também solicitava que as empresas pagassem boletos da construção de sua casa, provavelmente relacionados à compra de material de construção;*

**EMPRESAS CONTRATADAS PARA FISCALIZAR AS CONCESSIONÁRIAS:** *QUE em 2011 houve licitação para contratação de empresas para fiscalizar os pedágios; QUE as empresas responsáveis pela fiscalização eram ENGEFOTO, DALCOM, TECOM, ESTEIO dentre outras; QUE essas empresas estavam entre aquelas que pagavam valores indevidos mensalmente para NECO; QUE essas empresas deveria fiscalizar as obras e a manutenção, dando apoio aos seis gerentes de contrato do DER/PR que fiscalizavam cada uma das concessionárias; QUE essas empresas fiscalizam as obras junto com o gerente do contrato; QUE em 2017 foram abertas novas concorrências, sendo que a GTECH, de OSCAR GAYER SILVA foi vencedora de diversos lotes; QUE não houve fraude na concorrência, sendo que imagina que a comissão de licitação não aceitaria a GTECH porque ela já tinha feito obras para as concessionárias;*

**ANEXO 7 – TERMO DE DEPOIMENTO Nº 8 – NELSON LEAL JR. – QUESTÕES RELATIVAS À ECONORTE:** *QUE a empresa ECONORTE é de propriedade da empresa TRIUNFO; QUE, por tal razão, a concessionária ECONORTE sempre foi muito próxima da cúpula do Governo do Estado do Paraná; QUE o representante da empresa que mantém diálogo mais próximo com o Governo é a pessoa de LUIS FERNANDO WOLFF DE CARVALHO; QUE o Sr. LUIS FERNANDO WOLFF DE CARVALHO mantinha estreita relação com CARLOS ALBERTO RICHA, DEONILSON ROLDO e EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES; QUE, por diversas vezes, o COLABORADOR encontrou com LUIS FERNANDO WOLFF DE CARVALHO no Palácio Iguazu; QUE junto ao DER a interface da empresa ECONORTE era exercida por HELIO OGAMA; QUE a relação estreita da empresa com a cúpula do governo ocorria graças às generosas doações de campanha que ela fazia para o Sr. CARLOS ALBERTO RICHA; QUE essas doações eram realizadas muitas vezes por “caixa dois”; QUE a empresa ECONORTE recebeu três*

*aditivos contratuais ao longo dos anos em que o COLABORADOR foi diretor do DER; QUE o primeiro aditivo ocorreu em novembro de 2014; QUE, em setembro de 2014, o COLABORADOR foi chamado até o Palácio Iguazu para discutir o tema; QUE estavam na reunião as pessoas de DEONILSON ROLDO, EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES e JOSÉ RICHA FILHO; QUE na reunião determinou-se que o COLABORADOR deveria agilizar o processo do termo aditivo com a concessionária ECONORTE; QUE o pedido foi feito nesse momento para possibilitar as “doações” realizadas pela ECONORTE e TRIUNFO para a campanha de 2014; QUE, após ter recebido a solicitação, o COLABORADOR foi conversar com PAULO LUZ e ROBERTO ABAGGE para que eles começassem a confeccionar com a empresa as planilhas de desequilíbrio econômico; QUE, na sequência, em novembro de 2014, o termo contratual aditivo foi celebrado; QUE o DER também celebrou dois outros termos aditivos com a ECONORTE; QUE o segundo termo aditivo foi celebrado em novembro de 2017 e o terceiro em janeiro de 2018; QUE, sobretudo no terceiro aditivo, houve pressão por parte da cúpula do Governo para celebrar o quanto antes o aditivo; QUE para tratar desse terceiro aditivo o COLABORADOR se reuniu com JOSÉ RICHA FILHO, DEONILSON ROLDO, EZEQUIAS MOREIRA, LUIS CLAUDIO ROMANELLI e CARLOS ALBERTO RICHA no Palácio Iguazu; QUE, apesar das conversas em tais reuniões não serem diretas, sempre ficou claro para o COLABORADOR que a pressão exercida pelo Governo para que o aditivo fosse celebrado o quanto antes existia porque a empresa ECONORTE e TRIUNFO eram grandes financiadoras das campanhas de CARLOS ALBERTO RICHA, sobretudo por intermédio de doações via caixa dois; QUE, nesse contexto, ficava claro para o COLABORADOR que uma “coisa estava vinculada a outra”, ou seja, que a doação de campanha só ocorria por conta do ato de ofício (pressão exercida pelo governo) e que o ato de ofício era realizado apenas por causa da doação de campanha; QUE é importante ressaltar que o primeiro e o terceiro aditivos não eram obrigatórios para a continuidade do contrato, ou seja, o Governo poderia escolher entre fazer ou não o aditivo; QUE, no entanto, em razão da proximidade que tinha com a ECONORTE e a TRIUNFO, o Governo quis fazer os aditivos em contrapartida às doações já realizadas e também que seriam realizadas em momento vingueiro; QUE, ainda com relação à empresa ECONORTE, o COLABORADOR também recebeu o valor de R\$ 25 mil em vantagem indevida no ano de 2016; QUE esse valor foi solicitado pelo COLABORADOR para a pessoa de HÉLIO OGAMA, diretor da ECONORTE; QUE tal valor foi entregue para o COLABORADOR pela pessoa de JOÃO MARAFON, advogado da ECONORTE, no hotel FOUR POINTS BY SHERATON em Curitiba/PR, no qual JOÃO MARAGON estava hospedado;*

**ANEXO 8 – TERMO DE DEPOIMENTO Nº 10 – NELSON LEAL JR. – SUPERFATURAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS ORIGINAIS DAS CONCESSIONÁRIAS:** *QUE no DER/PR existe uma tabela unitária de custos e serviços na área de rodovias; QUE tem custos unitários de insumos, serviços, máquinas, execução de obras de viadutos, pontes, rodovias, acostamento, duplicação, sinalização e demais obras executadas na manutenção de rodovias; QUE a tabela do DER/PR é feita pelo próprio corpo*

técnico do DER/PR; QUE no caso dos pedágios, a licitação utilizou outra tabela de custos unitários de serviços rodoviários cujo valor dos insumos era muito superior aquele constante na tabela do DER/PR; QUE na época foi contratada uma consultoria de um pessoal do Rio de Janeiro que fez esta tabela de custos unitários de insumos; QUE havia uma discrepância grande de valores, sendo que nas tabelas das concessionárias os valores são muito maiores; QUE esta tabela de custos de serviços rodoviários constante na licitação em 1996, em conjunto com a TIR (taxa interna de retorno) foram as balizas utilizadas para fixar a tarifa na época; QUE na época foi fixada uma TIR fixa de 18% a 22%, o que é extremamente alto para os padrões atuais, em que a TIR gira em torno de 8%; QUE TIR, a grosso modo, pode-se ser conceituada como a expectativa de lucro no empreendimento; QUE a auditoria do TCU colocou a questão da melhor da situação econômica do país como fator que deveria ser considerado para um aditivo contratual que beneficiasse o usuário, reduzindo a TIR, sendo que isso nunca foi aceito pelas concessionárias porque representaria redução de tarifas; QUE a tabela de custos unitários das concessionárias são superfaturados; QUE este valor da tabela é o que é apresentado ao DER/PR como custo da obra, independentemente se a empresa gastou muito menos; QUE, geralmente, as concessionárias contratavam as obras num valor mais baixo e aumentavam o lucro, sendo este fato de conhecimento do corpo técnico do DER/PR e do depoente; QUE se por ventura a concessionária contratasse obras no valor da tabela de custos do contrato, ela estaria contratando serviços por preços acima do mercado e teria “gordura” para gastar com pagamentos indevidos, como de fato ocorria com empresas indicadas por PEPE RICHA para intermediação de vantagens indevidas, o que é objeto de anexo próprio; QUE somente serviços rodoviários podem ser apresentados ao DER/PR como custo da concessão, sendo que serviços de marketing e publicidade não estão dentro deste objeto; QUE as concessionárias também usava a tabela de custos unitários para balizar os aditivos; QUE muitas vezes os valores superfaturados da tabela do contrato também eram usados pelas concessionárias para afirmar que não haveria dinheiro para obra contratualmente previstas; QUE para aferir o superfaturamento na contratação de serviços das concessionárias basta usar de paradigma a tabela do DER/PR, do DNIT ou a tabela da SINAPI da CEF

**ANEXO 9 – TERMO DE DEPOIMENTO Nº 25 – NELSON LEAL JR. – FATOS DA DENÚNCIA CRIMINAL DO MPF DA OPERAÇÃO INTEGRAÇÃO:** QUE havia uma associação criminosa entre agentes públicos, operadores financeiros, empresários que mantinham contrato com o DER/PR, inclusive as concessionárias de pedágio para solicitar vantagens indevidas em prol desses agentes públicos; QUE, no âmbito de conhecimento do depoente, essa associação criminosa durou do início de 2011 até o final de 2014; QUE, apesar disso, o depoente acredita que a TRIUNFO manteve o relacionamento de pagamentos indevidos com o governo até recentemente; QUE das pessoas cuja denúncia foi recebida, HELIO OGAMA da ECONORTE integrava esta associação criminosa; QUE as outras pessoas o depoente não dizer; QUE o DER/PR tinha conhecimento do superfaturamento dos itens unitários de insumos das tabelas

*das propostas comerciais das concessionárias; QUE entende que a fiscalização do Ministério dos Transportes não foi induzida a erro porque não havia fiscalização nenhuma, sendo que os relatórios eram meras formalidades; QUE uma vez as pessoas do Ministério dos Transportes solicitaram a entrada desses agentes públicos federais no esquema de pagamento indevido do DER/PR, que já tinha acabado; QUE as imputações de lavagem de dinheiro em face do depoente são verdadeiras; QUE usou recursos obtidos nesses esquemas criminosos para aquisição de um apartamento em Balneário Camboriu, para o aluguel de uma embarcação e para o depósito em sua conta-corrente, registrando falsamento no Registro de Movimentação em Espécie do banco que os valores eram provenientes da atividade da empresa JUNQUEIRA LEAL;*

**ANEXO 10 – TERMO DE DEPOIMENTO Nº 26 – NELSON LEAL JR. – PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E REUNIÃO NOS MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES:** *QUE o Governo BETO RICHA montou uma comissão para analisar a prorrogações dos contratos de concessão do Anel de Integração, havendo uma vontade política grande do Ministério dos Transportes nesse sentido; QUE o Governo BETO RICHA era favorável às prorrogações, sendo que o depoente foi chamado algumas vezes ao gabinete de DEONILSON ROLDO para estudar as prorrogações; QUE no ano de 2016 o COLABORADOR foi, em conjunto com JOSÉ RICHA FILHO, para uma reunião no Ministério dos Transporte; QUE a reunião foi marcada pelo próprio Ministério; QUE a reunião foi realizada com LUCIANO CASTRO, coordenador de concessões e com MARCOS PESSOA, gerente de concessões; QUE no encontro o Ministério dos Transportes foi solicitado ao colaborador que desse andamento aos estudos para prorrogações; QUE, além disso, MARCOS disse para o COLABORADOR e para JOSÉ RICHA FILHO que o Ministério do Transporte queria participar em conjunto com o DER das “conversas com as concessionárias”; QUE, diante da incompreensão do COLABORADOR, MARCOS disse que queriam participar junto do “acerto” que tinham com as concessionárias; QUE ficou claro para o COLABORADOR que o pedido era no sentido de entrar em eventual esquema de pagamento de propina existente entre o DER e as concessionárias; QUE, como na época a arrecadação feita por ALDAIR PETRY já tinha acabado, o COLABORADOR disse a MARCOS e LUCIANO que não existia esquema de arrecadação indevida no DER junto às concessionárias; QUE o COLABORADOR disse ainda na reunião que MARCOS e LUCIANO deveriam então conversar diretamente com as concessionárias sobre o tema; QUE nesse contexto a conversa foi encerrada em um clima de desgosto por parte dos representantes do Ministério dos Transportes; QUE o COLABORADOR sabe que, tempos mais tarde, houve uma reunião das concessionárias com o Ministério dos Transporte; QUE o COLABORADOR não sabe informar, no entanto, se houve algum acerto ilícito entre os mesmos em tal reunião; QUE ouviu de CAMILO da VIAPAR que na reunião com as concessionárias LUCIANO CASTRO e MARCOS SALOMÃO pediram que, para viabilizar a prorrogação, os projetos deveriam estar de acordo com um padrão do Ministério dos Transportes e indicou uma empresa*



*de Brasília para fazer esta adequação; QUE CAMILO procurou a empresa que cobrou um valor muito alto pelo projeto, que acabou não sendo feito.*

*A propósito do conteúdo da colaboração acima, a Procuradoria do Estado do Paraná arrolou certos pontos que entendeu por bem destacar (ev.14, pet.1, p.38):*

*Destacam-se:*

- depósitos em contas correntes;*
- mecanismos de lavagem de dinheiro.*
- pagamentos de despesas pessoais;*
- inusitada “briga” entre NECO (ALDAIR PETRY) e BETO RICHA, tendo como controvérsia a “destinação dos recursos ilícitos” (!?);*
- advogado da ECONORTE (JOÃO MARAFON) se prestando ao nobre papel de “entregador de propina”;*
- instituição de “comitê financeiro clandestino” (?!?!?) para arredação de “doações não oficiais”.*

*Por sua vez, tendo ingressado na ECONORTE em 1997, HÉLIO OGAMA assumiu a presidência da concessionária em 2007. Colaborador na "Operação Integração", ele revelou:*

***- Depoimentos de HÉLIO OGAMA, Presidente da concessionária ECONORTE entre 2007 e 2018:***

***ANEXO II – TERMO DE DEPOIMENTO Nº 1 – HÉLIO OGAMA – PANORAMA GERAL DE PAGAMENTO DE VANTAGENS INDEVIDAS NA ECONORTE: QUE o depoente ingressou na ECONORTE em novembro de 1997, no início da concessão; QUE o depoente era diretor de engenharia e posteriormente assumiu o cargo de presidente por volta de janeiro de 2007; QUE assumiu o cargo de presidente quando o Grupo Triunfo passou a controlar integralmente as ações da ECONORTE; QUE até 2007 o presidente da ECONORTE era GUSTAVO MÜSNICH, que saiu para assumir um cargo na Construtora Triunfo; QUE durante a concessão chegaram a integrar a ECONORTE as empresas IVAI, SANCHES TRIPOLONI, ACIONA, BENITO ROJA e ENGEPASA, que aos poucos venderam suas participações para TRIUNFO; QUE na origem da concessão a IVAI era líder do consórcio de empresas, sendo que por volta de 2007a TRIUNFO passou a ter 100% das ações da ECONORTE; QUE por volta de 1999 iniciou-se o pagamento de vantagens indevidas na empresa ECONORTE via ABCR, que fazia a arrecadação e distribuição desses valores a agentes públicos, sempre com dinheiro em espécie; QUE o depoente tomou conhecimento das práticas de vantagens indevidas da ECONORTE desde aproximadamente 1999, porque se tratava de uma prática consolidada na concessionária; QUE no início da concessão quando o Governador JAIME LERNER baixou a tarifa do pedágio em 50% em 1998, iniciou-se uma instabilidade na concessão com greves de caminhoneiros e outros problemas; QUE, em razão disso, os presidentes das concessionárias da época buscaram uma solução para o problema, trazendo para a mesa de negociação alguns agentes públicos do DER/PR, que na época era representado pelas pessoas de PAULINHO DALMAZ, MAURICIO FERRANTE e JOSE STRATMANN e outros dois diretores que o depoente não***

lembra o nome; QUE também sentaram na mesa de negociação a FETRANSPAR (FEDERAÇÃO DE TRANSPORTES DO PARANÁ) e SINDICAM (SINDICATO DOS CAMIONHEIROS AUTÔNOMOS DO PARANÁ); QUE nesta época em virtude da instabilidade gerada, até pelo fato de o pedágio ser algo novo, ocorreram algumas negociações entre esses agentes públicos, como também a FETRANSPAR e SINDICAM; QUE essas reuniões ocorriam no próprio DER/PR na Avenida Iguazu, sendo que pelo ECONORTE GUSTAVO MUSNICH participava e reportava algumas decisões desses encontros ao depoente; QUE GUSTAVO levava algumas planilhas de negociação para o depoente; QUE essas reuniões eram técnico-jurídicas, sendo que o depoente não sabe exatamente de quem foi a iniciativa para começar os pagamentos indevidos; QUE sabe, todavia, que em um determinado momento, em meados de 1999, enquanto ocorriam essas negociações, GUSTAVO MUSNICH afirmou ao depoente que seria necessário iniciar o pagamento de vantagens indevidas a alguns agentes públicos para conseguir uma boa vontade do DER/PR na celebração de aditivos e outros atos que atendessem aos interesses das concessionárias; **QUE os aditivos de 2000 e 2002 foram firmados nesse contexto**; QUE GUSTAVO MUSNICH afirmou ao depoente que esses pagamentos seriam intermediados pelo diretor regional da ABCR da época que o depoente não se recorda o nome; QUE por volta de meados de 2000 esta função foi assumida por JOÃO CHIMINAZZO NETO; QUE GUSTAVO afirmou que seria necessário a viabilização dos pagamentos em espécie, sendo que inicialmente este dinheiro em espécie era gerado pela Construtora TRIUNFO e posteriormente passaram ser utilizados prestadores de serviços da RIO TIBAGI e da ECONORTE, esta última bem mais para frente por volta de 2008; QUE entre 1999 e 2007 coube a GUSTAVO MUSNICH operacionalizar a arrecadação e entrega desses valores para a ABCR dentro da ECONORTE, sendo que de 2007 até meados de 2015 coube ao depoente esta função; QUE quando o depoente assumiu a presidência da companhia, a prática de pagamentos de propina já estava consolidada há muitos anos; QUE as entregas desde 1999 eram feitas na sede da ABCR, inicialmente no prédio do relógio em Curitiba, sendo posteriormente transferido para o Edifício Patriarca, localizado na Marechal Deodoro, 950, estando atualmente em uma sala próxima ao shopping MUELLER; QUE, de acordo com o site, a ABCR é formada por 59 empresas privadas, que atuam em doze estados do País: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; QUE a ABCR tem sede em São Paulo e uma Diretoria Regional no Estado do Paraná e em outros estados da federação, atuando na defesa dos interesses de suas associadas; QUE o depoente não sabe de propinas pagas em outros estados, pois as reuniões na sede de São Paulo eram feitas pelos representantes da TPI; QUE desde 2000 até meados de 2015 o dinheiro era destinado a João Chiminazzo Neto, diretor da ABCR, para posterior repasse; QUE todas as seis concessionárias participavam do rateio da propina desde o início, sendo que a ECONORTE cabia o pagamento de 8 a 10% (em função da arrecadação média proporcional entre as concessionárias do Estado, que era aferida trimestralmente) de um valor global a ser arrecadado no Estado do Paraná; QUE o percentual de 90 a

92% era de responsabilidade das demais concessionárias, em função da arrecadação muito mais expressiva de cada uma delas; QUE havia planilhas de controles desse rateio de propina, sendo que essas planilhas eram entregues por JOÃO CHIMINAZZO nas reuniões de presidentes das concessionárias feitas na sede da ABCR-CURITIBA; QUE essas reuniões eram quinzenais, sendo que esse assunto de pagamentos indevidos surgia sempre que havia necessidade, oportunidade em que JOÃO CHIMINAZZO entregava as planilhas em mãos dos presidentes das concessionárias e algumas vezes enviava a planilha para o e-mail dos presidentes; QUE era usado o e-mail quando algum dos presidentes não estava presentes nas reuniões; QUE no início em 1999 o valor arrecadado mensalmente para propina era de aproximadamente R\$ 120.000,00 mensais, sendo que tal valor era rateado por todos as empresas; QUE esse valor era reajustado conforme a tarifa e algumas vezes havia necessidade de pagamentos extraordinários que serão detalhados em depoimento específico; QUE por volta de 2010 esse valor mensal de arrecadação estava próximo a R\$ 240.000,00, sendo que houve reclamação das concessionárias a JOÃO CHIMINAZZO, que reduziu o pagamento das vantagens indevida a aproximadamente R\$ 150.000,00 mensais; QUE durante a época em que o depoente foi presidente da ECONORTE, o dinheiro era entregue à ABCR usualmente por HUGO ONO, na maior parte das vezes, e ainda por JOÃO MARAFON JÚNIOR e pelo próprio depoente, sendo que essas entregas costumavam ser mensais; QUE, em regra, os valores eram entregues na sede da ABCR, inicialmente na sede do prédio do relógio e depois no edifício PATRIARCA, por volta de 2012-2014; QUE JOÃO CHIMINAZZO quis mudar a sede da ABCR do edifício PATRIARCA quando tomou conhecimento que a Força Tarefa da Operação Lava Jato havia se mudado para o prédio; QUE quem recebia o dinheiro era usualmente a secretária da ABCR em Curitiba, chamada BEATRIZ ASSINI, juntamente com JOÃO CHIMINAZZO; Em algumas ocasiões o dinheiro foi entregue diretamente para João Chiminzotto Neto; que os valores eram entregues em regra na sede da ABCR, mas ficavam guardados em uma sala descaracterizada, alugada por Rui Sérgio Giublin, presidente da concessionária Caminhos do Paraná, que ficava nas proximidades do prédio do MPF em Curitiba, mais especificamente no Ed. CURITIBA BUSINESS CENTER, na Rua Tibagi, 294, Centro, Curitiba – PR; QUE sabe dessa sala porque esporadicamente algumas entregas eram feitas nessa sala, que havia até uma máquina contadora de dinheiro; QUE, além desse esquema geral, havia alguns acertos diretos entre a ECONORTE e alguns agentes públicos estratégicos; QUE um desses agentes públicos estratégico era ANTONIO CARLOS DE CABRAL QUEIROZ, que foi assessor de MAURICIO FERRANTE no DER/PR e hoje está na AGEPAR e que estava na lista de pessoas que receberam ingresso para o camarote da Triunfo na COPA de 2014; QUE QUEIROZ recebeu pagamentos mensais de aproximadamente R\$ 4 mil desde 1999 até meados de 2015, sendo que QUEIROZ recebeu alguns pagamentos entre 2016 até janeiro de 2018; QUE em 2016 QUEIROZ recebeu uma parcela de R\$ 20 mil e em janeiro de 2018 QUEIROZ recebeu outros R\$ 20 mil do depoente; QUE esses valores eram entregues pessoalmente pelo depoente na maioria das vezes em encontros pessoais no hotel em que se hospedava em Curitiba, que em regra eram os

hotéis MABU e FOUR POINT; QUE outra pessoa que recebeu diretamente do depoente fora do esquema da ABCR foi NELSON LEAL JUNIOR, que solicitou vantagens indevidas por três vezes para dar apoio aos pedidos da concessionária no DER/PR: 1) 2014- R\$ 80 mil, entregues pessoalmente pelo depoente na sala de NELSON LEAL JUNIOR por volta de junho de 2014; 2) 2016- R\$ 100 mil, em que NELSON LEAL JUNIOR alegou que era para ajudar na campanha de um candidato a deputado estadual, sendo que esse valor novamente foi entregue a sala de NELSON LEAL JUNIOR em dinheiro vivo por volta de agosto-setembro de 2016, que não sabe se NELSON LEAL JUNIOR entregou o dinheiro ao candidato ou se ou se NELSON LEAL JUNIOR usou apenas como pretexto para solicitar vantagens indevida do depoente; 3) 2017, em que NELSON LEAL JUNIOR solicitou mais R\$ 100 mil, sendo pagos apenas R\$ 60 mil, que foram entregues por JOÃO MARAFON JUNIOR no hotel de hotel FOUR POINT, em Curitiba, tendo NELSON LEAL JUNIOR buscado pessoalmente valor; QUE NELSON LEAL JUNIOR cobrava esses valores pessoalmente e costuma ser muito insistente nas cobranças; QUE nesta época, entre 2014 e 2018 tramitaram três aditivos da companhia no DER/PR e o depoente queria manter a boa vontade de LEAL JUNIOR para analisar esses aditivos; QUE esse assunto do pagamento indevido era reportado aos executivos da TPI em reuniões trimestrais; QUE os executivos eram SANDRO LIMA, CARLO BOTARELLI, ANTONIO QUEIROZ, JOÃO VILAR GARCIA e LUIZ CARVALHO, que tinham conhecimento desses pagamentos; QUE eram reportados os valores pagos a título de propina a estas pessoas;

**ANEXO 12 – TERMO DE DEPOIMENTO Nº 11 – HÉLIO OGAMA – FATOS DA DENÚNCIA:** QUE o depoente integrou um grupo de pessoas que praticava crimes relacionados ao pagamento de vantagem indevida na empresa ECONORTE; QUE o depoente tomou conhecimento que VALDOMIRO RODACKI tinha uma relação ilícita com LEONARDO GUERRA envolvendo empresas de fachada por intermédio da Receita Federal; QUE LEONARDO GUERRA produzia dinheiro em espécie para o depoente; QUE MARCELO ZAMARIAM indicou a empresa PGB para produção de dinheiro em espécie ao depoente; QUE SANDRO LIMA foi o responsável pelos encaminhamento relacionados a RODRIGO TACLA DURAN, que não prestou nenhum serviço para a ECONORTE; QUE houve dois contratos com TACLA DURAN; QUE no primeiro contrato, nenhum serviço foi prestado, sendo que no segundo contrato foi prestado um serviço por um escritório chamado CIOFFI E CARRATU; QUE não conhece RODRIGO TACLA DURAN e IVAN CARRATU; QUE conheceu CARLOS NASSER na Construtora Triunfo, sendo apresentado por LUIZ CARVALHO; QUE SANDRO LIMA afirmou que CARLOS NASSER teria prestado um serviço de IPO a TPI e que pagamentos mensais deveriam ser feitos pela RIO TIBAGI; QUE CARLOS NASSER não prestou nenhum serviço para a RIO TIBAGI, sendo que, caso houve algum serviço, teria sido prestado na abertura de capital a TPI; QUE ANTONIO QUEIROZ, diretor da TPI, era o ponto inicial de contato de CARLOS NASSER; QUE acredita que tem um contrato com a RIO TIBAGI e a POWER MARKETING de publicidade e marketing, sendo que este objeto era fictício; QUE a empresa GTECH prestava serviços para ECONORTE e

*RIO TIBAGI e também produzia dinheiro em espécie para a ECONORTE; QUE o principal ponto de contato para produção de dinheiro em espécie na GTECH era OSCAR GAYER FILHO, sendo que OSCAR GAYER PAI também tinha conhecimento a respeito dessa produção de dinheiro; QUE o depoente fez alguns pagamentos de recursos em espécie a NELSON LEAL JUNIOR entre os anos de 2014 e 2017;*

*Além dos pontos de convergência entre as delações suso, estas apresentaram informações detalhadas sobre o aludido esquema de corrupção que elevava fraudulentamente custos administrativos, operacionais e de conservação da concessionária para justificar os aditivos. Sobre o ponto, o MPF traz a seguinte argumentação comparativa (ev.1):*

*Ao longo do Termo Aditivo 272/2014, há referência a alguns “quadros” que elencam fatores levados em conta na apuração do suposto desequilíbrio contratual. A seguir, apresenta-se análise comparada entre estes quadros (nos quais declaradamente se ampara o aditivo) e parte das contratações ilícitas reveladas nas investigações da “Operação Integração”:*

*- **Quadro 5 (ANEXO 16):** traz “Demonstrativos dos Custos de Administração e Operações – Mão de obra – Revisados em JUNHO 2014 (Conceito de DEGRAU PISTA DUPLA) TRIPÉ ROMEU”;*

*- **Quadro 6 (ANEXO 17):** traz “Demonstrativos dos Custos de Administração e Operação – Outros Custos – revisados em JUNHO 2014 (Conceito DEGRAU PISTA DUPLA) – TRIPÉ ROMEU”, considerando, entre outros, custos da concessionária com (v) consultorias (especificar); (vi) **serviços de terceiros (especificar)**; (vii) **comunicação social**; (viii) material de escritório; (ix) E.P.I.; (x) **materiais diversos**; (xi) **Outros** (especificar).*

- **Destaquem-se as contratações das empresas:** POWER MARKETING (de Carlos Nasser, réu na Ação Penal 5013339-11.2018.4.04.7000) que, segundo confirmado por Helio Ogama, não prestava qualquer serviço para a **ECONORTE**, mas recebia com base em supostos serviços de Marketing (o que se enquadraria no item “vii” - comunicação social); FLORICULTURA GUERRA E ROSA (de familiares de Leonardo Guerra, réu na Ação Penal 5013339-11.2018.404.7000 e administrador da RIO TIBAGI), no valor de aproximados R\$ 6milhões, empregados em benefício pessoal de Leonardo Guerra e também para alimentar o esquema de pagamentos ilícitos, como confirmado por Helio Ogama.*

*- **Quadro 7 (ANEXO 18):** refere-se a “Rodovias Principais – Demonstrativos dos Custos de Conservação”, e pontua: (i) **Limpeza de pistas e acostamentos**; (ii) pavimento; (iii) canteiro central e faixa de domínio; (iv) obras de artes especiais; (v) dispositivos de proteção e segurança; (vi)  **sinalização**; (vii) **terraplenos e estrutura de contenção**; (viii) sistema de drenagem e obras de arte*

correntes; (ix) iluminação e instalações elétricas; (x) edificações e instalações prediais; (xi) **sistemas de controle e comunicação**.

- *Destaquem-se as contratações das empresas: LAMIRO TERRAPLENAGEM (ligada a Valdomiro Rodacki, réu na Ação Penal 5013339-11.2018.4.04.7000, que não tinha existência de fato), recebedora de valores por supostos serviços enquadrados no item “vii” do “Quadro 7”; TERZINHA SABINO GOMES, que, sem existência de fato, recebeu R\$ 14 milhões da **ECONORTE** por serviços de suposta conservação rodoviária, enquadráveis no item “i” do “Quadro 7”; SINATRAF (administrada por Sérgio Lapa, réu na Ação Penal 5013339-11.2018.4.04.7000) que prestou serviços superfaturados de sinalização viária (item “vi” do “Quadro 7”) para a **ECONORTE**, com devolução de ao menos R\$ 450 mil em recursos superfaturados confirmada por Hélio Ogama.*

*Em tempo recente (26/3/2018), o assunto foi retomado pela análise de Carlos Tanaka, analista do TCU, o qual, debruçando-se sobre elementos impactantes na tarifa de pedágio do Lote 1 (lote concedido à ECONORTE), concluiu pela relevância do impacto em favor da concessionária pela elevação dos custos dedutíveis das receitas auferidas, manipulando a TIR (taxa interna de retorno) prevista em contrato, como pela não realização de obras. Sobre o impacto dos custos com administração, operação e manutenção destacou o citado analista (ev.1, anex.24, grifei):*

No caso de operação de rodovias, é evidente a importância relativa que os custos de insumos e serviços de obras de engenharia apresenta no total das despesas. Nesta concessão, a soma dos custos de administração, operação e manutenção com os custos de investimentos (subitens 2.1, 2.2 e 2.5), R\$ 671.320.050,00, correspondem a aproximadamente 70% do total dos custos, R\$ 988.502.134,00.

*Esses elementos, somados aos até então apurados na “Operação Integração” são suficientes para, ao menos nesse instante, respaldar a alegação ministerial no sentido de que os valores tomados à guisa de custo por serviços de administração, operação e conservação eram sistematicamente superfaturados e levados em conta nos respectivos aditivos eram por força do esquema de corrupção delatado pelo ex-diretor-geral do DER/PR e pelo ex-presidente da ECONORTE.*

(...)

*Como já sublinhado, tendo ingressado na empresa em 1997, Hélio Ogama assumiu a presidência da ECONORTE em 2007. Enquanto colaborador narrou que os aditivos de 2000 e 2002 já foram firmados num contexto profissional de corrupção. Vale trazer uma vez mais o trecho exato (ev.1, anex.11, grifei):*

exatamente de quem foi a iniciativa para começar os pagamentos indevidos; QUE sabe, todavia, que em um determinado momento, em meados de 1999, enquanto ocorriam essas negociações, GUSTAVO MUSNICH afirmou ao depoente que seria necessário iniciar o pagamento de vantagens indevidas a alguns agentes públicos para conseguir uma boa vontade do DER/PR na celebração de aditivos e outros atos que atendessem aos interesses das concessionárias; QUE os aditivos de 2000 e 2002 foram firmados nesse contexto; QUE

(...)

De outra banda, chama-se a atenção para o Quinto Aditivo(2014) não ao contrato de concessão, mas ao próprio Convênio de Delegação nº 2/1996, firmado entre União e Estado do Paraná, cuja finalidade era a de permitir alterações no contrato de concessão sem prévia anuência da União. Isto é: alteraram-se até as regras do convênio de delegação(!) para que a fiscalização ocorresse por ciência posterior da União dos atos praticados. O aludido termo foi assinado em 2014 junto ao **Ministério dos Transportes**, mesmo ano em que uma das empresas rés, a saber **RIO TIBAGI**, subsidiária da ECONORTE, efetivou doação à campanha de Dilma Vana Rousseff à Presidência da República (disponível em <<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>>. Acesso em 20 nov.2018):

Data Entrega: 06/12/2014								
Doador	CPF/CNPJ	Doador Originário	CPF/CNPJ Originário	Data	N.º Recibo Eleitoral	Valor R\$	Espécie do Recurso	Doc
RIO TIBAGI SERVIÇOS DE OPERAÇÕES E APOIO RODOVIARIO LTDA	04.395.499/0001-34			24/10/14	000130100000BR004175	450.000,00	Transferência eletrônica	92
						<b>Total de Receitas R\$ 450.000,00</b>		

4							
N.º Documento	Nome do Candidato	CNPJ do Candidato	Número	Partido	Candidatura	Unidade Eleitoral	Fonte do Recurso
9249181	DILMA VANA ROUSSEFF	20.570.274/0001-23	13	PT	Presidente	BRASIL	
						<b>0,00</b>	

**O ano de 2014** foi ainda aquele em que se findou a "revisão amigável" entre DER/PR e ECONORTE já referida nesta decisão. Entre outras disposições, insta indigiar a introdução da cláusula XIX-1 que estabelece a "revisão periódica" do equilíbrio-econômico financeiro. Era uma antiga recomendação do TCU (Acórdão 346/2012), mas que produziu efeito deletério quando inserida no contexto de corrupção sistêmica com custos elevados fraudulentamente. Assim, malgrado pudesse considerar os efeitos econômicos para mais ou para menos, a citada cláusula prevista no Termo Aditivo 272/2014 acabou por legitimar a partir de 2017 apenas degrau tarifário em favor da concessionária (5º Termo Aditivo de 16/11/2017). E deveras não são poucos os elementos técnicos a reconhecer desequilíbrio econômico-financeiro em favor dos usuário dantes havia. Repise-se, a propósito, o teor da delação de Leal Jr.: "QUE quando o Governo BETO RICHA ingressou, em 2011, já haviam ocorrido vários fatores que desequilibraram os contratos em favor das concessionárias, o que inclusive foi objeto de auditoria do TCU em 2012, que determinou que o DER/PR deveria promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos em favor dos usuários". Realmente, o MPF transcreve trecho da conclusão do TCU em 2012 constante no acórdão suso mencionado, proferido no bojo de processo de fiscalização (TC 014.205/2011-4) decorrente de solicitação do Congresso Nacional, in verbis (ev.1, inicial, **destaquei**):

Por esse motivo, de fato, há indícios de que os aditivos firmados em 2000 e em 2002, e outros eventos diversos, **transigiram ou renunciaram direitos dos usuários**, ao modificar a relação entre encargos e remuneração, estabelecida no início do contrato, o que

*corresponde ao desequilíbrio econômico-financeiro. Necessário ressaltar que os valores de pedágio e dos investimentos das concessionárias referem-se às principais variáveis do contrato de concessão, **beneficiando as concessionárias**. A interrupção da relação de equilíbrio, quer por diversas intervenções nos contratos iniciais, quer por não ter sido considerado o cenário econômico mutável, denota a prática de **tarifas desproporcionais** aos encargos estabelecidos via aditivos, que fere o princípio da razoabilidade, da modicidade e da economicidade, os quais regem os contratos administrativos.*

*Nesse sentido, sobre os aditivos com a ECONORTE, o colaborador Nelson Leal Jr. asseverou (ev.1, anex.2, grifei):*

*iniciada em 2018, sendo executada pela própria Triunfo; QUE esses aditivos eram extremamente benéficos às concessionárias e foram firmados por pressão do governo estadual, sendo que o depoente tecnicamente não faria esses aditivos; QUE as*

*Corroborando o vício do Termo Aditivo 272/2014 o fato de ter tomado em conta, convalidando, todos os vieses e malfeições das alterações anteriores, notadamente de 2000 e 2002. O argumento foi bem delineado pela Procuradoria do Estado do Paraná, no seguinte trecho (ev.14, pet.1, p.61, adicionei destaques em negrito e sublinhado):*

*A “revisão”, no caso da ECONORTE, consubstanciou-se com o Termo Aditivo 272/2014 (ANEXO 35 da inicial), cujo instrumento expressamente consignou (“Considerando – item iii”):*

*“O CONTRATO nº 071/97 e seus aditivos contratuais nºs 14/2000 e 34/2002 (em conjunto, os “Aditivos”) permanecem íntegros e são, nesta oportunidade, ratificados, em todos os seus termos, cláusulas e condições que não forem expressamente modificados no presente Aditivo, inclusive no que se refere à atual extensão do trecho concedido de 275,47 Km para 340,77 Km, realizada por força do Aditivo nº 34/2002”*

*(...)*

*Afora isso, no mesmo famigerado ano de 2014, em idêntico contexto de “revisão amigável” do qual originou-se o multicitado Termo Aditivo 272/2014, surge um anexo V, dedicado a processos judiciais em andamento, a respeito dos quais não caberia mais discussão naquilo que confrontasse o “amigavelmente estabelecido”. São listadas 17 ações judiciais (anexo V disponível na internet), entre as quais a AO 2004.70.00.039113-6 (anexo V do aludido termo aditivo):*

QTDE DE AÇÕES	TIPO DE AÇÃO	AUTOR	Réu	Nº PROCESSO
1	Ordinária / Reequilíbrio	Econorte	Estado do Paraná, DER, União e ANTT	5ª Vara Federal de Curitiba 2004.70.00.039113-6

*A referida demanda tramitou perante 1ª VF de Curitiba. A ECONORTE pedia “a revisão judicial da tarifa básica de pedágio, alegando desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de quatro eventos: 1) postergação da implantação da Praça de Jacarezinho-PR; 2) demora na autorização de reajuste contratual, ocorrido após a*



*data contratada; 3) perda de receitas alternativas nos anos 4, 5 e 6 da concessão; e 4) modificação na metodologia de cálculo do índice de pavimentação pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, índice este integrante da fórmula de reajuste da tarifa", segundo trecho do relatório da sentença da lavra da então Juíza Federal, atual Desembargadora Federal Cláudia Cristina Cristofani, que em meticuloso julgamento deu por **improcedentes todos os pedidos**. Houve interposição de recurso de apelação, que não foi julgado no mérito, porquanto em 15/09/2015 a 4ª Turma do E. TRF da 4ª Região deu por prejudicado os recursos justamente diante da revisão amigável veiculada pelo 4º Termo Aditivo ao contrato.*

*(...)*

*Em outras palavras, os agentes do DER e AGEPAR concederam à ECONORTE aquilo que nem judicialmente fora obtido. O que, aliás, ocorreu em relação a outros eventos indicados na mesma sentença, de total improcedência, quais sejam:*

- reequilíbrio por perda de receita devido à postergação de implantação da Praça de Jacarezinho (R\$ 1.709.000,00);*
- reequilíbrio por perda de receita por não autorização do reajuste contratual em 1º de dezembro de 2002 (R\$ 155.000,00);*
- reequilíbrio perda de receitas alternativas nos anos 4, 5 e 6 (323.000,00);*
- reequilíbrio decorrente modificação da metodologia de cálculo do índice de pavimentos pela FGV (517.000,00).*

*Em outros termos, o que o Judiciário negou à concessionária, o esquema lho concedeu.*

*E cá chegados é oportuno abrir um parêntese para expor algo fundamental para compreender o que se passou no interior da - assim chamada por Nelson Leal Jr. (ev.1, anex.9) - "**associação criminosa**". Tendo tido ciência do acórdão do TCU acima referido, o Estado do Paraná contratou a Fundação Instituto de Administração-FIA (contrato 337/2012) com o objetivo de promover estudos acerca do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Pois bem. O resultado em **2013** foram relatórios no total de 17 (ev.14, anex.6 a 21) e um encaminhamento de respostas às indagações da Procuradoria Geral do Estado do Paraná (ev.14, anex.22), além de um modelo em planilha eletrônica para cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro dos seis contratos de concessão (não juntado aos autos). Com isso, **no mesmo ano de 2013**, a Procuradoria Geral do Estado aprovou pareceres da lavra de Dra. Ana Elisa Perez Souza e Dr. Juliano Ribas Dea, ambos Procuradores do Estado, e de Dra. Joseane Luzia da Silva, advogada do DER/PR, acerca da matriz de Risco dos contratos de concessão do Estado do Paraná e sobre a cláusula de revisão periódica determinada pelo TCU (Pareceres 28/2013 e 08/2013 que foram um todo de 162 laudas, ev.14, anex.4), bem como da lavra dos dois Procuradores do Estado mencionados outro parecer que, com esteio nos resultados apresentados pela Fundação Instituto de Administração-FIA, traçaram "parâmetros a serem observados na revisão dos contratos" (trecho final da ementa do parecer, ev.14, anex.5). Ocorre que, mesmo depois de tudo isso, como relata a Procuradoria do Estado do Paraná (ev.14, pet.1, destaques no original):*

*Foi o mesmo parecer encaminhado, em dezembro de 2013, ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (na pessoa do então diretor-geral NELSON LEAL JÚNIOR...) e à SECRETARIA DE ESTADO INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (na pessoa do então secretário JOSÉ RICHÁ FILHO...) para que fossem as diretrizes nele consignadas.*

*Ocorre que, a despeito dos exaustivos trabalhos técnico e jurídicos, das ponderações e determinações feitas por órgãos de controle externo (notadamente, o Tribunal de Contas da União), da ciência quanto aos vícios que permeiam as concessões rodoviárias, pouco ou nada foi feito.*

*Em vez de corrigir e realizar as adequações técnicas pertinentes, concessionárias, seus dirigentes e agentes públicos trataram de manter os contratos e respectivos programas de exploração, essencialmente, os mesmos, com poucas modificações. Mantiveram-se elevadas taxas de retorno (injustificáveis, seja pela incorreção dos aditivos de 2000 e 2002, seja pela mutabilidade inerente aos cenários econômicos, que, no transcurso de vinte anos, variam).*

*E prossegue linhas abaixo (ev.14,pet.1, destaque no original):*

*Mencionam-se, ainda, tarifas elevadíssimas, desproporcionais às obras assumidas, muito inferiores ao “preço” cobrado de numerosos usuários. E, como se não fosse suficiente, boa parte das obras foram deslocadas para o fim dos contratos.*

*Em outras palavras, durante aproximadamente vinte anos, o usuário pagou e tem pago tarifas elevadíssimas, desconformes com a “qualidade” dos serviços. Cita-se, apenas a título de exemplo, a BR-277, rodovia que atravessa o ESTADO DO PARANÁ e sequer tem sua maior parte duplicada.*

*Apenas ao final, serão os usuários “contemplados” com algumas obras.*

*Poderia e deveria ser diferente.*

*Não obstante, agentes do DER, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA historicamente atuam como verdadeiros representantes dos interesses das concessionárias. Nada fizeram, em especial após as determinações feitas pelo Tribunal de Contas da União. Deveriam, na condição de representantes do Poder Concedente, zelar pelos indisponíveis direitos dos usuários.*

*Sendo assim, tudo isso indubitavelmente sustenta o pleito de redução imediata da tarifa praticada nas praças de arrecadação da ECONORTE em 26,75%, valendo registrar a observação da Procuradoria do Estado do Paraná sobre o percentual: "Destaca-se, no mais, que o percentual cuja redução é pretendida é modesto (porquanto restrito aos degraus tarifários), de modo que, em momento oportuno, ressalva-se a apresentação de valores e/ou percentual adicional, abrangente de outras vertentes dos ilícitos (em especial, dos remanejamentos e supressões de obras e investimentos, decorrentes do termo aditivo de 2000)." (ev.14, pet.1, p.76, negritei.)*

(...)

*A propósito, o contexto mais recente era tal e tamanho que em alguns termos aditivos sequer pelo Poder Público eram confeccionados. Eram redigidos em âmbito privado, isto é, no recôndito da empresa concessionária. De molde, declarou-o o advogado João Marafon Junior, assessor jurídico da ECONORTE, o qual, carecendo de técnicos, seguia as orientações do delator, então presidente da ECONORTE, Hélio Ogama. Eis o admitido por João Marafon Junior em declarações perante a Polícia Federal por ocasião da "Operação Integração"(ev.1, anex.32, p.3):*

27/08/2014, respondeu que não se recorda; **QUE** questionado sobre sua atuação no aditivo do Contorno Norte de Londrina (ANEXO 2), firmado em janeiro de 2018 e questionado quem demandou que o declarante fizesse uma minuta excluindo esta obra da concessão, respondeu que a redigiu a pedido de **HELIO OGAMA, nos parâmetros ditados por ele**; **QUE** questionado se tem conhecimentos técnicos em engenharia e contabilidade, que te permitam avaliar impactos no contrato de concessão e elaborar, sozinho, um termo aditivo, respondeu que **não tem conhecimento para elaborar os cálculos de reequilíbrio**; **QUE** quem lhe repassou as premissas a serem seguidas neste caso foi **HELIO OGAMA**, sendo que ele lhe disse que a fixação havia sido feita pelo próprio DER/PR; **QUE** questionado se houve um procedimento formal para isso dentro da concessionária respondeu que não; **QUE** questionado se os aditivos

*Em síntese: dezessete relatórios técnicos da FIA, respostas às indagações da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e modelo em planilha eletrônica para cálculo do equilíbrio econômico-financeiro da mesma Fundação, pareceres alentados da Procuradoria do Estado do Paraná, um dos quais traçando parâmetros a serem observados na revisão dos contratos; e no final têm-se termos aditivos redigidos por assessor jurídico da própria concessionária que, à míngua de conhecimentos técnicos de engenharia e contabilidade, o faz sob as recomendações do Presidente da empresa, ora colaborador, Helio Ogama.*

**30.** No mesmo processo, no agravo de instrumento 50464373520184040000, o relator, em liminar, também assim destacou (ev. 2 dos autos do recurso):

*Ao conceder a tutela de urgência, a decisão agravada julgou presente a **probabilidade do direito** invocado pelo autor da ação. Para tanto, baseou-se em pareceres gestados no seio do TCU e da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, mas, precipuamente, nas declarações prestadas em acordos de colaboração premiada, colhidas em razão da deflagrada "Operação Integração". No entender da Agravante, tais declarações não passam de "afirmações retóricas", feitas por réus presos. Diz, ainda, que termo de colaboração não constitui meio de prova.*

*Da análise de tais termos de colaboração, sobressaem dois aspectos. O primeiro, é quantitativo. Não se trata de declaração isolada de um único personagem, mas, sim, três termos de colaboração congruentes entre si e que se complementam. O segundo aspecto, mais relevante, é o qualitativo. Não se está tratando de relatos prestados por pessoas quaisquer. Pelo contrário. O primeiro colaborador, Nelson Leal Júnior, foi, nada mais nada menos, o **Diretor-Geral do DER/PR** entre 2013 e 2018. O segundo, Hélio Ogama, foi **Presidente da Agravante**, desde 2007. O terceiro, Hugo Ono, **ex-controller** da Econorte.*

*Não empolga o argumento de que o § 16 do art. 4º da Lei nº 12.850 reze que "nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador". E nem o de que o Pleno do STF tenha declarado que descabe condenação lastreada exclusivamente em colaboração premiada, segundo referido pela Agravante (Inq. 3983, Min. Teori Zavascki, j. em 12-5-2016). Aqui, não se está obrando na esfera criminal, que possui diverso standard probatório. E, mesmo que possível a transposição, não se está em grau de condenação, mas apenas nos primórdios do processo, em juízo de tutela de urgência. No correr da instrução processual, terá a Agravante oportunidade de provar; se for o caso, que os relatos feitos pelos colaboradores não passam de invencionices.*

*Voltando aos termos de colaboração, o que deles se depreende é estarrecedor. Se verdadeiros os relatos, o Programa de Concessão da malha viária do Estado do Paraná, já nos idos de 1996 nasceu tísido pelo desvio de finalidade, tendo tal situação irregular perdurado até o momento atual, em benefício das empresas investigadas e prejuízo da população. Segundo relatado pelo ex-Diretor do DER/PR, ao invés de concorrência real, "na licitação foi feita a divisão dos lotes de forma consensual, sendo que na época não teve concorrência, havendo um arranjo entre as empresas que formara os seis lotes". Ou seja, "o DER recebeu um edital pronto, com a indicação das empresas beneficiárias". Já no estabelecimento inicial do preço da tarifa, foi deixada de lado a tabela unitária de custos e serviços utilizada até então pelo DER/PR, para ser utilizada, em seu lugar, "outra tabela (...) cujo valor dos insumos era muito superior", tendo sido "fixada uma TIR fixa de 18% a 22%, o que é extremamente alto para os padrões atuais". Os aditivos contratuais que se seguiram foram gestados dentro do Palácio do Governo, sendo as modificações, todas benéficas às concessionárias, azeitadas pelo pagamento de propinas aos funcionários públicos e agentes políticos da época, propinas estas que ora se dirigiam ao enriquecimento ilícito individual, ora para o financiamento de campanhas políticas, em nível estadual e federal. As alterações contratuais que poderiam parecer, à primeira vista, benéficas à população - como, por exemplo, a redução da tarifa de pedágio em 50%, às vésperas da eleição de Jaime Lerner, em 1998, em verdade tinham por finalidade proveitos eleitorais, tanto que, logo após empossado o Governador, a tarifa foi restabelecida, sem que fosse igualmente restabelecida a obrigação das concessionárias de fazer investimentos, que havia sido suspensa a título de compensação da redução tarifária.*

*Assim, verifica-se que, segundo relatado nos termos de colaboração, mesmo que se retome o leito original do contrato de concessão, com a suspensão dos aditivos contratuais, conforme determinado na decisão agravada, o benefício da Agravante ainda continuaria garantido.*

*É de se lamentar que tal situação tenha perdurado por vinte e dois anos, sem que o poder concedente tenha tomado as rédeas da concessão, e apenas agora, às vésperas do término contratual, tal situação seja revelada.*

**31.** Ainda, e aí mais especificamente quanto ao processo administrativo que resultou no aditivo questionado e sua relação com esse contexto geral, assim argumentou o Juízo de Jacarezinho, na primeira dessas duas ações de improbidade em tela (ev. 16):

#### **6.1.3.3. Processo administrativo de revisão amigável**

*Para dar atendimento ao determinado pelo TCU Acórdão 346/2012, foram contratados os trabalhos técnicos da Fundação Instituto da Administração - FIA, a fito de subsidiar a revisão dos contratos de concessão em âmbito estadual. Os relatórios produzidos no ano de 2013 pela FIA encontram-se anexados no ev.1 (anexos 20 a 36).*

*No mesmo ano de 2013, com esteio nos resultados apresentados pela Fundação Instituto de Administração-FIA, a Procuradoria Geral do Estado aprovou o **Parecer 28/2013-PGE/08/2013-NJA/DER, datado de 24/05/2013** (ev. 1, anexo 19 - identificação da matriz de risco dos contratos de concessão) e o **Parecer 043/2013-PGE, datado de 5/11/2013** (ev. 1, anexo 18 - parâmetros revisionais).*

*Segundo os autores, nos pareceres os relatórios foram encaminhados ao DER e à Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado. Ocorre que teriam sido ignorados no processo de revisão amigável. Discorrem a respeito os demandantes (ev.1, inic., p.86):*

*(...)Impende destacar que muito previamente ao termo aditivo 272/2014, foram encaminhados os Pareceres 28/2013 (ANEXO 19 - identificação da matriz de risco dos contratos de concessão) e 043/2013 (ANEXO 18 - parâmetros revisionais) da Procuradoria-Geral do Estado ao DER e SEIL, respectivamente nas pessoas de NELSON LEAL JÚNIOR e JOSÉ RICHÁ FILHA.*

*Referidos pareceres foram feitos com amparo em trabalhos técnicos da FIA – Fundação Instituto da Administração e destinavam-se a balizar os trabalhos revisionais, inclusive para atendimento do Acórdão 346/2012 – TCU (ANEXO 37).*

*Apenas para serem “engavetados” e ignorados.*

*Ignorados não foram, como se verá. Há referência no processo administrativo de revisão amigável pelo menos ao Parecer 28/2013-PGE/08/2013-NJA/DER, datado de 24/05/2013, e a uma orientação administrativa. Confiro.*

*Compulsando os autos administrativos, observa-se que poucos dias depois do último parecer, “em 28 de novembro de 2013, a Coordenadoria de Concessão e Pedágios Rodoviários do DER (CCPR) apresentou Relatório Conclusivo, analisando todos os eventos que geraram impacto no equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão”, como afirmado pela ECONORTE (ev.10, pet.1, p.22).*

*Realmente, o relatório, produzido em **novembro de 2013**, encontra-se em ev.1, ANEXO9, Página 115 e ss. Cuida-se da Informação 1.499/2013 da CCPR, **elemento de influência fundamental na decisão administrativa no bojo do processo de revisão amigável**. A aludida informação é da lavra de Mauricio Luiz de Oliveira Franco.*

*No mesmo mês (novembro de 2013), referidas informações são encaminhadas para parecer da Procuradoria do DER pelo então Diretor-Geral do DER, Nelson Leal Jr. (colaborador na Operação Integração), já com o esclarecimento antecipado de que, na visão da Direção-Geral do DER, o CENÁRIO 3 seria “a alternativa julgada mais justa para a finalização do processo de revisão amigável” (ev.1, ANEXO12, Página 48).*

*Em 12 de dezembro de 2013, o parecer jurídico do DER solicitou novas informações à CCPR (ev.1, ANEXO12, Página 49 e ss.).*

*No dia seguinte, a informação técnica 1.578/2013, igualmente de autoria de Mauricio Luiz de Oliveira Franco, veio aos autos (ev.1, ANEXO12, pp.63-65).*

*Três dias depois, a Procuradora Jurídica do DER elaborou parecer favorável ao cenário 3, já indicado anteriormente por Nelson Leal Jr. como o mais justo (ev.1, ANEXO12, pp.67 e ss.).*

*A propósito, foi nesse parecer jurídico que houve referência ao Parecer 28/2013-PGE/08/2013-NJA/DER, quando ficou laconicamente consignado (ev.1, ANEXO12, p.92):*

*Verifica-se que a informação técnica 1578/2013 afirma que estes itens atendem o Parecer nº08/2013-NJA/DER, que tratou da matriz de risco dos contratos de concessão rodoviária do Estado do Paraná, pois este está inserido no conteúdo dos estudos da FIA.*

*Com lastro nessas considerações, a ECONORTE (evento 10) discorda da interpretação dos autores, segundo a qual estaria o processo de revisão amigável, que culminou com a edição do Quarto Aditivo 272/2014, inquinado por alguma eiva.*

*Na visão da empresa, o passar em revista dos atos praticados no processo administrativo demonstra a regularidade substancial e formal dos atos então praticados.*

*Para tanto, importaria o exame da já referida Informação 1.499/2013 da CCPR, analisando cada um dos 21 itens que consubstanciariam eventos relevantes aptos a desequilibrar a concessão, e que poderiam ser objeto de Termo Aditivo, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Além - é claro - da informação técnica 1.578/2013 que consubstanciará evidência do respeito às determinações do TCU e atendimento aos estudos da FIA, o que indicaria a preocupação dos advogados da autarquia com o atendimento de tais prescrições (ev.10, pet.1, p.25).*

*E avança a ECONORTE descrevendo os demais passos que demonstrariam a lisura da revisão administrativa. Entre eles um novo estudo, agora de autoria do Professor Doutor José Roberto F. Savoia, que representaria a visão da FIA à luz dos “dados revisionais produzidos para a realidade concreta do Contrato de Concessão da Econorte” (ev.10, pet.1, p.26, grifos no original). Diante então dos dados concretos produzidos no processo administrativo de revisão amigável, “a FIA não hesitou em cancelar as contas feitas pelo DER” (ev.10, pet.1, p.26, destaques no original).*

*Pois bem. De fato. O novo parecer da FIA sob coordenação do Professor Doutor José Roberto F. Savoia é encaminhado aos autos administrativos de revisão amigável da parte da Coordenaria de Concessão e Pedágio Rodoviários, pelas mãos de Paulo Montes Luz. Nesse novo estudo foram avaliados os resultados finais da negociação que resultou no Termo Aditivo 272/2014.*

*O estudo encontra-se nos autos, evento 1, anexo 13, p.86 e ss. Impende, por oportuno, destacar a ressalva consignada neste trabalho no sentido de ter sido elaborado tomando em consideração as fontes encaminhadas pelo DER/PR ou de domínio público.*

*Ademais, o novo Parecer do Professor Doutor José Roberto F. Savoia expressamente destaca não ter tido acesso ao aditivo contratual em relação aos itens acordados, o que o impediu de externar consideração a respeito. Pôde frisar, entretanto, que, em relação às questões da praça de Jacarezinho e da fórmula paramétrica, o acordo não considerou resultados de ações judiciais: “Em relação aos itens acordados, destacamos não termos tido acesso ao aditivo contratual, o que nos impede de exarar considerações a respeito. No entanto, em dois aspectos: Praça de Jacarezinho e na Fórmula Paramétrica se observa que o acordo não considerou os resultados das ações judiciais.” (evento 1, anexo 13, p. 88).*

*Na sequência, no processo administrativo de revisão amigável, remetido o processo a AGEPAR, essa solicitou informações para o DER. (Evento 1, anexo 13, pp.110-112). As informações foram prestadas (anexo 13, p. 14 e ss.).*

*Segundo a ECONORTE, a direção do DER e a CCPR apresentaram justificativas a pedido da AGEPAR(ev.10, pet.1, p.27). As explicações são datadas de **19 de agosto de 2014** (evento 1, anexo 13, p. 116) e são assinadas por Roberto Abagge dos Santos, Coordenador de Concessão e Pedágio Rodoviários, e por Paulo Montes Luz, Diretor de Operações DER/PR.*

*Em **20 de agosto de 2014**, o Diretor-Geral do DER, Nelson Leal Júnior encaminha para a AGEPAR o processo para homologação (evento 1, anexo 16, p. 50).*

*Em **29 de agosto de 2014**, consta novo parecer jurídico do DER nos autos (anexo 16, p. 52 e seguintes).*

*O Termo Aditivo, datado de **18 de novembro de 2014**, passou pela Casa Civil em **20 de novembro de 2014** (ev.1, anexo 17, p.67) e chegou à AGEPAR, onde no dia **27 de novembro de 2014** foram praticados vários atos no mesmo dia até a Resolução Homologatória 010, de **27 de novembro de 2014** (ev.1, anexo 17, p.83), incluindo encaminhamento do então pelo Diretor-Presidente(ev.1, anexo 17, p.69), parecer da gerência de fiscalização e qualidade dos serviços (ev.1, anexo 17, pp.70-73) e da procuradoria jurídica (ev.1, anexo 17, pp.74-75), sorteio de relatoria (ev.1, anexo 17, pp.76-77), novo encaminhamento ao Diretor Presidente (ev.1, anexo 17, p.78), novo sorteio de relatoria (ev.1, anexo 17, p.79), relatório e voto do Diretor de Tarifas e Estudos Econômicos e Financeiros, cuja conclusão foi pela aprovação de termo aditivo já assinado (ev.1, anexo 17, pp.80-82), além do retorno no mesmo dia **27 de novembro de 2014**, depois da mencionada Resolução Homologatória 010, mediante ofício 130/2014/GAB do Diretor Presidente da AGEPAR para o Diretor-Geral do DER, Nelson Leal Jr.(ev.1, anexo 17, p.84).*

**Pois bem.**

*Considerando a causa de pedir, não se pode perder de vista que o alegado esquema de corrupção influenciava externamente o fluxo do processo administrativo amigável que seguia sobre uma “aparência de normalidade”. É do que se tratará a seguir.*

**6.1.3.4. Indícios robustos de causalidade: esquema de corrupção - atos de ofício**

*Não há dúvida de que a análise isolada do processo administrativo de revisão amigável - como propõe a Econorte (ev.40) - vem blindada - como não poderia deixar de ser - por uma série de justificativas jurídico-administrativas e de pseudo-opções exercidas pelo Poder Concedente que, a pretexto das bases e justificações técnicas, favorecem em grande parte a Concessionária.*

*O ponto é que, a bem da verdade, havia por trás de uma aparência de normalidade administrativa o influxo de um esquema de corrupção que, em tese, movia a conduta dos agentes administrativos e políticos. É nesse contexto que atos no processo administrativo de revisão amigável aparentemente são praticados, a exemplo da Informação 1.499/2013 da CCPR examina cada um dos 21 itens que consubstanciariam eventos relevantes aptos a desequilibrar a concessão; da opção antecipada do então diretor Nelson Leal pelo cenário 3; do reconhecimento por parte da Procuradoria Jurídica do DER de que a Informação Técnica 1.578/2013 afirma o atendimento ao Parecer 08/2013 NJA/DER ou 28/2013 da PGE, dando, sem mais, a questão por superada (evento 1, anexo 12, p. 92). É sob influência desse esquema de corrupção que, neste mesmo parecer, sem maiores questionamentos, considera-se que, a despeito da sentença favorável ao DER, pelo fato de ser incerto o resultado de eventual recurso, é possível que o Poder Concedente desconsidere uma sentença judicial favorável aos usuários para outorgar à ECONORTE o que lhe fora até então negado pelo Judiciário.*

*É neste mesmo influxo que este mesmo Parecer, com naturalidade e sem maiores justificativas, reconhece a possibilidade da Ação Popular nº 2006.70.13.003009-4 e da Ação Civil Pública nº 2006.70.13.0024343, não tendo transitado em julgado ainda decisões de múltiplas instâncias francamente favoráveis aos usuários, não obstar a esfera de discricionariedade administrativa do DER e do Estado do Paraná para, por meio de seus dirigentes, optar por incluir as receitas que não foram cobradas na praça de Jacarezinho como razão apta a realizar o Termo de Ajuste de 2014 (ev.1, anexo 12, evento 1, p. 93-94).*

*É, também, no influxo desse sistema de corrupção que a Coordenadoria de Pedágios Rodoviários, por intermédio de Paulo Montes Luz, encaminha ao processo administrativo de revisão um novo parecer da FIA, assinado pelo Professor Doutor José Roberto F. Savoia, apresentando, então, um parecer lastreado em elementos **que o próprio DER encaminhou para a FIA.***

*Na mesma senda, a influência externa do esquema na (boa) vontade dos agentes públicos é o que, em realidade, parece explicar a celeridade atípica do procedimento, a opção pelo terceiro cenário, e todas as demais opções administrativas que foram efetivadas num ambiente de vinculação entre particulares e agentes públicos impróprio.*



*É nesse influxo que se observa, portanto, as opções administrativas de consideração e justificação de itens que poderiam impactar no reequilíbrio econômico-financeiro, incluindo alguns em desfavor da concessionária (que serviriam - cumpre dizer - até para reforçar uma aparente legalidade no procedimento; tanto o é que a ECONORTE esforça-se para trazer alguns - 3 itens entre 21 - a título de reforço pela imparcialidade da atuação administrativa, cf. ev.40, pet.1, p.28).*

*Para melhor explicitar o que se quer significar, vale destacar que um dos principais atos administrativos praticados na revisão amigável foi mesmo a análise da CCPR (Informação 1.499/2013) dos eventos que possivelmente poderiam impactar no reequilíbrio econômico-financeiro, análise esta que foi realizada **em novembro de 2013** (evento 1, anexo 9, p. 115). É nesse influxo que se observa, portanto, as opções administrativas de consideração e justificação de 21 itens, incluindo alguns em desfavor da concessionária (que serviriam - cumpre dizer - até para reforçar uma aparente legalidade no procedimento; tanto o é que a ECONORTE esforça-se para trazer alguns - 3 itens entre 21 - a título de reforço pela imparcialidade da atuação administrativa, cf. ev.40, pet.1, p.28).*

*Outrossim, o Parecer do DER, por determinação de Nelson Leal, em **novembro e dezembro de 2013** (evento 1, anexo 12, p. 48 e 60); a resposta da CCPR consubstanciada na Informação 1578/2013 (evento 1, anexo 12, p. 63); o Parecer do DER que justifica ações judiciais e estudos da FIA e o respeito ao Parecer da Procuradoria nº 28/2013 (08/2013) (evento 1, anexo 12, p. 67); **todos esses eventos, no final de 2013**, estão próximos de manifestações do alegado esquema de corrupção, incluindo pagamentos da ECONORTE a empresas noteiras, comprovações indiciárias de entrega de recursos a Hugo Ono, Daniel Vitorino, advogado Marafon, para abastecimento do esquema, quer diretamente, quer junto a ABCR, viagens a Curitiba, contatos telefônicos, todos esses que serão considerados e foram considerados na petição inicial e constam de outros processos administrativos. Nesse sentido trecho da petição inicial (ev.1, inic., p. 161):*

*Nos anos de 2013 (ano que em que estava em curso o processo revisional que culminou no Termo Aditivo 272/2014) e 2014 (repise-se, ano eleitoral e ano em que foi feito o Termo Aditivo 272/2014), foi verificado intenso fluxo de recursos entre a RIO TIBAGI e as empresas (fictícias ou não) GTECH ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA., FLORICULTURA GUERRA E ROSA, ZANUTO INDÚSTRIA MECÂNICA, PGB ENGENHARIA, SINATRAF, dentre outras.*

*Da mesma forma, **no ano de 2014**: fevereiro/2014, o novo estudo da FIA (fev./2014) com base em dados fornecidos pelo DER (ev.1, ANEXO13, Página 86); agosto/2014, justificativa cenário 3 (paulo montes luz) (ev.1, ANEXO13, Página 114); agosto/2014, Nelson Leal Jr. envia para Agepar processo de revisão (ev.1, ANEXO16, Página 50); novembro/2014: concordância expressa da ECONORTE (ev.1, ANEXO16, Página 64); novembro/2014: assinatura do TA272/2014 (ev.1, ANEXO16, Página 69). Atos administrativos praticados paralelamente às seguintes ocorrências suspeitas (ev.1, inic., p. 172 e ss.):*

*Nos anos de 2013 e 2014, em houve tramitação do processo revisional pertinente à ECONORTE, com derradeira conclusão com homologação pela AGEPAR, o fluxo de remessas de*

recursos em espécie foi intenso e concomitante à prática dos atos necessários e conclusivos. Nesse ponto, cita-se exaustivo, laborioso e excelente trabalho feito pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, mediante cruzamentos de dados de chamadas telefônicas, viagens, registros de entradas no local onde se acondicionava propina, abaixo transcrito, contida no pedido de busca e apreensão autuado sob o número 5036128-04.2018.4.04.7000 (ANEXO 67 – pp. 11-159):

“Com objetivo de identificar possíveis ocorrências destes pagamentos e entregas, apresenta-se a seguir um comparativo entre vários dados já disponíveis: bancários, extratos de “sem parar” do veículo oficial da ECONORTE, registros de embarques aéreos de MARAFON e ONO nas empresas GOL e TAM, registros de hospedagem disponíveis no HOTEL ROCHELLE (próximo à sede da ABCR e do edifício CURITIBA BUSINESS CENTER) e registros de acesso à sala referida por OGAMA como alugada por RUY GIUBLIN para acondicionar dinheiro em espécie. Os fatos e datas coincidentes são relatados a seguir:

• (i) 25/03/2013 – pagamento da RIO TIBAGI para a empresa ZANUTO, no valor de R\$ 65.000,00. Em 26/03/2013, JOÃO MARAFON embarca de Londrina para a Curitiba em voo da empresa TAM. Em 27/03/2013, CHIMINAZZO tem breve reunião com Pepe Richa (ANEXO 333).

• (ii) 12/12/2013 – o veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a São Paulo/SP, passando por praça de pedágio em São Bernardo do Campo/SP (local da sede da LL SYSTEM). Por volta das 16h, registra passagem por pedágio em Ourinhos/SP, já no sentido Londrina (aproximados 150 km de distância). Nesta mesma data, JOÃO MARAFON embarca em voo da TAM em Londrina com destino a Curitiba (aproximadamente 50min de viagem), registrando-se sua estadia no HOTEL ROCHELLE (nas imediações da ABCR) a partir das 20h34 de 12/12/2013.

◦ Telefonemas :

▪ BEATRIZ x MARAFON: 12/12/2013, 18h52; 13/12/2013, 11h32.

▪ BEATRIZ x HUGO ONO: 13/12/2013, às 11h28min.

◦ Acessos à LBG31: BEATRIZ ASSINI em 12/12/2013 e 13/12/2013; JOÃO CHIMINAZZO em 12/12/2013.

(iii) 18/12/2013 – o veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a Curitiba (conforme registros do SEM PARAR, o veículo passa, sentido sul, no último pedágio rumo a Curitiba por volta das 10h46 e retorna pela mesma praça, agora sentido norte, por volta de 15h04).

◦ Telefonemas:

▪ BEATRIZ x MARAFON: 17/12/2013 – 7 mensagens entre 9h33 e 10h41.

◦ Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 17/12/2013 e 18/12/2013; JOÃO CHIMINAZZO em 17/12/2013.

• (iv) 09/01/2014 – o veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a Curitiba (conforme registros do SEM PARAR, o veículo passa, sentido sul, no último pedágio rumo a Curitiba por volta das 10h17 e retorna pela mesma praça, agora sentido norte, por volta de 16h23).

◦ Telefonemas:

▪ BEATRIZ x MARAFON: 09/01/2014 – 5 ligações entre 10h55 e 11h09.

◦ Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 14/01/2014; JOÃO CHIMINAZZO em 15/01/2014

• (v) 15/01/2014 – pagamento da RIO TIBAGI para a empresa ZANUTO, no valor de R\$ 40.750,00; 20/01/2014 – pagamento da RIO TIBAGI para a empresa ZANUTO, no valor de R\$ 100.000,00

◦ 29/01/2014 – veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a Curitiba (conforme registros do SEM PARAR, o veículo passa, sentido sul, no último pedágio rumo a Curitiba por volta das 10h30 e retorna pela mesma praça, agora sentido norte, por volta de 16h50).

◦ Telefonemas:

▪ BEATRIZ x MARAFON: 29/01/2014, 11h07.

◦ Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 29/01/2014.

• (vi) 07/02/2014 – veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a Curitiba (conforme registros do SEM PARAR, o veículo passa, sentido sul, no último pedágio rumo a Curitiba por volta das 9h52 e retorna pela mesma praça, agora sentido norte, por volta de 13h06).

◦ Telefonemas:

▪ BEATRIZ x MARAFON: 07/02/2014 11h26, 11h34, 11h49.

◦ Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 07/02/2014, entra 11h30 e sai 12h14; HUGO ONO em 07/02/2014, entra 11h57 e sai 12h12.

• (vii) 26/02/2014 – o veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a São Paulo/SP, passando por praça de pedágio em São Bernardo do Campo/SP (local da sede da LL SYSTEM).

◦ Telefonemas:

▪ BEATRIZ x MARAFON: 24/02/2014 – trocas de mensagens entre 17h46 e 17h56.

◦ 10/03/2014 – veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a Curitiba (conforme registros do SEM PARAR, o veículo passa, sentido sul, no último pedágio rumo a Curitiba por volta das 9h48 e retorna pela mesma praça, agora sentido norte, por volta de 15h33).

◦ Telefonemas: ▪ BEATRIZ x HUGO ONO: 10/03/2014 – trocas de mensagens entre 08h24 e 11h23.

◦ Acessos à LBG42: BEATRIZ ASSINI em 10/03/2014.

• (viii) 21/03/2014 – o veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a São Paulo/SP, passando por praça de pedágio em São Bernardo do Campo/SP (local da sede da LL SYSTEM). Passa na última praça de pedágio em direção a São Paulo por volta das 10h15min, registrando retorno, em sentido oposto, a partir de 11h15

◦ A partir das 23/03/2014, 19h45, HÉLIO OGAMA faz check in no HOTEL ROCHELLE (imediações da ABCR).

◦ Em 24/03/2014, o veículo da diretoria da ECONORTE registra viagem entre Londrina e Curitiba, passando na última praça de pedágio antes da capital por volta das 20h19min; nesta data, JOÃO MARAFON registra check in no HOTEL ROOCHELLE as 21h09min. ◦ Telefonemas

▪ BEATRIZ x MARAFON: 25/03/2014, 8h21.

◦ Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI e JOÃO CHIMINAZZO em 25/03/2014.

• (ix) 23/06/2014 – **ocorrem dois pagamentos da RIO TIBAGI para a empresa ZANUTO (R\$ 2.045,40 e R\$ 46.265,00).**

◦ Em 24/06/2014, o veículo da diretoria da ECONORTE faz viagem “bate e volta” a Curitiba (conforme registros do SEM PARAR, o veículo passa, sentido sul, no último pedágio rumo a Curitiba por volta das 12h25 e retorna pela mesma praça, agora sentido norte, por volta de 17h40).

◦ **Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 25/06/2014; JOÃO CHIMINAZZO em 26/06/2014.**

• (x) 10/07/2014 – veículo da ECONORTE vai a Curitiba (último pedágio SUL às 9h57), retornando no dia seguinte, 11/07/2014 (primeiro pedágio NORTE às 11h44).

◦ Telefonemas:

▪ BEATRIZ x MARAFON: 11/07/2014, 9h14 e 10h57.

◦ **Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 10/07/2014 e 11/07/2014; JOÃO CHIMINAZZO em 11/07/2014.**

• (xi) 04/08/2014 – veículo da ECONORTE vai a Curitiba (último pedágio SUL às 10h02).

- *Telefonemas* : ▪ *BEATRIZ x MARAFON: 04/08/2014, 14h26, 14h57, 16h46.*
- *Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 04/08/2014 às 16h57.*
- *(xii) 27/08/2014 – veículo da ECONORTE vai a Curitiba (último pedágio SUL às 16h03).*
- *Telefonemas:*
  - *BEATRIZ x MARAFON: 27/08/2014, 16h26, 16h57, 16h58.*
- *Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 28/08/2014 às 9h26.*
- *(xiii) 13/10/2014 – pagamento da RIO TIBAGI para a empresa ZANUTO, no valor de R\$ 238.678,00.*
- *14/10/2014 – JOÃO MARAFON embarca em Curitiba com destino a Londrina num voo da TAM.*
- *Acessos à LBG: BEATRIZ ASSINI em 14/10/2014.*
- *(xiv) 24/10/2014 – vários pagamentos da CONSTRUTORA TRIUNFO para empresa LL SYSTEM (situada em São Bernardo do Campo/SP), totalizando R\$ 221.232,77.*
- *25/10/2014 – JOÃO MARAFON embarca em Londrina/PR com destino ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo/SP (voo da TAM).*
- *27/10/2014 – JOÃO MARAFON embarca de LONDRINA com destino a Curitiba, retornando de Curitiba a Londrina em 28/10/2014 (voos da TAM). ◦ Acessos à LBG: JOÃO CHIMINAZZO e BEATRIZ ASSINI em 28/10/2014”.*

*Enfatiza-se:*

- *pagamentos feitos pela RIO TIBAGI e ECONORTE às empresas LL e ZANUTO, com registros de passagens de veículos da ECONORTE pelas cidades de Ourinhos (sede da ZANUTO) e São Bernardo do Campo (sede da LL), em diversas datas, nos anos de 2013 e 2014;*
- *nas mesmas datas ou em datas próximas aos pagamentos, registros de viagens e estadia do operador de propina MARAFON, em estabelecimentos hoteleiros em Curitiba;*
- *também em datas próximas ou coincidentes, registros de chamadas telefônicas entre MARAFON e BEATRIZ ASSINI ou entre HUGO ONO e BEATRIZ ASSINI; além de constatação de acessos de MARAFON à sala de propriedade da LBG (empresa que tem como sócio RUY GIUBLIN) e que era destinada ao acondicionamento de propina;*
- *diversas viagens de “bate e volta”, no ano de 2014 sendo recorrentes os eventos acima relacionados, em especial em período próximo aos atos finais que resultaram no Termo Aditivo 272/2014;*

- simultaneamente ou em datas próximas aos pagamentos feitos às “noteiras” e deslocamentos de agentes da ECONORTE a Curitiba, com passagens pelo escritório da ABCR, registros entradas de BEATRIZ ASSINI e JOÃO CHIMINAZZO NETO no escritório de propriedade da LGB, pessoa jurídica de propriedade de RUY GIUBLIN.

Tais eventos, agregados aos elementos probatórios documentais, registros e às delações feitas por OGAMA e ONO demonstram a atuação permanente da ABCR, CHIMINAZZO, ASSINI e GIUBLIN para que atos ilícitos e favoráveis às concessionárias fossem realizados.

A ABCR passou ao largo de regular e legitimamente representar os interesses das entidades associadas. Antes, atuou como organização criminosa travestida de associação, tendo sido peça vital para o fluxo de recebimento e pagamento de propina a agentes públicos desde, no mínimo, 1999. E não foi diferente nos anos de 2013 e 2014, conforme especificações acima, tendo sido tais pagamentos determinante para que o que já é ruim fosse significativamente piorado por meio de novos aditivos, o que, no caso da ECONORTE, consubstanciou-se com o termo aditivo 272/2014.

***E não é só!*** Ainda é possível visualizar a questão de outro ângulo. Vejamos. A título de mera e rápida ilustração dos efeitos do esquema de corrupção no processo de revisão amigável, vale a comparação dos argumentos da sentença proferida nos **idos de 2008** nos autos da ação 2004.70.00.039113-6; e os argumentos “técnicos” pelos quais a CCPR considerou, **em novembro de 2013**, apta a inclusão do evento como fator de desequilíbrio em favor da concessionária (ev.1, ANEXO9, p.115).

Eis os fundamentos externados na sentença:

### **III - Postergação da implantação da Praça de Jacarezinho-PR**

#### **1. O desequilíbrio na relação jurídica supõe fato posterior à formalização do ato jurídico, e não anterior**

A concessionária autora alega prejuízos advindos da demora na autorização para o início de cobrança do pedágio, dada via Portaria nº 351/2002 do DER, relativamente à praça instalada em Jacarezinho-PR.

Segundo o relatório da Fundação Getúlio Vargas juntado à inicial (fls. 56), diferenças seriam devidas pois as planilhas de receita do Aditivo 034/2002 previam o início da operação da praça de Jacarezinho em 1º de julho de 2002. Menciona que devido à demora no trâmite das negociações e homologação do aditivo contratual pelo Governo do Estado, foi consumido o prazo necessário para a execução dos trabalhos e construção da praça. No período de 15 de maio a 1º de novembro de 2002 a requerente executou os investimentos necessários, prosseguindo, enquanto isso, a arrecadar pedágio na praça de Cambará, menos rentosa. Ao invés de arrecadar por 6 meses na praça de Jacarezinho, mais lucrativa do que a de Cambará, o fez somente por 2 meses. Quer a diferença dos outros quatro, via recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

*Contudo, o suposto "atraso" na cobrança do pedágio se deu antes da formalização do contrato administrativo, situado na fase de negociações entre as partes, que se estendeu para além do pretendido pela contratada. Não foi fruto de mora ou descumprimento do pactuado pelo Poder Concedente.*

*Ao firmar o Termo Aditivo nº 34/2002, que concedeu à requerente a exploração de pedágio em Jacarezinho, a requerente estava plenamente **ciente** de todas as cláusulas, apondo, ainda assim, sua anuência.*

*Tinha pleno conhecimento de que, muito embora juridicamente pudesse começar a explorar a praça desde logo (mediante comprovação de condições para tanto), imperativos materiais - realização do investimento - ocorreriam na prática. Não olvidar que, a partir da (supostamente tardia) assinatura do contrato administrativo, era a contratada que detinha o domínio sobre a execução das obras necessárias e não o Poder Concedente.*

*Ausente qualquer ato do Poder Público não se cogita de revisão, conforme a Lei 8.987/95 estabelecem:*

*§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.*

*Portanto, não houve postergação na exploração da Praça de Jacarezinho pelo Poder Público.*

*Mais do que isso, não se cogita de desequilíbrio do que foi estipulado quando da formalização do Termo Aditivo, pois o fato alegado precede o contrato. Ao firmá-lo, a requerente tinha pleno conhecimento de quando seria possível iniciar a cobrança.*

*Não se concebe contrato desequilibrado desde o nascedouro (pois o contrato é a **fonte** normativa da relação jurídica, e não **causa** de desequilíbrio). Somente alterações fáticas posteriores podem vir a desequilibrar o que fora tratado.*

*Por isso, o art. 10, da Lei 8.987/95, estabelece:*

***Art. 10.** Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.*

*A pretensão de obter verbas relativas a perspectivas anteriores à formalização do contrato administrativo implicaria na noção de que o Termo Aditivo assinado desequilibrou a relação jurídica, o que não se concebe. Ele poderia ser o oposto: o paradigma para fins de re-equilíbrio em caso de superveniência de fatos onerosos; mas jamais a fonte do desequilíbrio, como obliquamente se pretende.*

*O deferimento do pedido implicaria em modificação do pactuado no Termo Aditivo, e não em sua revisão para adequá-lo à superveniência de álea.*

*Ademais, é da teoria geral do direito que o ato ou negócio jurídico somente vincula as partes a partir da formalização do Termo Aditivo, não tendo a fase prévia - proposta, ou policitação, ou negociação - qualquer poder vinculante.*

*Sublinhe-se que a formalização do Termo Aditivo ora em estudo não foi precedida de publicação de edital - proposta da qual poder-se-ia, em tese, extrair algum efeito vinculante para fins de verificação do status de cada contratante.*

*Importa notar que alteração por acordo entre as partes, ainda que sendo acessória ao negócio jurídico principal, caracteriza-se como contrato ou pacto adjeto. Não foi precedida de publicação editalícia. Não havia proposta do Poder Público que o vinculasse, de modo a extrair, daí, expectativa de "equilíbrio" na relação entre as partes que pudesse ser oposta contra os termos do contrato.*

*Assim, a Administração Pública vinculou-se ao Termo Aditivo nº 34/2002 somente no momento de sua formalização, considerando a ausência de elementos que permitam inferir a existência de proposta prévia partindo do Poder Público.*

*O equilíbrio econômico-financeiro da relação jurídica se estabelece, por óbvio, quando da contratação. O negócio realizado tem força constitutiva de direito (constituiu o direito à exploração da malha rodoviária na região de Jacarezinho a partir do momento em que realizados os investimentos - exatamente o que ocorreu), motivo pelo qual a realidade que o antecede não pode ser invocada para modificar o que foi estabelecido, muito menos a título de resgate de posições contratuais.*

*Eis agora os fundamentos pelos quais o evento 1, postergação da implantação da praça, foram considerados aptos pela CCPR(ev.1, ANEXO9, p.115):*

*Evento 1 – postergação de implantação da praça de Jacarezinho.*

*Nesse primeiro evento, passa a analisar o início da cobrança de tarifa na praça de Jacarezinho, eis que, no contexto do Termo Aditivo 034/2002, o cronograma financeiro utilizados [sic] nos cálculos de reequilíbrio e, afinal, pactuado pelas partes considerou como início da operação da referida praça a data de 1º de julho de 2002.*

*Entretanto, anteriormente à cobrança de pedágio, a concessionária, por obrigação, deveria construir a nova praça de pedágio e executar os serviços iniciais nas rodovias BR-153 e PR-090 ('trabalhos iniciais'), cujo prazo de execução dos trabalhos iniciais e construção da praça seguiram rigorosamente a previsão do contrato inicial, isto é, de 06 (seis) meses (item 4.1.1 do programa de exploração do lote).*

*Ocorre que, em decorrência do trâmite das negociações, homologação e assinatura do Termo Aditivo contratual foi consumida parte do prazo necessário para execução dos trabalhos iniciais, com prejuízo às partes a dar atendimento ao*



*exato cronograma e prazos fixados no Termo Aditivo no que se refere a data de início da cobrança da praça de pedágio a ser instalada em Jacarezinho.*

*Isto porque o fluxo de receitas considerado no Termo Aditivo nº 034/2002 previa no ano 05 da concessão uma composição de seis meses de arrecadação na praça de Cambará, e seis meses de arrecadação na praça de Jacarezinho ('nova praça de pedágio').*

*Como o Termo Aditivo foi assinado somente em 15 de maio de 2002 e o início da operação da praça de Jacarezinho ocorreu somente em 02 de novembro de 2002, houve uma perda de receita em relação ao fluxo de receitas que fora considerado para promover a recomposição da equação contratual em face do acréscimo das obrigações e deveres decorrentes da concessão derivados da incorporação dos novos trechos e dos demais eventos que a implicaram, a seu tempo, na instabilização do equilíbrio econômico-financeiro de concessão.*

*Com efeito, com o início da operação da praça de Jacarezinho somente em 02 de novembro de 2002 e, em decorrência da operação da praça de Cambará, por 10 meses e 1 dia (305 dias) e, a de Jacarezinho por 01 mês e 29 dias (60 dias), ocasionou uma perda de receita à concessionária em relação a previsão contida no aditivo contratual.*

*Desse modo, a perda de receita ocasionada foi de R\$2.065.129,90 (dois milhões, sessenta e cinco mil, cento e vinte e nove reais e noventa centavos), em moeda de janeiro de 1997.*

*A comparação das justificativas demonstra claramente que, em nenhuma hipótese, foi considerado aquilo que o Judiciário havia decidido em prol do Poder Público na ação 2004.70.00.039113-6, o que foi ignorado por completo. Basicamente, o que se acolheu na Informação 1.499/2013 da CCPR foi a visão da Concessionária, deixando de ser considerado (sequer minimamente discutido) escandalosamente: (1) que o atraso na cobrança não foi fruto de mora ou de desequilíbrio por conta do Poder Concedente; (2) que o atraso teria ocorrido antes da formalização do contrato administrativo; (3) que, ao firmar o Termo Aditivo, a concessionária já estava ciente de todas as suas cláusulas, apondo a sua anuência; (4) que prescreve o disposto no art. 10 da Lei 8.987/95: "sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro"; (5) além de outras considerações constantes na fundamentação da sentença.*

*Esse quadro, pelo menos em um Juízo preliminar, deve ser apto a demonstrar com algum nível de clareza que a utilização desse evento (postergação de implantação da praça de Jacarezinho) para reequilíbrio do contrato em favor da concessionária se mostrava abusivo. Note-se, mesmo que o Poder Concedente pudesse não concordar com os argumentos que ele mesmo afirmou na demanda judicial e foram acolhidos pelo Judiciário, não poderia simplesmente desconsiderá-los quando: (a) já eram de seu pleno conhecimento; (b) foram objeto de orientações administrativas.*

*Tudo isso indica fortíssima influência de um esquema de corrupção na elaboração e consideração dos eventos passíveis de desequilíbrio nessa Informação Técnica 1.499/2013 da CCPR, documento medular em que baseou todo o processo de revisão amigável administrativa que culminou com o Termo Aditivo nº 272/2014.*

*Em suma, todos esses atos administrativos praticados no processo administrativo de revisão amigável foram realizados em paralelo com a plena ingerência de um esquema de corrupção, cujos elementos indiciários não são poucos: coesão nas narrativas de colaborações com registros de passagem e de trânsito de pessoas que levariam a propina a Curitiba, pessoas que buscariam propina em empresas noteiras, que recebiam vultuosos recursos da ECONORTE etc.*

*Com efeito, as argumentações da ECONORTE no sentido de que, aparentemente, o processo administrativo de revisão amigável transcorreu com todas as justificativas jurídico-administrativas e financeiras pertinentes, data maxima venia, não são suficientes para demonstrar a lisura desta revisão administrativa, uma vez que, paralelo a isso, como já salientado, parece estar presente a interferência externa que movia, consoante alegado na petição inicial (e segundo elementos que foram obtidos em processos outros cujas provas foram compartilhadas com esse juízo cível), direcionando a atividade e vontade administrativa do DER e da AGEPAR nesse caso.*

*É nesse sentido que se poderia visualizar nitidamente um nexo de causalidade entre esse esquema de corrupção e o andamento desse processo administrativo de revisão amigável.*

**32.** Nesse cenário, entendo presentes indícios suficientes para entender pela existência de colusão estável para pagamento de vantagens ilícitas que influenciou a celebração do aditivo, aparentemente em prejuízo dos fins do contrato (e em última instância, daqueles que usam o serviço e pagam por ele, além de eventuais reflexos ao erário, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à confiança do povo nas instituições), cabendo averiguar a individualização das condutas.

## **B. Participações Individuais**

**33.** Os autores, para fins de organização dos fatos e das pessoas a que se imputam as condutas ímprobas, fazem a reunião dos supostos envolvidos em três grandes grupos, o "primeiro núcleo privado", o "segundo núcleo privado" e o "núcleo público". Nos dois feitos em tela, interessam, para fins de individualização das condutas e seus indícios, o "primeiro núcleo privado" (primeiro processo instaurado) e o "núcleo público" (segundo processo instaurado).

### **B.1 "Núcleo público"**

**34.** No "núcleo público" haveria subgrupos, mais especificamente as pessoas ligadas (i) ao Palácio Iguazu (CARLOS ALBERTO RICHA, JOSÉ RICHA FILHO, DEONILSON ROLDO, EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, ALDAIR WANDERLEI PETRY e LUIZ ABI ANTOUN); (ii) ao DER/PR (NELSON LEAL JÚNIOR, MAURÍCIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO e EDSON

LUIZ AMARAL); e (iii) à AGEPAR (JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN, ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ e MAURÍCIO EDUARDO DE SÁ DE FERRANTE).

**Pessoas ligadas ao Palácio Iguazu - CARLOS ALBERTO RICHA, JOSÉ RICHA FILHO, EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, ALDAIR WANDERLEI PETRY e LUIZ ABI ANTOUN**

**35.** A respeito de CARLOS ALBERTO RICHA, então governador do Estado, e JOSÉ RICHA FILHO, então secretário de Estado (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL), afirmam os autores:

*CARLOS ALBERTO RICHA e JOSÉ RICHA FILHO assinaram, respectivamente na condição de governador do Estado do Paraná e secretário de infraestrutura e logística, os termos aditivos 272/2014 e subsequentes. E, no Poder Público, foram os maiores responsáveis pelas medidas criminosas e ilícitas neles adotadas.*

(...)

*BETO RICHA colocou o próprio irmão PEPE RICHA no cargo de SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, tal como o velho conhecido NELSON LEAL JÚNIOR.*

*(...) o “governo estadual”, na dicção de NELSON LEAL, exercia constante “pressão” para a feitura dos aditivos: (...)*

*Os registros de chamadas telefônicas feitas e recebidas por PEPE RICHA merecem ser mencionados. Apurou-se a realização de numerosos registros, relacionados com pessoas que participavam do esquema criminoso, de “dentro” e de “fora” do Poder Público. Confira-se:*

(...)

*Nesse ponto, foi foram constatadas doações eleitorais por parte de empresas ligadas a LUIZ ABI ANTOUN (ALUMPAR; BOING COMERCIO DE METAIS LTDA; TASSIFER COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA; GSM CENTRO DE RECICLAGEM E GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS LTDA), “operador e arrecadador maior”, a quem incumbia efetuar o “recolhimento” direto ou indireto em outro polos de arrecadação de propina, dentre eles (mas longe de ser o único), o instalado na SEIL / DER.*

*Veja-se o ANEXO 70, páginas 15 e 16. Foram constatadas doações eleitorais oficiais a BETO RICHA... após a eleição de 2014, em que foi eleito em primeiro turno. Feitas por meio das empresas GSM e ALUMPAR. Tais como doação feita às vésperas da eleição, em 26 de [setembro] de 2014, por meio das empresas BOING METAIS e TASSIFER. Intriga a circunstância de que a BOING METAIS, no mesmo dia em que fez doação de R\$ 200.000,00, recebeu crédito no mesmo importe, de pessoa jurídica denominada “Mundica Metais Minerai Ltda.”.*

**36.** Sobre EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, que então trabalharia na Secretaria de Cerimonial, e DEONILSON ROLDO, que seria o chefe de gabinete do governador:

*Ambos determinavam à NELSON LEAL, em reuniões realizadas no Palácio Iguazu, a feitura de termos aditivos favoráveis às concessionárias. Tais ajustes espúrios eram definidos em conjunto com o requerido JOSÉ RICHA FILHO, tendo sempre como premissas fundantes o deferimento de benefícios às concessionárias, o que era contrapartida a pagamentos ilícitos e “doações de campanha”. E tanto EZEQUIAS como DEONILSON também foram beneficiados pessoalmente com pagamentos indevidos.*

(...)

*A proximidade entre o LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO e a cúpula do governo, incluindo-se DEONILSON e EZEQUIAS, foi atestada por NELSON LEAL nos excertos já transcritos acima. Releva destacar que os aditivos eram definidos de acordo com “as necessidades políticas” e as “pressões” ocorriam na sala de reuniões de DEONILSON ROLDO, sempre com a presença de EZEQUIAS MOREIRA.*

*Não passam despercebidas a numerosa quantidade de chamadas feitas entre EZEQUIAS MOREIRA e LUIZ FERNANDO WOLFF, tal como entre WOLFF e DEONILSON ROLDO. Veja-se excerto do multicitado pedido de busca e apreensão:*

(...)

*Prosseguindo, intriga também o recebimento, por parte de EZEQUIAS, entre os anos de 2015 e 2016, o importe de R\$ 400.000,01, da empresa KRISSE. E, em 2016 e 2017, 220.000,00. Tal fatos, por si só, já são de difícil compreensão, já que é pouco provável que o então ocupante do indispensável cargo de Secretário de Cerimonial mantivesse relações comerciais com tal empresa. Tudo piora quando se agrega a tal fato a circunstância de tal empresa é de propriedade de JORGE ATHERINO, público e notório operador de propinas de BETO RICHA, citados em inúmeros esquemas de corrupção (já preso, solto, preso de novo, solto, e assim por diante...).*

**37.** ALDAIR WANDERLEI PETRY, que também seria conhecido como "NECO" e então diretor-geral da SEIL, teria participação nos seguintes termos, em síntese:

*ALDAIR WANDEREI PETRY, também conhecido como NECO, exercia, no âmbito da SEIL e, no mínimo, durante o governo de CARLOS ALBERTO RICHA e secretariado de JOSÉ RICHA FILHO, a função de “tesoureiro do caixa dois”.*

*A ele incumbia receber parte dos recursos em espécie pagos a títulos de propina (e não apenas relacionados com concessões) e distribuir as respectivas “quotas parte” a outras pessoas. Dentre eles NELSON LEAL JÚNIOR, LUIZ ABI ANTOUN*

*(que, por seu turno, entregava os recursos arrecadados em múltiplos “postos de corrupção” ao governador BETO RICHA).*

*Tão logo NELSON LEAL JÚNIOR foi convidado, em 2013, para o exercer o cargo de DIRETOR-GERAL DO DER, teve amistosa conversa com NECO, que lhe informou que o salário de diretor-geral seria “complementado” com R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, provenientes das arrecadações ilícitas feita por ALDAIR PETRY, incluindo-se as concessionárias.*

*(...)*

*Impressiona, em especial, no número de ligações feitas de terminais relacionados com LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO para terminais de propriedade de ALDAIR PETRY, que totalizaram 279 chamadas. NECO, por algum motivo, dispunha de vários telefones (cf. item 4.5, nota de rodapé 90 do pedido de busca e apreensão autuado sob o número 5036128-04.2018.4.04.7000 - ANEXO 67 p. 123).*

*(...)*

*NECO também fez compras com dinheiro em espécie incompatíveis com rendimentos declarados. O uso de valores em espécie é prática corriqueira, destinada a dificultar o “rastreamento” de recursos provenientes de crime. Apenas em 2014, ano em que foi feito o Termo aditivo 272/2014 com a ECONORTE, PETRY fez compras que totalizaram R\$ 98.500,00 (...).*

### **38. LUIZ ABI ANTOUN não seria propriamente agente público, mas estaria ligado ao núcleo público:**

*Ainda que não ocupasse cargo público algum, optou-se em demandá-lo na ação abrange no “Núcleo Público” em razão de que tratava diretamente, exercendo autoridade máxima, sobre os arrecadadores e operadores de propina “menores”, oficialmente colocados em cargos públicos estratégicos (v.g. NELSON LEAL, MAURÍCIO FANINI, etc.).*

*(...)*

*Citam-se as já citadas empresas vinculadas a LUIZ ABI, quais sejam: KLM BRASIL; ALUMPAR; BOING COMERCIO DE METAIS LTDA; TACIFER COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA; GSM CENTRO DE RECICLAGEM E GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS LTDA. Utilizadas para recebimento de créditos com posterior destinação a doações oficiais, não raro, operações feitas em mesma data (v.g.26 de setembro de 2014). Ou, ainda, para fins de “lavagem de dinheiro”.*

*Conforme Relatório de Inteligência Financeira do COAF que instrui os autos de busca e apreensão, LUIZ ABI ANTOUN é sócio da pessoa jurídica KLM BRASIL – CNPJ 82.371.287/0001-20. Referida empresa recebeu recursos do*

*Partido Progressista, em novembro de 2014 e, ainda, do Comitê Eleitoral de BETO RICHA (ANEXO 69 – pp. 251-262 e ss.).*

*Detalhe que, conforme documento de lavra da Receita Federal, existem dúvidas quanto à prestação de serviços lícitos, tendo sido constatadas discrepâncias gritantes entre receitas e despesas. Não fosse suficientes, a KLM (de quem LUIZ ABI é sócio), integra o quadro societário da ALUMPAR, pessoa jurídica que contabilizou “despesas inexistentes”, que totalizaram R\$ 516.286,00. Em, entre abril de 2014 e fevereiro de 2018, realizou transações de “drawback” com empresas paraguaias, que totalizam R\$ 2.483.630,00 (cf. ANEXO 95 pp. 391-394 – Termo de Diligência Fiscal).*

*Repise-se que a ALUMPAR, como já apontado acima e tal como outras pessoas jurídicas vinculadas a LUIZ ABI, efetuou doações de campanha em data posterior à eleição (13 de outubro de 2014).*

**39.** Analisando os elementos trazidos, quanto a este grupo do núcleo público, tem-se primeiramente as declarações do requerido colaborador NELSON LEAL JR. (ev. 1, anexo57, p. 26-34; anexo58, p. 1-24; anexo59, p. 1-32).

Aponta que havia um "sistema de arrecadação de vantagens ilícitas", especialmente no primeiro mandato do então governador e requerido CARLOS ALBERTO RICHA, sendo o primeiro mandato o contexto em que firmado o termo aditivo questionado, em 2014, com negociações aparentemente ao menos desde 2011 e intensificadas a partir de 2013 (*vide* anexos dos processos administrativos - ev. 1, anexos6 a 17).

Os valores, continua o colaborador, seriam arrecadados mesmo fora de períodos eleitorais, ainda que nestes isso se intensificasse.

Ademais, declara que, no grupo do Palácio Iguazu, atuariam nesse sistema os requeridos CARLOS ALBERTO RICHA, JOSÉ RICHA FILHO, EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, DEONILSON ROLDO e LUIZ ABI ANTOUN. Este último seria o "principal operador" dos recursos, ao menos até prisão em junho de 2015; depois, DEONILSON teria passado a coordenar o alegado esquema. LUIZ ABI, ainda, por meio de suas empresas, faria "lavagem" e doações para campanha. ALDAIR WANDERLEI PETRY ("Neco"), por sua vez, faria a "contabilidade" dos valores, na Secretaria de Estado de Logística e Infraestrutura (da qual era diretor-geral).

O próprio NELSOL LEAL JR., JOSÉ RICHA FILHO e ALDAIR PETRY seriam responsáveis pela "arrecadação" dos valores ilícitos. ALDAIR PETRY teria até mesmo se desgastado com CARLOS ALBERTO RICHA, na medida em que estaria "retendo" parte dos valores que recebia, ou seja, não estaria destinando tudo para o alegado esquema; o assunto teria aparecido em reunião com CARLOS ALBERTO RICHA e depois sido tratado com JOSÉ RICHA FILHO.

Em relação à Econorte, segundo o colaborador, haveria pagamentos diretos ao grupo do palácio. O requerido LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO, representando a Triunfo, pagaria para o requerido EZEQUIAS, que pagaria então despesas do requerido e então governador CARLOS ALBERTO RICHA e repassaria outra parte para o "operador" LUIZ ABI (com destinação para o "caixa único de arrecadações").

O próprio requerido colaborador NELSON LEAL JR., conforme afirma, à época de sua nomeação para o cargo no DER (início em janeiro de 2013), teria sido informado por JOSÉ RICHA FILHO para procurar ALDAIR PETRY, para "complementação" do baixo salário que receberia no DER. NELSON LEAL JR. teria então passado a receber "mesada" de R\$ 30 mil reais. Teria recebido esses valores mensais de janeiro de 2013 a maio de 2014. Depois disso, e da concessionária em questão, teria recebido ingressos para a Copa do Mundo de 2014 e valor em espécie, valor este que teria sido entregue pessoalmente por JOÃO MARAFON JÚNIOR (advogado da concessionária).

NELSON LEAL JR., conforme ele admite, teria utilizado vantagens indevidas recebidas inclusive para compra de apartamento em Balneário Camboriú, com pagamento de várias parcelas em espécie (tanto pessoalmente ao vendedor como via boleto bancário), bem assim para aluguel de embarcação. Ainda, JOSÉ RICHA FILHO teria dito que iria criar uma pessoa jurídica para proteção de seus bens e aconselhado NELSON LEAL JR. a fazer o mesmo.

Para além das palavras do colaborador, esse cenário torna-se verossímil neste momento ao se agregarem outros elementos, inclusive outras declarações em colaboração premiada. O requerido colaborador HELIO OGAMA (ev. 1, anexo59, p. 10-21 e 27-31) e requerido colaborador HUGO ONO (ev. 1, anexo 59, p. 32 e ss; anexo60, p. 1-6) convergem ao delatarem que existiria o esquema de pagamento de vantagens em espécie via ABCR, além de HELIO OGAMA acrescentar que havia pagamentos em "esquema especial" para algumas "pessoas estratégicas", o que incluía o próprio NELSON LEAL JR.

Ainda, é de se notar que, em depoimento prestado por motorista da presidência da Rodonorte de 1997 a 2008 (ev. 1, anexo62, p. 18-20), relata que teria presenciado a entrega de malas de dinheiro em residência e órgãos públicos (DER/SEIL e tribunal de contas), e isso *em dia da celebração de um termo aditivo*. Embora seja fato relativo a concessionária diversa e em época anterior, não deixa de aqui servir como indício de padrão de conduta aparentemente disseminado e existente por vários anos.

A ocorrência de doações eleitorais envolvendo LUIZ ABI e CARLOS ALBERTO RICHA foi notada também pelo juízo criminal na busca e apreensão (ev. 1, anexo 99, p. 373), apontando outros elementos de corroboração:

b) empresas ligadas a LUIZ ABI ANTOUN (ALUMPAR; BOING COMERCIO DE METAIS LTDA; TASSIFER COMERCIO DE FERRO E AÇO LTDA; GSM CENTRO DE RECICLAGEM E GESTÃO AMBIENTAL DE RESÍDUOS LTDA) seriam possíveis canais para “operacionalizar”, na forma de doações oficiais de campanha, recursos ilícitos arrecadados por ABI. Todas essas empresas registraram doações eleitorais à campanha de BETO RICHA no ano de 2014 (ANEXO 28) as quais somam R\$ 1.300.000,00. Parte dessas doações ocorreram em data posterior à própria eleição de BETO RICHA em primeiro turno. O primeiro domingo de outubro de 2014 foi o dia 04/10/2014, mas a empresa GSM realizou sua doação em 09/10/2014 (ANEXO 28) e a empresa ALUMPAR ALUMÍNIOS efetivou sua doação em 13/10/2014 (ANEXO 28);

Sobre pagamentos de valores em dinheiro e possível ocultação, também notou o juízo criminal na busca e apreensão sobre JOSÉ RICHA FILHO (ev. 1, anexo 99, p. 378):

g) Sobre os pagamentos mencionados na escritura do aludido imóvel, a análise do SIMBA nº 001-MPF-003443-99, relativo à quebra de sigilo bancário decretada nos autos nº 5025881-61.2018.404.7000, que segundo o MPF identificou: 1) o pagamento de R\$ 88.887,30 em dez parcelas de R\$ 8.888,73 entre 26/10/2013 e 22/07/2013 da conta conjunta mantida por JOSÉ RICHA FILHO e ARLETE VILELA RICHA para WALGENOR TEIXEIRA (EXTRATO DETALHADO ANEXO 362); 2) o pagamento de R\$ 146.960,00 da conta de ELIAS ABDO FILHO para WALGENOR TEIXEIRA (EXTRATO DETALHADO ANEXO 377); 3) pagamento de R\$ 120.024,00 em parcelas de R\$ 13.336,00 de ELIAS ABDO a ALTERNIR WERNER; 4) pagamento de R\$ 242.640,00 de PEPE RICHA para ALTERNIR WERNER em uma parcela única no dia 26/10/2012 (provavelmente referente a parte de ARLETE VILELA RICHA);

h) O valor de R\$ 88.887,30 é compatível com o declarado por JOSÉ RICHA FILHO na sua DIRF do ano-calendário 2012 (ANEXO 364, p. 10) e com o declarado por ELIAS ABDO FILHO (ANEXO 378). O MPF aponta, porém, que o valor foi subfaturado, tendo sido pago o valor de apenas R\$ 22,80 pelo metro quadrado. Um dos vendedores, WALGENOR TEIXEIRA, afirmou que recebeu R\$ 500.000,00 em espécie embrulhados em um jornal, entregues diretamente por JOSE RICHA FILHO (ANEXO 363) em sua residência, localizada na Rua Ana Neri, em Rio do Sul/SC. Afirmou ainda que usou o dinheiro para depositar na conta de sua filha ELOA MARIA TEIXEIRA (CPF nº 489148279-68).

Ainda, o requerido colaborador NELSON LEAL JR. diz que, em paralelo ao alegado esquema de arrecadação de vantagens ilícitas, influência efetiva era exercida pelas concessionárias na celebração de termos aditivos, bem assim que "pressão muito grande" vinha do governo, tanto para celebrar como para fazê-lo de modo rápido (também em relação ao aditivo em questão, de 2014). E isso inclusive em reuniões com a presença dos requeridos DEONILSON, EZEQUIAS



e JOSÉ RICHA, bem como eventualmente inclusive com a presença de CARLOS ALBERTO RICHA. Nesse cenário, segundo declara, a justificativa técnica "era construída conforme a necessidade política".

As alegações de pressões se tornam consideravelmente plausíveis à luz do esquema de pagamento que aparentemente existia, tendo como canais de comunicações as reuniões e diferentes chamadas telefônicas, bem assim considerando o trâmite do processo de solução amigável, permeado por atos possivelmente sem motivação adequada em relação a pareceres e feitos judiciais, conforme visto no parte A deste tópico. Não é de se imaginar que propinas fossem pagas como benesses ou caridade, mas sim com o objetivo de tornar as coisas "mais fáceis" para a concessionária, o que implica interlocução e articulação entre agentes públicos para alcançar tal resultado.

Sobre as chamadas telefônicas, por exemplo, diversas ligações telefônicas corroboram a proximidade da concessionária com o "núcleo público", como registrado pelo juízo criminal na busca e apreensão (ev. 1, anexo 99, p. 380):

*b) registros telefônicos de EZEQUIAS MOREIRA (ANEXO 356 – grifos amarelos), os quais, segundo o MPF, apontam para 44 chamadas recebidas e 28 efetuadas com terminais de LUIZ FERNANDO. Além disso, aponta o MPF a existência de: 279 ligações feitas por LUIZ FERNANDO para terminais de ALDAIR PETRY (Neco); 17 chamadas recebidas de DEONILSON ROLDO (chefe de gabinete de BETO RICHA) e 23 efetuadas para este mesmo interlocutor – ANEXO 357. Além destas chamadas específicas, foram detectado registros de chamadas de LUIZ FERNANDO com PEPE RICHA, LUIZ ABI e CHIMINAZZO.*

Por fim, também há corroboração da alegada "mesada" de 30 mil reais de NELSON LEAL JR., entre cujas destinações estaria o pagamento em dinheiro em espécie ou via boleto de parte de imóvel e aluguel de embarcação, ambos em Balneário Camboriú. Em depoimentos ao MPF, o vendedor do imóvel confirma que parte dos pagamentos havia sido em boleto sem registro ou em dinheiro (ev. 1, anexo54, p. 165), e amiga da família informa passeios de embarcação/iate (ev. 1, anexo55, p. 100).

**40.** Nesse contexto, entendo por ora haver indícios da participação dos integrantes deste grupo nos fatos ímprobos/corruptos narrados na exordial, sem prejuízo de contornos mais concretos serem averiguados à luz do contraditório e da respectiva dilação probatória.

### **Pessoas ligadas ao DER/PR - MAURÍCIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO e EDSON LUIZ AMARAL**

**41.** À parte o colaborador NELSON LEAL JR., tem-se as seguintes alegações a MAURÍCIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO E EDSON LUIZ AMARAL, em resumo:

*MAURÍCIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO ocupava, em 2013, o cargo de Coordenador de Concessão e Pedágios Rodoviários da Diretoria de Operações / DER. Em tal função, coordenava e elaborava os processos revisionais em curso, destinados, em tese, a cumprir determinações do Tribunal de Contas da União no Acórdão 346/2012.*

*EDSON LUIZ AMARAL, desde 2013 e até meados de 2018, exerceu o cargo de Procurador jurídico do DER, tendo lavrado os pareceres jurídicos que subsidiaram os termos aditivos 272/2014 e subsequentes.*

*(...) contribuíram dolosamente para que fossem ilicitamente deferidos à ECONORTE indevidos benefícios financeiros, fundados em “perdas de receita relacionadas com a Praça de Jacarezinho”.*

**42.** Conforme as declarações do requerido colaborador NELSON LEAL JR. (ev. 1, anexo57, p. 26-34; anexo58, p. 1-24; anexo59, p. 1-32), enquanto a interlocução da concessionária com o Palácio se dava especialmente com WOLFF, a da concessionária com o DER se dava com o também requerido e colaborador HELIO OGAMA.

Nessa linha, a relação da Econorte com o DER na pessoa de NELSON LEAL JR. já está bastante esclarecida, especialmente considerando os termos de sua própria delação. Quanto aos dois outros requeridos deste grupo, não são trazidos indícios (nem mesmo alegações) de que estariam sendo individualmente beneficiados com recebimento de vantagens ilícitas, mas lhes é imputada a responsabilidade em razão de pareceres técnicos ou jurídicos que teriam emitido, contribuindo para a celebração do aditivo.

Em outro trecho da inicial, assim alegam os autores:

*Nesse contexto, indispensável a atuação de corpo jurídico interno do DER, por meio do advogado do estado EDSON LUIZ AMARAL, responsável pelos pareceres que justificaram os aditivos. AMARAL, tendo plena e inequívoca ciência da declaração judicial de nulidade do termo aditivo 0034/2002 e da implantação da praça de Jacarezinho, tal como da sentença desfavorável à concessionária, expressamente opinou pelo deferimento de tais eventos em favor da ECONORTE.*

*No mesmo sentido, o então Coordenador de Concessão e Pedágios Rodoviários da Diretoria de Operações do DER/ PR MAURÍCIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO chegou a arquivar orientação administrativa pela qual se comunicou a sentença de improcedência proferida nos autos 2004.70.00.039113-6, atestando falsamente que as medidas seriam observadas.*

Na parte A deste tópico já se reproduziu a sequência que teria tomado o processo administrativo para celebração do aditivo, em um contexto de fortes suspeitas de entrega de valores para diversos agentes e pressões aos órgãos técnicos. As informações e pareceres não vêm a ignorar por completo a existência de ações judiciais desfavoráveis, mas não apresentam forte justificção tomando em conta os

fundamentos que levaram, por exemplo, a judicialmente se considerar indevido atribuir ao poder concedente e aos usuários a demora pela implantação da praça de pedágio de Jacarezinho; ainda que se mencione que há perda por tal motivo, depara-se com lacunas sobre a quem deveria ser imputado o ônus de tal perda.

Nesse cenário, e ainda que sem identificação de benefício pessoal, entendo presentes indícios da participação de FRANCO e AMARAL em atos que levaram à celebração do acordo, sem prejuízo de maiores apurações no decorrer da instrução, inclusive sobre a influência de tais atos e o elementos subjetivos, se e quando for o caso.

**Pessoas ligadas à AGEPAR - JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN, ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ e MAURÍCIO EDUARDO DE SÁ DE FERRANTE**

**43. Sobre JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN, ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ e MAURÍCIO EDUARDO DE SÁ DE FERRANTE alegam:**

*MAURÍCIO DE SÁ DE FERRANTE, ocupou o cargo de Diretor Jurídico. ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ (“CABELEIRA”), por seu turno Assessor Técnico e, posteriormente, Gerente Jurídico, JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN Diretor de Fiscalização e Qualidade dos Serviços. STRATMANN, após saída de ANTONIO RIBAS, ocupou o cargo de diretor presidente interino.*

(...)

*QUEIROZ e FERRANTE atuaram, por exemplo, no declarado nulo Termo Aditivo 34/2002, conforme já apontado acima. STRATMANN integrou a própria comissão de licitação das concessões.*

(...)

*De acordo com OGAMA, CABELEIRA “recebeu pagamentos mensais de aproximadamente R\$ 4 mil desde 1999 até meados de 2015, sendo que QUEIROZ recebeu alguns pagamentos entre 2016 até janeiro de 2018; QUE em 2016 QUEIROZ recebeu uma parcela de R\$ 20 mil e em janeiro de 2018 QUEIROZ recebeu outros R\$ 20 mil do depoente; QUE esses valores eram entregues pessoalmente pelo depoente na maioria das vezes em encontros pessoais no hotel em que se hospedava em Curitiba, que em regra eram os hotéis MABU e FOUR POINT” (ANEXO 65 – p. 14).*

*Em relação a STRATMANN e FERRANTE, HELIO OGAMA esclareceu que “tem conhecimento que os seguintes agentes públicos se beneficiaram da propina: JOSE STRATMANN, MAURICIO FERRANTE, ANTONIO QUEIROZ (CABELEIRA) E NELSON LEAL JUNIOR; QUE os três primeiros receberam propinas desde 1999 até meados de 2015, sendo que CABELEIRA recebeu a última propina em janeiro de 2018; QUE sabe de STRATMANN e FERRANTE por ter ouvido de*

*GUSTAVO MUSNICH e JOÃO CHIMINAZZO, sendo que sabe de NELSON LEAL JUNIOR e ANTONIO QUEIROZ porque o depoente entregou diretamente dinheiro para essas pessoas e também por ter ouvido de GUSTAVO que QUEIROZ (CABELEIRA) recebia desde 1999; QUE, além desses agentes públicos, pode existir outros agentes públicos beneficiários que eram contatos diretos de JOÃO CHIMINAZZO; QUE o depoente e as outras empresas delegavam a tarefa de gerenciamento de quem deveria receber a JOÃO CHIMINAZZO” (ANEXO 65 – pp. 16-17).*

(...)

*E os contatos entre os ex-integrantes da AGEPAR ora demandados e CHIMINAZZO não param aí. Ao contrário, instituída a agência reguladora, se intensificaram. De acordo com dados do SITTEL obtidos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, JOÃO CHIMINAZZO realizou 247 chamadas com MAURÍCIO FERRANTE e 115 chamadas com STRATMANN. Inclusive em períodos próximos à realização de termo aditivo (ANEXO 67 pp. 90-91; ANEXO 83 – pp. 255-285; pp.298-307).*

*Foi constatada também discrepância entre movimentações financeiras e rendimentos declarados, em contas de MAURÍCIO FERRANTE. Estranhamente, referido acusado, conforme análise preliminar de depósitos e saques em espécie, realizou poucos saques. STRATMANN, ao contrário realizou saques em importe superior aos créditos. Vejam-se dados transcritos na inicial do pedido de busca e apreensão, extraídos de documental fiscal e bancária que o acompanha, tudo integralmente apresentado (ANEXO 67 pp. 137-138)*

*CABELEIRA (ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ) mantinha contato “direto” com a ECONORTE, inclusive e em especial com HELIO OGAMA. Foram constatadas 325 chamadas entre QUEIROZ e terminais vinculadas a ECONORTE, utilizados por JOÃO MARAFON (operador de propina) e HELIO OGAMA (ANEXO 67 p 139; ANEXO 91 – pp. 220 e ss).*

(...)

*Chama a atenção a movimentação do feito em um único dia, por três vezes, em 29 de agosto de 2014. Sendo que em 27 de agosto de 2014, houve registro de comparecimento de veículo da ECONORTE em Curitiba, mesma data em que o PRIMO DO JUJU, digo, JOÃO MARAFON JÚNIOR, manteve contato com BEATRIZ ASSINI.*

*Um dia depois (dia 28), BEATRIZ registra acesso em sala alugada, destinada à “guarda da propina”. No fatídico dia 29, o processo sai da AGEPAR, volta para o DER, retorna à AGEPAR e novamente e restituído ao DER.*

*Não se trata de mera e feliz coincidência. Tanto quando efetivamente homologado pela AGEPAR, foram constatados nada mais nada menos que dez despachos no mesmo dia, conforme constatação feita por auditor do TCU:*

(...)

*Nem as férias de MAURÍCIO FERRANTE afastam sua responsabilidade, já que recebia regularmente pagamentos ilícitos, justamente para, na condição de diretor jurídico da AGEPAR, propiciasse as condições necessárias para o aditivo. Rememore-se que a atuação de FERRANTE iniciou-se previamente à existência de AGEPAR, sendo que ele tratava com CHIMINAZZO sobre a “evolução da regulamentação” com alusão a algum “amigo” comum e desconhecido*

*E JOSÉ ALFREDO STRATMANN, na condição de diretor presidente interino da AGEPAR homologou o termo aditivo.*

(...)

*Medida prévia essencial para que fosse “chancelado” pela AGEPAR o aditivo 272/2014 (e as medidas nele inseridas e dele decorrentes), tal como os demais aditivos firmados com a ECONORTE e outras concessionárias foi a contratação da FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTOS DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Tal escolha não foi por acaso e foi engendrada, no âmbito da AGEPAR, por MAURÍCIO FERRANTE.*

(...)

*E não ficou apenas nisso. Concomitantemente à contratação da FIPE, a AGEPAR, por meio de JOSÉ ANTONIO RIBAS, formulou consulta direcionada ao Tribunal de Contas do Estado (Consulta 840955/13).*

(...)

*A razão é óbvia. Integrantes da AGEPAR queriam “legitimar” as medidas que há muito já estavam decididas, no caso, “validar-se” e tomar-se como referencial os termos aditivos de 2000 e 2002.*

(...)

*Prosseguindo, os demais atos destinados a homologação foram praticados. O simplismo dos atos praticados pela AGEPAR, “em tempo recorde”, salta aos olhos. Basicamente, concordasse e ratificasse o que foi dito pelo DER. O parecer 02/2014, do gerente de Fiscalização e Qualidade de Serviços apenas relata o que foi feito e diz que “está correto” (ANEXO 16 – pp. 56-59).*

(...)

*Como já apontado, no dia 27 de novembro de 2014 foram praticados todos os atos necessários à homologação do aditivo.*

**44.** Como primeiro elemento no que toca à AGEPAR, tem-se as declarações do requerido colaborador NELSON LEAL JR. (ev. 1, anexo57, p. 26-34; anexo58, p. 1-24; anexo59, p. 1-32), no sentido de que a AGEPAR seria controlada pelo governo, com cargos indicados pelo governo, bem assim havendo pressões exercidas em reuniões

incluindo não apenas DEONILSON, EZEQUIAS e JOSÉ RICHA FILHO como também, da AGEPAR, JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN e MAURÍCIO EDUARDO DE SÁ DE FERRANTE.

Afirma também que "se comentava" que JOSÉ STRATMANN e MAURÍCIO FERRANTE receberiam propina e que "acredita" que seria via ABCR e CHIMINAZZO. Em um primeiro momento, essas últimas afirmações poderiam ser consideradas *hearsay*, *rumor*, mas ao menos por ora é de lhes ser atribuída certa força, junto com outra declaração convergente e demais elementos apontados pelos autores.

Também conforme as declarações do requerido colaborador HELIO OGAMA (ev. 1, anexo59, p. 10-21 e 27-31), haveria pagamentos para JOSÉ STRATMANN e MAURÍCIO FERRANTE, conforme teria tomado conhecimento por meio de Gustavo Musnich, anterior presidente da Econorte e que seria quem operacionalizava o alegado esquema junto à ABCR de 1999 a 2007 (antes de o próprio HELIO OGAMA iniciar em 2007), ou seja, teria obtido a informação junto aos próprios participantes, e sendo ele um deles.

São curiosas ligações telefônicas de JOÃO CHIMINAZZO a STRATMANN e FERRANTE em épocas em que teria circulado propina da Econorte via ABCR/CHIMINAZZO.

Conforme indicado na parte A acima, aparentemente propinas circularam com entrega por pessoas da Econorte em Curitiba em períodos como 12 e 13/12/2013; 9 a 15/01/2014; 29/01/2014; 07/02/2014; 10/03/2014; 23 a 26/06/2014; 10 e 11/07/2014; 04/08/2014; 27 e 28/08/2014; e 13 e 14/10/2014; e 25 a 27/10/2014. E há registros de ligação do telefone que seria de JOÃO CHIMINAZZO a STRATMANN, nos dias 11/12/2013; 27/01/2014; 10/02/2014; 07 e 12/03/2014 (estas em sentido inverso); 25/06/2014; 11/07/2014; 31/07/2014; 26, 27 e 28/08/2014; 14/10/2014; e 27/10/2014, entre outros (ev. 1, anexo83, p. 156 e 234-237). Também contatos com FERRANTE, com ligação ou troca de mensagem, em 12/12/2013; 15/01/2014; 11/02/2014; 12/03/2014; 21/07/2014; 15/08/2014; 21 e 25/08/2014; e 10 e 13/10/2014, entre outros (ev. 1, anexo83, p. 260-265).

Ainda, o colaborador afirma que havia entrega, fora do esquema geral, a "pessoas estratégicas", neste caso a NELSON LEAL JR. e ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ. Este último teria recebido pagamentos mensais de R\$ 4 mil de 1999 a 2015, e também teria recebido valores em 2016 e 2018.

Não distante disso, tem-se as declarações do requerido colaborador HUGO ONO (ev. 1, anexo 59, p. 32 e ss; anexo60, p. 1-6), que confessadamente participava do alegado esquema de entrega de valores da Econorte via ABCR. Ele afirma que, como de seu

conhecimento por JOÃO MARAFON JR. e HELIO OGAMA, também alegadamente participantes, ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ receberia valores.

Ainda, a relação de QUEIROZ com a concessionária é reforçado por outros elementos destacados pelos autores na inicial:

*CABELEIRA (ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ) mantinha contato “direto” com a ECONORTE, inclusive e em especial com HELIO OGAMA. Foram constatadas 325 chamadas entre QUEIROZ e terminais vinculados à ECONORTE, utilizados por JOÃO MARAFON (operador de propina) e HELIO OGAMA (ANEXO 67 p 139; ANEXO 91 – pp. 220 e ss).*

*O que guarda coerência com a assertiva de que CABELEIRA estaria dentre aqueles agentes públicos que recebiam recurso “diretamente” (i.e. sem a necessidade de intermediação pela “via ABCR / CHIMINAZZO”) dos representantes conhecimentos.*

*E CABELEIRA efetivamente tinha influência sobre os atos. Veja-se mensagem trocada enviada, em 21 de maio de 2014, CRISTIANO MIKOSZWSKI (gestor de planejamento e riscos da ECONORTE) para JOÃO MARAFON JÚNIOR (...chamado por CRISTIANO de “primo do JUJU”):*

*“Caro primo do JUJU,*

*Seguinte, fiquei sabendo que talvez o DER peça o processo para a Agência, algo relacionado à minuta do aditivo, o foco é: p. 618, letra a, item i e vii.*

*Pense se vale a pena vc ligar pro cabelera ou dar uma passada no DER.*

*Abraço” (ANEXO 87 p. 101).*

*Efetivamente o texto referido no e-mail guarda correspondência com as cláusulas contratuais nele indicadas e respectivas folhas do processo revisional, tratando de “projetos executivos” que, se por algum motivo, custassem mais que aquele estipulado pela concessionária, seriam colocados, via reequilíbrio, “na conta do usuário” (item i), tal como “impactos derivados de ações judiciais” (item vii) (ANEXO 12 – pp. 618-619).*

*E, como não poderia ser diferente, poucos dias depois foram constatadas interlocuções entre OGAMA e CABELEIRA (mais precisamente, dia 27 de maio de 2014)*

Nesse contexto, considerando as declarações convergentes dos colaboradores participantes do alegado esquema (e não terceiros distantes), o contato próximo, as aparentes entregas de dinheiro "via ABCR/CHIMINAZZO" durante a tramitação do processo do termo aditivo e sua forma de tramitação na AGEPAR, é de se considerar existentes indícios suficientes para a decretação da indisponibilidade requerida dos agentes deste grupo.

## ***B.2 "Primeiro núcleo privado"***

45. O "primeiro núcleo privado" apresenta outros subgrupos, das pessoas ligadas às empresas Econorte, Triunfo e Rio Tibagi (DANIEL RAMOS VICTORINO, HELIO OGAMA, HUGO ONO, JOÃO MARAFON JÚNIOR, LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO e LEONARDO GUERRA) e das pessoas ligadas à ABCR e CHIMINAZZO (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS - ABCR, JOAO CHIMINAZZO NETO, CHIMINAZZO E ASSOCIADOS - CONSULTORIA EMPRESARIAL EM MARKETING E COMUNICACAO LTDA, BEATRIZ LUCIANA FERREIRA ASSINI, MARCIA BOGLAR CHIMINAZZO e RUY SERGIO GIUBLIN).

**Pessoas ligadas às empresas Econorte, TPI e Rio Tibagi - DANIEL RAMOS VICTORINO, JOÃO MARAFON JÚNIOR, LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO e LEONARDO GUERRA**

46. Os autores, em síntese, afirmam que:

*Melhor dizendo, enquanto LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO, representando a TRIUNFO S.A., atuava junto a governador, secretários de estado e integrantes da cúpula governamental [participando de diversas reuniões com eles, conforme alegam], HELIO OGAMA atuava junto ao DER, autarquia imediatamente responsável pelos contratos de concessão. DANIEL VICTORINO, atualmente e à época diretor-presidente da ECONORTE, assinou o Termo Aditivo 272/2014 e, “em paralelo” às atribuições de OGAMA, concorreu diretamente para a “arrecadação e distribuição de recursos em espécie”, “gerados” mediante contratações superfaturadas e/ou fictícias com as empresas “noteiras”. A despeito da elevada posição corporativa, eficaz e gentilmente exercia a função de motorista, sempre que necessário, a fim de, na companhia de HUGO ONO, otimizar e dar celeridade às buscas de dinheiro nas empresas noteiras. Subordinados a OGAMA e VICTORINO, agiam JOÃO MARAFON JÚNIOR e HUGO ONO, a quem incumbia a realização de pagamentos ilícitos, com dinheiro em espécie, oriundo de contratos fictícios ou superfaturados.*

*Tais pagamentos eram feitos diretamente a agentes públicos (v.g. NELSON LEAL JÚNIOR, ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ, vulgo “CABELEIRA”) ou mediante entregas na sede regional da ABCR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS.*

(...)

*DANIEL VICTORINO, na condição de diretor financeiro da ECONORTE, também recebia recursos em espécie de obtido mediante contratos simulados ou superfaturados de prestação de serviços. Tais valores eram entregues por pessoas vinculadas às empresas “noteiras” (LEONARDO GUERRA, MARCELO ZAMARIAN, SINATRAF, etc.). O próprio HÉLIO OGAMA esclareceu a atuação de VICTORINO: (...).*



**47.** Especificamente quanto ao último ponto de geração dos valores (em espécie), afirmam:

*A sistemática do desvio, apropriação e lavagem de dinheiro se dava da seguinte forma:*

*- a ECONORTE contratava serviços e obras superfaturadas da RIO TIBAGI;*

*- a RIO TIBAGI, por seu turno, subcontratava empresas fantasmas que forneciam notas frias utilizadas para encobrir os desvios ou empresas reais que forneciam notas frias ou que prestavam parcialmente o serviço recebendo pagamento integral mediante medição falsa;*

*- as empresas restituíam os valores excedentes em dinheiro, após saques, ou mediante depósitos e transferência bancárias para empresas ou para a contas pessoais;*

*- eventualmente ocorriam mais etapas nas transferências de ativos, com transferências entre LEONARDO GUERRA, "laranjas" e outras pessoas físicas ou jurídicas*

**48.** Quanto aos contratos superfaturados (ou mesmo de prestações inexistentes) para geração de valores em espécie, tem-se não apenas os termos de declaração de colaboradores, mas também depoimentos de outras pessoas, corroborando as declarações.

Como declarou o requerido colaborador HELIO OGAMA (ev. 1, anexo59, p. 10-21 e 27-31), haveria essa prática tanto por empresas com articulação empreendida por LEONARDO GUERRA como de outras com as quais a articulação seria direta (por exemplo, LL System). A seu pedido, LEONARDO GUERRA entregava valores aos requeridos HUGO ONO e DANIEL RAMOS VICTORINO (seriam aí aproximadamente R\$ 50 mil mensais). Este último teria participado "depois de 2013", quando teria passado a ser diretor financeiro da Econorte.

Também o requerido colaborador HUGO ONO (ev. 1, anexo 59, p. 32 e ss; anexo60, p. 1-6) afirma que o dinheiro era repassado em espécie por LEONARDO GUERRA a partir de 2012, para entrega via ABCR e a outros agentes. HUGO ONO teria entregado valores para CHIMINAZZO e BEATRIZ de 2011 a 2015.

O próprio LEONARDO GUERRA afirma que havia essa geração de dinheiro em espécie (*vide "ACP DO NÚCLEO PRIVADO"*, ev. 133, anexo7). Há aí, é verdade, também a afirmação de que ao menos parte dos valores em espécie gerados por essa via seria utilizada para pagamento de horas extras dos trabalhadores, e que fora isso havia o repasse de parcelas para o HELIO, sem ser especificado o destino (além de apropriação por HELIO OGAMA e LEONARDO GUERRA de parte do dinheiro em espécie gerado). Porém, havendo ou não destinações diversas dos valores, há indicativos de que a própria articulação para geração de caixa com dinheiro em espécie

mediante contratações não condizentes com a realidade, sem prejuízo do desenrolar probatório quanto a eventuais outras destinações, ou detalhamento de elementos subjetivos.

Quanto à articulação direta, as alegações sobre a utilização da LL SYSTEM, por exemplo, e a destinação para pagamento de vantagens ilícitas mostram-se verossímeis diante de outros elementos, em especial os registros de viagens, ligações e entradas em local de suposta entrega de propina, conforme cruzamento de dados feito pelo MPF e já reproduzido na parte A acima. "Coincidentemente", haveria passagem pela sede da LL SYSTEM antes de virem a Curitiba para entregar valores em espécie.

Outros depoimentos que indicam a existência dessa geração de caixa por contratos com valores irreais podem ser encontrados nas declarações do colaborador Marcello José Abbud (ev. 1, anexo55, p. 9-14), Odilon Aparecido Menotti (ev. 1, anexo55, p. 56-64) e Valdomiro Rodacki (ev. 1, anexo55, p. 109 e ss). Este último, especificamente quanto ao arranjo que seria articulado por LEONARDO GUERRA, menciona a questão das horas extras, mas também quantias para "outras coisas".

Voltando às declarações de HELIO OGAMA, também diz que WOLFF seria quem tinha mais contato com o Palácio e quem participava de reuniões com outros presidentes na sede da ABCR em São Paulo, tendo inclusive, segundo diz, após uma das reuniões, autorizado "pagamentos extraordinários de propina" em relação à CPI do Pedágio e ao tribunal de contas.

As declarações do requerido colaborador NELSON LEAL JR. (ev. 1, anexo57, p. 26-34; anexo58, p. 1-24; anexo59, p. 1-32) não se distanciam disso; WOLFF teria estreita relação com as pessoas do grupo do Palácio Iguazu (especificamente irmãos RICHA, DEODILSON e EZEQUIAS) e inclusive faria pagamentos diretos, fora do esquema do caixa geral.

Diversas ligações telefônicas corroboram a proximidade com o "núcleo público", como registrado pelo Juízo criminal na busca e apreensão (ev. 1, anexo 99, p. 380):

*b) registros telefônicos de EZEQUIAS MOREIRA (ANEXO 356 – grifos amarelos), os quais, segundo o MPF, apontam para 44 chamadas recebidas e 28 efetuadas com terminais de LUIZ FERNANDO. Além disso, aponta o MPF a existência de: 279 ligações feitas por LUIZ FERNANDO para terminais de ALDAIR PETRY (Neco); 17 chamadas recebidas de DEONILSON ROLDO (chefe de gabinete de BETO RICHA) e 23 efetuadas para este mesmo interlocutor – ANEXO 357. Além destas chamadas específicas, foram detectado registros de chamadas de LUIZ FERNANDO com PEPE RICHA, LUIZ ABI e CHIMINAZZO.*

Ainda, HELIO OGAMA declarou que quem fazia as entregas de dinheiro em espécie via ABCR em Curitiba eram ele mesmo, HUGO ONO e JOÃO MARAFON JR. Ademais, acima já foi mencionado que, segundo o requerido colaborador NELSON LEAL JR., este teria recebido valores não apenas pelo "caixa geral" do alegado esquema até maio de 2014, mas também, depois disso, teria recebido valor entregue pessoalmente pelo requerido JOÃO MARAFON JÚNIOR. Mesmo que tal fato venha a ser posterior à celebração do termo aditivo, vem a servir neste momento, no conjunto e à luz da convergência dos colaboradores, como indício de sua participação.

Também nesse sentido, quanto às entregas de valores em Curitiba, inclusive por JOÃO MARAFON JÚNIOR, tem-se o já referido cruzamento de dados, mostrando a contemporaneidade de viagens, ligações e alegadas entregas de valores em 2013 e 2014, e inclusive com passagens por São Bernardo do Campo, sede da LL System, empresa com a qual seriam feitas contratações superfaturadas para geração de valores em espécie, com posterior presença de MARAFON (por exemplo, em 12/2013 e 03/2014).

As declarações de HUGO ONO também vêm a corroborar a realização de viagens para Curitiba para entrega de valores, bem assim a retirada dos valores na LL System e contatos telefônicos com BEATRIZ ASSINI, inclusive afirmando que nos anos finais passou a fazer os trajetos de carro, em sintonia com o referido cruzamento de dados de viagens e telefonemas. Ainda, afirma que as viagens passaram a ser de carro diante da preocupação tanto de DANIEL RAMOS VICTORINO como de HELIO OGAMA, diante das investigações da Operação Lava Jato, recomendando que as viagens fossem então feitas por tal meio de transporte, em vez de avião. VICTORINO teria inclusive o acompanhado em algumas dessas viagens de carro, e MARAFON faria o mesmo "serviço" de entrega de valores.

Nesse contexto, entendo presentes indícios suficientes de participação por parte deste grupo ligados às empresas da concessão, resultando na possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens e direitos.

**Pessoas ligadas  
à ABCR/CHIMINAZZO: ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE  
RODOVIAS - ABCR, JOAO CHIMINAZZO NETO,  
CHIMINAZZO E ASSOCIADOS - CONSULTORIA  
EMPRESARIAL EM MARKETING E  
COMUNICACAO LTDA, BEATRIZ LUCIANA  
FERREIRA ASSINI, MARCIA BOGLAR  
CHIMINAZZO e RUY SERGIO GIUBLIN**

49. Afirmam os autores, em resumo, relativamente aos contornos gerais do alegado esquema, que:

*Conforme documentos anexos (ANEXO 48 - Movimentações Chiminazzo), extraídos dos autos de busca e apreensão 5036128-04.2018.4.04.7000, todas as concessionárias efetuavam pagamentos a CHIMINAZZO, sendo que a ECONORTE realizou repasses no importe mínimo de R\$ 491.739,47, durante o período compreendido entre 2005 e 2017. Tal como foi feito pagamento em importe mínimo, para fins de “consultoria em tempos de crise” (ou coisa que o valha) de R\$ 13.743,00 (treze mil, setecentos e quarenta e três reais) (ANEXO 48), no mínimo, em julho de 2015.*

*(...) participação da ABCR, por meio do seu então diretor regional JOÃO CHIMINAZZO NETO e BEATRIZ ASSINI, funcionária da mesma instituição, com a colaboração de RUY SÉRGIO GIUBLIN. Ainda, a atuação de JOÃO CHIMINAZZO, MÁRCIA BOGLAR CHIMINAZZO e CHIMINAZZO ASSOCIADOS, para fins dissimulatórios dos pagamentos feitos a JOÃO CHIMINAZZO pelas concessionárias, incluindo-se a ECONORTE.*

*(...) apenas levando-se em conta a entrega e distribuição de recursos na sede da ABCER duraram, no mínimo, até o final de 2015*

*(...) CHIMINAZZO beneficiou-se pessoalmente dos ilícitos, valendo-se, para tanto, de interposta pessoa jurídica e física. Constituiu a pessoa jurídica denominada CHIMINAZZO E ASSOCIADOS – CONSULTORIA EMPRESARIAL EM MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA., cuja finalidade efetiva era a remuneração de atos ilícitos praticados por CHIMINAZZO em favor das concessionárias, incluindo-se tráfico de influência, repasse de recursos ilícitos a agentes públicos, dentre outras.*

...

*Convenientemente, JOÃO CHIMINAZZO, formalmente sequer assumiu a administração de sua consultoria. Tal encargo foi transferido à acusada MÁRCIA BOGLAR CHIMINAZZO, mecanismo dissimulatório apto a viabilizar a existência da pessoa jurídica e ocultar JOÃO CHIMINAZZO.*

(...)

## **50. Sobre BEATRIZ LUCIANA FERREIRA ASSINI:**

*A requerida BEATRIZ LUCIANA FERREIRA ASSINI era diretamente subordinada a CHIMINAZZO, na sede regional da ABCR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS. Circunstância que não a exime de responsabilidade, pois a ela incumbia bem receber representantes das concessionárias e acondicionar o dinheiro em espécie. Função indispensável (...) para a operacionalização e manutenção do esquema criminoso.*

**51. Especificamente quanto ao período em que teriam ocorrido as negociações e a celebração do termo aditivo questionado, teriam sido encontrados registros a indicar contato telefônico e**

presencial entre BEATRIZ, CHIMINAZZO e pessoas ligadas à concessionária:

*Nos anos de 2013 e 2014, em houve tramitação do processo revisional pertinente à ECONORTE, com derradeira conclusão com homologação pela AGEPAR, o fluxo de remessas de recursos em espécie foi intenso e concomitante à prática dos atos necessários e conclusivos. Nesse ponto, cita-se exaustivo, laborioso e excelente trabalho feito pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, mediante cruzamentos de dados de chamadas telefônicas, viagens, registros de entradas no local onde se acondicionava propina, abaixo transcrito, contida no pedido de busca e apreensão autuado sob o número 5036128-04.2018.4.04.7000 (ANEXO 67 – pp. 11-159): (...).*

**52. A respeito de MÁRCIA BOGLAR CHIMINAZZO, que seria esposa de JOÃO CHIMINAZZO NETO:**

*Destaca-se que “sócia-administradora” MÁRCIA BOGLAR CHIMINAZZO era a segunda maior beneficiária da CHIMINAZZO ASSOCIADOS. Agregando-se tal fato à circunstância de que MÁRCIA CHIMINAZZO simplesmente “restituiu” recursos recebidos a JOÃO CHIMINAZZO, bem como tais receitas eram provenientes de contratos fraudulentos com concessionária de pedágio, é de se concluir que MÁRCIA voluntariamente aceitou a condição de interposta pessoa para fins de dissimulação de recursos de origem ilícita.*

(...)

*No caso em tela, tem-se, além da condição de sócia gerente foram apuradas expressivas movimentações financeiras entre CHIMINAZZO ASSOCIADOS e MÁRCIA CHIMINAZZO e também entre MÁRCIA CHIMINAZZO e JOÃO CHIMINAZZO NETO.*

*Não é crível que MÁRCIA, enquanto administradora da pessoa jurídica, não tivesse conhecimento de tais movimentações, tampouco que não tenha anuído com tais práticas, como enfatizado, realizadas com a finalidade de ocultar recursos ilícitamente recebidos por JOÃO CHIMINAZZO NETO.*

*Na melhor das hipóteses (e não se acredita que seja assim, afinal, o recebimento e a transferência de quase meio milhão de reais em conta pessoal, provenientes de pessoa jurídica de que é administradora e destinadas ao próprio marido não são eventos imperceptíveis!), deliberadamente se colocou em situação de ignorância, não podendo eximir-se de sua responsabilidade*

**53. Por fim, sobre RUY SERGIO GIUBLIN:**

*Não menos importante foi a atuação de RUY GIUBLIN, ex-presidente da CAMINHOS DO PARANÁ, que convenientemente “cedeu” sala comercial localizada no edifício CURITIBA BUSINESS CENTER (Rua Tibagi, 294), conjunto 1501, de propriedade da empresa LBG ENGENHARIA (CNPJ 04.499.404/0001-22), cujo sócio-administrador é o próprio GIUBLIN.*

*Referida sala era locada a ABCR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS e era “descaracterizada”, havendo nela, segundo HELIO OGAMA (frequentador fiel do local) até “contador de dinheiro”, tratando-se de depósito de recursos ilícitos provenientes das concessionárias.*

(...)

*GIUBLIN, ao ser ouvido pela POLÍCIA FEDERAL admitiu ter cedido a sala gratuitamente para “que JOÃO CHIMINAZZO a utilizasse” (ANEXO 63 – pp. 3- 5). Mas se fez de desentendido e disse não saber quem frequentava a sala, tampouco razão pela qual HUGO ONO, EVANDRO COUTO e outras pessoas vinculadas à concessionária frequentemente a acessavam.*

(...)

*Ao disponibilizar sala destinada unicamente à arrecadação, guarda e distribuição de recursos ilícitos, GIUBLIN concorreu para a realização de atos ilícitos benéficos às concessionárias, no que se insere o Termo Aditivo 272/2014. E pelo dano decorrente, deve responder (...).*

**54. JOÃO CHIMINAZZO NETO** também teria se beneficiado pessoalmente em quantia identificada, em relação a que igualmente se pretende bloqueio de bens:

*(...) tendo recebidos recursos da ECONORTE, mediante contratos fraudulentos firmados com a CHIMINAZZO ASSOCIADOS, em importe mínimo de R\$ 505.482,47. E, para fins de dissimulação dos recursos recebidos, concorreu MARCIA BOGLAR CHIMINAZZO, assumindo a função de sócia-administradora da empresa CHIMINAZZO ASSOCIADOS, tal como recebendo recursos da mesma pessoa jurídica e transferindo-os para JOÃO CHIMINAZZO NETO.*

**55.** Dentro desse cenário, relativamente a JOÃO CHIMINAZZO NETO e à empresa CHIMINAZZO E ASSOCIADOS - CONSULTORIA EMPRESARIAL EM MARKETING E COMUNICACAO LTDA, há vários elementos que indicam sua relação com as concessionárias de rodovias no Paraná, bem assim especificamente com a Econorte. Há, inclusive, elementos que, *prima facie*, vêm a corroborar neste momento as alegações feitas pelos colaboradores.

Nos termos de depoimento de colaboração premiada se aponta, de modo convergente, JOÃO CHIMINAZZO NETO como figura de destaque no que toca à arrecadação e à distribuição de valores via ABCR.

Segundo as declarações do requerido colaborador HELIO OGAMA (ev. 1, anexo59, p. 10-21 e 27-31), havia entrega de valores via ABCR, sendo que o próprio HELIO OGAMA seria quem teria operacionalizado o alegado esquema na Econorte de 2007 a 2015. O esquema geral via ABCR teria ido até 2015, diante de temores diante da

Operação Lava Jato e de investigações quanto às concessionárias em Jacarezinho. Os valores seriam entregues na própria ABCR ou em outra sala, para CHIMINAZZO ou mais frequentemente para sua secretária, a requerida BEATRIZ LUCIANA FERREIRA ASSINI, sendo armazenados em sala descaracterizada. Ainda, afirma expressamente que tanto ele como outras empresas "delegavam" o gerenciamento de quem deveria receber valores, e era remunerado por isso.

HELIO OGAMA também diz que uma das pessoas que fazia entrega em espécie em Curitiba via ABCR era HUGO ONO, e este, também requerido e colaborador, confirma tal fato em suas declarações (ev. 1, anexo 59, p. 32 e ss; anexo60, p. 1-6). Afirma que teria feito entregas de valores para CHIMINAZZO e/ou BEATRIZ de 2011 a 2015, e inclusive mediante viagens de carro em 2014 e 2015 (o que se coaduna com o cruzamento de dados telefônicos e viagens feito pelo MPF e já reproduzido na parte A deste tópico).

Ainda, é de se notar que, em depoimento (ev. 1, anexo62, p. 18-20), motorista da presidência da Rodonorte de 1997 a 2008 relata que presenciava reuniões de presidentes de concessionárias na sede da ABCR, estando presentes CHIMINAZZO e a secretária BEATRIZ. Ademais, diz ter escutado conversas no carro e disse "*percebia a existência de negociações com valores que eram passados por JOÃO CHIMINAZZO, pagos conforme o poder das respectivos concessionárias*". Ainda que não seja da época do termo aditivo em questão e que se trate de outra concessionária, não deixa aqui de servir de indício da atuação de CHIMINAZZO no alegado amplo esquema de distribuição de valores.

Em termos contratuais, foram apresentados vários instrumentos de contrato de prestação de serviço (*vide*, por exemplo, ev. 1, anexo83, p. 111; anexo85, p. 2-27, 72-74; 91-109; anexo86, p. 1-59; anexo93; anexo94). Fazem referência ao contrato original celebrado em 2000, o que se coaduna com informação prestada pelo requerido e colaborador HELIO OGAMA no sentido de que a atuação de CHIMINAZZO teria se iniciado em meados do ano 2000.

Em termos financeiros, os autores apresentaram o relatório do ev. 1, anexo48, elaborado no MPF, em que se destaca que de 2005 a 2017 os créditos recebidos de concessionárias representaram 91% das receitas da CHIMINAZZO E ASSOCIADOS, e 100% em 2013.

Sobre BEATRIZ ASSINI, que seria funcionária da ABCR e, aí, secretária de JOÃO CHIMINAZZO NETO, tem-se que, embora em um primeiro momento se pudesse vislumbrar um papel auxiliar em termos de serviços prestados à concessionária e desconhecimento do alegado esquema de arrecadação e distribuição de valores, fato é que, por ora, há elementos que apontam também para sua participação.

O requerido colaborador HUGO ONO, por exemplo, afirma em suas declarações (ev. 1, anexo 59, p. 32 e ss; anexo60, p. 1-6) que fazia contato direto com BEATRIZ para entrega de valores e entregava também a ela valores, havendo outros elementos a nesta sede corroborar as declarações. Nessa linha, tem-se, especialmente, registros telefônicos e de entrada e saída no prédio da "sala descaracterizada" em dias em que valores teriam sido entregues pessoalmente pelas pessoas relacionadas à Econorte, conforme já reproduzido no item A deste tópico.

Quanto à ABCR em si, os elementos referidos no que toca a JOÃO CHIMINAZZO e BEATRIZ vêm em princípio a implicar também a pessoa jurídica, inclusive com utilização de sua estrutura. Por ora não se pode dizer que seria algo dos dois ou de CHIMINAZZO em Curitiba apenas, à revelia de outras pessoas da associação. Segundo HELIO OMAGA, por exemplo, como já destacado acima, o pagamento de propina já teria sido tema de reunião também em São Paulo. Ainda, das declarações de HELIO OGAMA, consta que vantagens indevidas pela Econorte via ABCR teria se iniciado já em 1999, antes mesmo de a função ser posteriormente assumida por JOÃO CHIMINAZZO em 2000.

De todo modo, é de se notar que já se decidiu na "ACP DO NÚCLEO PRIVADO" (ev. 116) sobre o desbloqueio de dinheiro das contas da ABCR. Com base nos mesmos fundamentos, e ainda que devida a indisponibilidade, deve-se resguardar o seu funcionamento. Isso, porém, não inviabiliza por completo que apresentem outros bens de modo a garantir futura e eventual condenação.

A respeito de MARCIA BOGLAR CHIMINAZZO, esposa de JOÃO CHIMINAZZO NETO, conforme visto, os autores alegam que ela conhecia a utilização da empresa no alegado esquema de pagamento de valores, considerando sua condição de administradora e transações em sua conta.

Ao que parece, a última alteração/consolidação contratual da CHIMINAZZO E ASSOCIADOS apresentada no autos é de 2011 (ev. 1, anexo48, p. 111-117), sendo que dela de fato consta MARCIA CHIMINAZZO como administradora, e "isoladamente". Conforme as anteriores seria também ela, e no início outro familiar, e não JOÃO CHIMINAZZO NETO.

Ocorre que isso destoa, ao menos neste momento, da atuação destacada de JOÃO CHIMINAZZO, na medida que é sempre ele que figura nas declarações sobre a concreta operacionalização das atividades (indicando-se a presença dele e/ou de BEATRIZ nos locais). Mais do que isso, os próprios instrumentos contratuais entre a CHIMINAZZO E ASSOCIADOS e as concessionárias, bem assim proposta comercial, são assinados por ele, e não por quem seria formalmente incumbido de administrar a sociedade (*vide*, por exemplo, ev. 1, anexo83, p. 111; anexo85, p. 2-27, 72-74; 91-109; anexo86, p. 1-59; anexo93; anexo94).



Em outros termos, neste momento, entendo não haver indícios suficientes de participação substancial de MARCIA CHIMINAZZO para autorizar a decretação de indisponibilidade também de seus bens.

Sobre o requerido RUY SERGIO GIUBLIN, a responsabilização decorre de ter cedido sala a JOÃO CHIMINAZZO, onde eram feitas as entregas de valores e armazenados dinheiro em espécie, para pagamento de agentes públicos.

Em um primeiro lugar, tem-se que o requerido presidia a Caminhos do Paraná, e o pagamento de vantagens ilícitas não se restringiria à Econorte, mas estaria ocorrendo de modo generalizado também pelas demais concessionárias do estado, inclusive via ABCR. Em outros termos, potencialmente não se trata de terceiro que seria completamente estranho ao contexto da alegada corrupção envolvendo as concessionárias, a ABCR e JOÃO CHIMINAZZO.

Ainda, a sala sem a tradicional plaquinha de identificação (Advogado, Dentista, Médico, Contador), cedida para operacionalização de pagamentos e armazenamento de valores, ainda que gratuitamente, não seria utilizada apenas para a entrega pelas pessoas da ECONORTE, mas aparentemente também pelas demais concessionárias. Era "sala-cofre" de Chiminazzo para armazenar e distribuir dinheiro vivo. Nesse sentido, na busca e apreensão, notou o juízo criminal (ev. 1, anexo 99, p. 372-373):

*O local era indicado formalmente à Receita Federal (ANEXO 321) como sede da empresa LBG ENGENHARIA (CNPJ 04.499.404/0001-22), administrada por RUY SERGIO GIUBLIN (administrador da CAMINHOS DO PARANÁ). O MPF obteve os dados de portaria do prédio (ANEXO 322 E 324). Nota-se que os acessos mais frequentes são feitos por JOÃO CHIMINAZZO NETO e BEATRIZ ASSINI (secretária de CHIMINAZZO), pessoas que são apontadas como "condôminos" e integrantes da empresa LBG ENGENHARIA nos registros de portaria (ANEXO 323). Também foram identificados acessos de EVANDRO COUTO, diretor da ECOVIAS e da ECOCATARATAS (ANEXO 322, p. 14); CLAUDIO JOSE MACHADO SOARES, Diretor da RODONORTE (ANEXO 369), com 5 visitas na referida sala; ARGEMIRO MACIEL CASTANHO JUNIOR da CAMINHOS DO PARANA (ANEXO 370); MÁRIO CEZAR XAVIER, com 19 visitas, empregado da ECOVIA que também foi copiado num e-mail sobre "percentuais de rateio" com CHIMINAZZO (ANEXO 408); e MARCELO STACHOW da VIAPAR (ANEXO 371). É peculiar destacar que não há nenhum acesso de GIUBLIN ou de outras pessoas ligadas à LBG (ANEXO 321 – lista de sócios e empregados) a esta sala no CURITIBA BUSINESS, a despeito de ser esta a locatária formal do espaço;*

**56.** Em conclusão, tendo em conta o exposto sobre este último grupo, considero existentes indícios quanto aos requeridos ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS - ABCR, JOAO CHIMINAZZO NETO, CHIMINAZZO E

ASSOCIADOS - CONSULTORIA EMPRESARIAL EM MARKETING E COMUNICACAO LTDA, BEATRIZ LUCIANA FERREIRA ASSINI e RUY SERGIO GIUBLIN.

***C. Valor do enriquecimento ilícito pela concessionária a ser assegurado***

57. Expostos os argumentos sobre a existência de indícios dos fatos imputados pelo Autor aos réus, há de ser definido o valor a ser assegurado.

58. As ações se vinculam ao termo aditivo 272/2014 e, mais especificamente, ao valores que teriam sido nele inseridos em relação à praça de pedágio de Jacarezinho.

Já se consignou acima que os autores pretendem o ressarcimento e assim o bloqueio de bens e direitos em relação a um valor principal e três subsidiários. De maneira principal, quantificam em R\$ 293.725.270,00:

*Ressarcimento integral do dano, materializado no enriquecimento ilícito propiciado à ECONORTE via Termo Aditivo 272/2014 e decorrente de reequilíbrio econômico-financeiro fundado em eventos relacionados com a “Praça de Jacarezinho”:*

*- correspondente a **R\$ 293.725.270,00** (duzentos e noventa e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil e duzentos e setenta reais)*

*- subsidiariamente o ressarcimento do dano correspondente a **R\$ 170.765.030,00** (cento e setenta milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e trinta reais) (valores indevidamente deferidos à ECONORTE a título de equilíbrio econômico-financeiro, fundados na Praça de Jacarezinho, excluídos os reflexos)*

*- ainda subsidiariamente, na hipótese de não se entender aplicável aos acusados o critério de atualização utilizado anteriormente (inserção em fluxo de caixa da concessionária), no importe obtido via atualização pelo IPCA, correspondente a **R\$ 41.306.406,47** (quarenta e um milhões, trezentos e seis mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e sete centavos), com os reflexos; ou **R\$ 19.960.692,75** (dezenove milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), sem os reflexos*

Explicam que as quatro possibilidades derivam da combinação de duas variáveis, (i) da metodologia de atualização e (ii) da inclusão ou não dos reflexos dos valores inseridos no termo aditivo.

Sobre valores com ou se reflexo, assim delimitam:

*Os eventos relacionados diretamente com a Praça de Jacarezinho no Termo Aditivo de 2014 e respectivos valores, conforme Informação 1499/2013 – EVENTOS DE*

*DESEQUILÍBRIO de lavra da Coordenadoria de Concessões e Pedágios Rodoviários e tabela 02 do Fluxo de Caixa Principal (ANEXO 9 – Processo Administrativo Termo Aditivo 272/2014 – TA 274/2014 – parte 4. pp. 115 - 119; ANEXO 10 idem – pp. 1-30), são os seguintes:*

- *EVENTO 4 - Perda de Receita postergação Praça de Jacarezinho: R\$ 2.065.129,90;*
- *EVENTO 6 – Desativação da cobrança na Praça de de Jacarezinho: R\$ 3.117.528,19*
- *EVENTO 7 - Medida Cautelar 2002.70.01.021814-1: R\$ 43.115,44.*

*Que importam em R\$ 5.225.773,53, à data base de janeiro de 1997. Sobre tal montante, incidem os seguintes reflexos, todos calculados a partir das receitas e tarifa da Praça de Jacarezinho e decorrentes, inclusive, dos termos aditivos subsequentes ao de 2014 (cf. ANEXO 42):*

- *Total Perda de Receita formula Paramétrica: R\$ 941,83 x 1000 -Resíduos de tarifa: R\$ (114,31)x1000 (valor computado em favor dos usuários, logo, subtraído do importe reputado devido);*
- *Perdas de Receita de Reajustamento: 2.307,97 x 1000; - Lei Federal 13.103/15 – Lei dos Caminhoneiros: 341,60 x 1000; - Lei Federal 18.537/15- Doenças Graves e Degenerativas: 0,39 x 1000;*
- *Perdas de Receitas de Lei / M. Cautelar: R\$ 49,92 x 1000;*
- *Isenção Tarifária por determinação da Justiça Federal de Ourinhos (SP) e Jacarezinho (PR): R\$ 2.060,98 x 1000;*

*(...)*

*A somatória dos valores acima referidos é de R\$ 10.814.150,00 ((dez milhões, oitocentos e quatorze mil, cento e cinquenta reais e zero centavos), - data base janeiro de 1997.*

### **Sobre a forma de atualização:**

*Entende-se que a quantificação do dano real, consubstanciado na vantagem ilicitamente auferida pela ECONORTE, deve ser feita mediante inserção no fluxo de caixa vigente.*

*Atualização via índice diverso (v.g. IPCA, fórmula paramétrica, etc.) implicaria mera recomposição monetária dos valores, desconsiderando-se o retorno financeiro da indevida inserção deles em favor da concessionária.*

*Para se quantificar o dano, adotam-se critérios idênticos, temporal e quantitativamente, à inserção contida no fluxo de caixa, para fins de “reequilíbrio”, em favor da concessionária. Vale dizer, os mesmos valores indevidamente levados a reequilíbrio em favor da ECONORTE são agora computados em favor dos usuários.*

*Para tanto, basta a “inversão” de sinal, nos mesmos períodos de tempo e valores, desta feita, porém, considerando-se não como “perda de receita”, mas sim como “acrécimo”.*

**59. In abstracto**, e sem se considerar a questão de quem deve arcar com os custos decorrentes de negócio jurídico inválido, a adoção da mesma metodologia em ambos os sentidos (para a concessionária e para os usuários) faz sentido. Não obstante, considerando que o foco das imputações aqui é a corrupção na celebração do termo aditivo de 2014, embora prolongada e mais abrangente; que há discussões mais amplas e inclusive medidas concretas sobre o reequilíbrio do contrato em relação à praça de Jacarezinho em outras sedes (especialmente na "ACP DA CONCESSIONÁRIA", sem considerar as ações da Subseção de Jacarezinho); e que aqui se está tratando das condutas das demais pessoas envolvidas (estando a concessionária e empresas a elas ligadas tratando do reequilíbrio em razão da corrupção na "ACP DA CONCESSIONÁRIA"), adoto como parâmetro, neste momento, a correção via IPCA dos valores inseridos no aditivo.

Assim, o bloqueio de bens e direitos deve se dar até a quantia de **R\$ 19.960.692,75** (*dezenove milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos*).

## IX - DECISÕES E ENCAMINHAMENTOS

**60.** Diante do exposto:

a) **reputo** corrigida a falta de agente público como réu junto aos particulares, dando trâmite conjugado aos processos 5001617-04.2019.4.04.7013/PR e 5041548-53.2019.4.04.7000/PR neste Juízo;

b) **acolho** os embargos de declaração do ev. 154 dos autos 5001617-04.2019.4.04.7013/PR, de modo que do dispositivo da decisão do ev. 138 passa a constar:

*3.1. julgo extinto o processo sem resolução de mérito em relação à EMPRESA CONCESSIONARIA DE RODOVIAS DO NORTE S/A - ECONORTE, TPI - TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A. e RIO TIBAGI SERVICOS DE OPERACOES E APOIO RODOVIARIO LTDA , nos termos do art. 485, V do CPC;*

c) com base seja no art. 64, § 4.º, do CPC, seja no art. 1.018, § 1.º, c/c art. 331, caput, do CPC (agravo de instrumento nos ev. 187/188), **reformo** a decisão terminativa de indeferimento parcial da petição inicial na ACP 5001617-04.2019.4.04.7013/PR, para, por ora, continuar o processo também em relação aos dois colaboradores que haviam sido excluídos (HELIO OGAMA e HUGO ONO);

d) **reputo** neste momento compatível a tramitação cumulada das imputações quanto à Lei de Improbidade Administrativa e à Lei Anticorrupção na ACP 5001617-04.2019.4.04.7013/PR;

e) **propicio** aos autores oportunidade para que prestem esclarecimentos sobre o enriquecimento individual, conforme item VI acima. Ainda, no mesmo prazo, deverão:

e.1) prestar os esclarecimentos sobre o sigilo processual (item VII);

e.2) tendo em conta que os autos de busca e apreensão e da ação penal foram juntados na integralidade e que envolvem outras pessoas e providências, apresentar sumário localizando os documentos relevantes para o presente feito;

e.3) apresentar ou localizar nos autos os termos de colaboração dos três requeridos colaboradores, respeitando o devido sigilo se for o caso, bem assim, se necessário, buscando auxílio/cooperação extrajudicial junto ao MPF.

*As petições com essas informações deverão ser apresentadas em ambos os processos, na medida da pertinência a cada um.*

f) **decreto** a indisponibilidade de bens e direitos até a quantia de **R\$ 19.960.692,75** (dezenove milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), solidariamente:

- CARLOS ALBERTO RICHA

- JOSÉ RICHA FILHO

- EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

- ALDAIR WANDERLEI PETRY

- LUIZ ABI ANTOUN

- MAURÍCIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO

- EDSON LUIZ AMARAL

- JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN

- ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ

- MAURÍCIO EDUARDO DE SÁ DE FERRANTE

- DANIEL RAMOS VICTORINO

- JOÃO MARAFON JÚNIOR

- LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO

- LEONARDO GUERRA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS - ABCR

- JOAO CHIMINAZZO NETO

- CHIMINAZZO E ASSOCIADOS - CONSULTORIA EMPRESARIAL  
EM MARKETING E COMUNICACAO LTDA

- BEATRIZ LUCIANA FERREIRA ASSINI

- RUY SERGIO GIUBLIN

## X - PROVIDÊNCIAS

**61.** Nos autos 5001617-04.2019.4.04.7013/PR ("ACP DO NÚCLEO PRIVADO"), **adotem-se** as seguintes providências:

a) **translade-se** cópia da presente;

b) **inclua-se** o DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM como autor na autuação;

c) **intimem-se** os autores com prazo de 30 (trinta) dias, para cumprimento das determinações que lhes competem;

d) **intime-se** o MPF para ciência - 30 (trinta) dias

e) **proceda-se** à autuação de classes "petição" para dar cumprimento à medida de indisponibilidade de bens (cada uma para cada réu):

- DANIEL RAMOS VICTORINO

- JOÃO MARAFON JÚNIOR

- LUIZ FERNANDO WOLFF DE CARVALHO

- LEONARDO GUERRA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE  
RODOVIAS - ABCR

- JOAO CHIMINAZZO NETO

- CHIMINAZZO E ASSOCIADOS - CONSULTORIA EMPRESARIAL  
EM MARKETING E COMUNICACAO LTDA

- BEATRIZ LUCIANA FERREIRA ASSINI

- RUY SERGIO GIUBLIN

Ressalto, de antemão, que esta medida tem por escopo assegurar a celeridade e a economia processual no que toca à presente demanda, de modo que não haverá qualquer ônus de sucumbência em virtude de decisões proferidas em cada um dos autos apartados.

f) Em cada incidente (em cada "petição"), **exceto em relação à ABCR:**

f.1) **proceda-se** ao bloqueio de ativos financeiros via sistema Bacenjud;

f.2) **proceda-se** ao bloqueio de veículos via RENAJUD;

f.3) **proceda-se** ao bloqueio de imóveis via sistema CNIB. Caso o Cartório de Registro de Imóveis oponha-se ao bloqueio, expeça-se ofício;

f.4) **oficie-se** à Junta Comercial do Paraná, para que seja efetuado o bloqueio de cotas sociais.

Quanto a outras providências e bens, ressalto que cabe à parte autora, em cada incidente, diligenciar no sentido de existirem outros bens a bloquear, inclusive considerando providências que já haviam sido adotadas. Por outro lado, incumbe aos réus, nos respectivos autos, demonstrar eventual impenhorabilidade dos bens constritos.

Ainda, quanto a valores individuais, para além dos esclarecimentos acima, se for o caso, caberá à parte requerer o reforço da decretação da indisponibilidade de maneira individualizada, detalhando os recebimentos e localizando os elementos indiciários nos autos (documento e páginas), além de informar se já há ou não no âmbito penal alguma medida acautelatória em relação a tais valores.

g) **em relação à ABCR**, na respectiva “petição”, **intime-se** a requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer bens para cumprimento da medida cautelar (conforme se observou em tópico próprio na apreciação do requerimento de tutela provisória, em substituição ao bloqueio de dinheiro que pudesse comprometer seu funcionamento);

h) **intimem-se** os requeridos com defesa constituída nos autos para ciência (15 dias);

i) **intimem-se** os demais interessados - União e AGEPAR - para ciência (30 dias).

**62.** Nos autos 5041548-53.2019.4.04.7000/PR ("ACP DO NÚCLEO PÚBLICO"), **adotem-se** as seguintes providências:

a) por cautela, até que a questão seja resolvida, **atribua-se** sigilo nível 1 aos documentos que acompanham a inicial;

b) **intimem-se** os autores com prazo de 30 (trinta) dias, para cumprimento das determinações que lhes competem, bem como para falarem sobre eventual levantamento do sigilo sobre as peças e informações públicas do processo;

c) **intime-se** o MPF para ciência e para falar sobre os réus colaboradores - 30 (trinta) dias;

d) **intimem-se** a União e a AGEPAR para ciência e que digam sobre seu interesse em participar do feito - 30 (trinta) dias;

e) **proceda-se** à autuação de classes "petição" para dar cumprimento à medida de indisponibilidade de bens (cada uma para cada réu):

- *CARLOS ALBERTO RICHA*

- *JOSÉ RICHA FILHO*

- *EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES*

- *ALDAIR WANDERLEI PETRY*

- *LUIZ ABI ANTOUN*

- *MAURÍCIO LUIZ DE OLIVEIRA FRANCO*

- *EDSON LUIZ AMARAL*

- *JOSÉ ALFREDO GOMES STRATMANN*

- *ANTONIO CABRAL DE QUEIROZ*

- *MAURÍCIO EDUARDO DE SÁ DE FERRANTE*

Ressalto, de antemão, que esta medida tem por escopo assegurar a celeridade e a economia processual no que toca à presente demanda, de modo que não haverá qualquer ônus de sucumbência em virtude de decisões proferidas em cada um dos autos apartados.

f) Em cada incidente (em cada "petição"):

f.1) **proceda-se** ao bloqueio de ativos financeiros via sistema Bacenjud;

f.2) **proceda-se** ao bloqueio de veículos via RENAJUD;

f.3) **proceda-se** ao bloqueio de imóveis via sistema CNIB. Caso o Cartório de Registro de Imóveis oponha-se ao bloqueio, expeça-se ofício;

f.4) **oficie-se** à Junta Comercial de Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Campo Grande (MS) e São Paulo (SP), para que seja efetuado o bloqueio das cotas sociais.

Quanto a outras providências e bens, ressalto que cabe à parte autora, em cada incidente, diligenciar no sentido de existirem outros bens a bloquear. Por outro lado, incumbe



aos réus, nos respectivos autos, demonstrar eventual impenhorabilidade dos bens constritos.

Ainda, quanto a valores individuais, para além dos esclarecimentos acima, se for o caso, caberá à parte requerer o reforço da decretação da indisponibilidade de maneira individualizada, detalhando os recebimentos e localizando os elementos indiciários nos autos (documento e páginas), além de informar se há ou não no âmbito penal alguma medida acautelatória em relação a tais valores.

**63.** Ao final, **voltem ambos conclusos** para demais providências, inclusive quanto à expedição de notificações para defesa prévia.

---

Documento eletrônico assinado por **FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP, Juiz Federal na Titularidade Plena**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700007264347v286** e do código CRC **555ba5e6**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP  
Data e Hora: 2/9/2019, às 14:54:47

---

**5041548-53.2019.4.04.7000**

**700007264347.V286**